**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO**
**MESTRADO EM TURISMO**

**ITAMAR FERRETTO COMARÚ**

# PATRIMÔNIO HISTÓRICO E TURISMO NA CIDADE DE VERANÓPOLIS/RS

**CAXIAS DO SUL**
**2011**

**ITAMAR FERRETTO COMARÚ**

# PATRIMÔNIO HISTÓRICO E TURISMO NA CIDADE DE VERANÓPOLIS/RS

Dissertação de Mestrado apresentada à coordenação do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Turismo. Linha de pesquisa: Turismo, Meio Ambiente, Cultura e Sociedade.

Orientadora: Profª. Drª. Susana de Araujo Gastal

Co-orientador: Prof. Dr. Rafael José dos Santos

CAXIAS DO SUL
2011

**"Patrimônio histórico e turismo na cidade de Veranópolis/RS"**

Itamar Ferretto Comarú

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional do Turismo.

Caxias do Sul, 08 de julho de 2011.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Susana de Araújo Gastal (Orientadora)
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Pedro de Alcântara Bittencourt César
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Rafael José dos Santos
Universidade de Caxias do Sul

Prof. Dr. Mário Jorge Pires
Universidade de São Paulo

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai: - *Me ajuda a olhar!*
(GALEANO, 2002, p.12)

Dedico este estudo aos meus pais Ângela e Luiz (*in memorian),* a Negra, esposa e companheira e ao meu filho Arthur.

## AGRADECIMENTOS

Penso que ninguém passa ileso por dois anos de mestrado. Esse é um período marcado por duas situações opostas, mas que se complementam. De um lado, as relações sociais, por vezes conflituosas, por vezes cordiais e amigas. Por outro, a solidão da escrita, a ausência, a falta com a família, com o filho que está para chegar ou a falta de convívio com os amigos. Desse modo, realizamos um trabalho que, ao tempo que é social, repleto de relações, é também solitário. Várias pessoas colaboraram para o desenvolvimento deste estudo e, infelizmente, sei que esquecerei algumas. Sintam-se agradecidos de pronto os que nessa relação estejam faltando.

Agradecimento todo especial merecem minha mãe, Ângela, pelo amor incondicional e inúmeros exemplos de força e afeto que levarei para o resto da vida, a minha esposa, a *Negra*, Fabiana Ferreira, grande exemplo de compreensão e companheirismo. A elas, que sempre acreditaram em mim, devo todo o estímulo, a confiança, o empenho, a colaboração e a grande paciência que tiveram para me aguentar ao longo da realização do estudo. Sem elas sua realização não teria sido possível. Justamente por isso, a elas e ao meu filho Arthur é que dedico esta dissertação. Meu agradecimento de coração e, embora vocês já saibam há tempos, amo vocês.

Agradeço a minha orientadora, Profª. Drª Susana Gastal, de quem também fui aluno. Além das orientações sempre seguras, agradeço por ter tido a oportunidade e o orgulho de conviver com uma pesquisadora que é um exemplo de seriedade intelectual e profissional, e que estabeleceu comigo uma relação respeitosa de cordialidade e de estímulo acadêmico, não faltando também os necessários e representativos “puxões de orelha”. Agradeço também ao Prof. Dr. Rafael José dos Santos, meu orientador na primeira parte do estudo, outro exemplo de seriedade intelectual, de quem também tive o prazer de ser aluno, e que também muito colaborou para a realização deste estudo, com os debates iniciais. Agradeço a todos os professores do Programa de Mestrado em Turismo da UCS, em especial a Prof. Drª Márcia Cappellano dos Santos, portadora de uma *finesse* sem igual, ao Prof. Dr. Eurico de Oliveira Santos e à Prof. Drª Liliane Guterres, que sempre estiveram presentes, seja através de palavras amenas nos momentos de tensão, ou nas entusiasmantes trocas de conhecimento. Como não agradecer à Regina, secretária do Mestrado em Turismo? O que seria de todos nós, no Mestrado, sem sua presença e atenção?

Agradeço a minha amiga, e eterna orientadora, Profª. Drª Eliana Gasparini Xerri, a Profª. Drª. Mara Cristina de Mattos Rodrigues, a Profª. Drª Marília Conforto e a Profª. Drª.

Rejane Jardim. Todas elas exemplos da mais alta competência e seriedade. Sempre me estimularam a continuar, seja mediante palavras, seja com a cedência de materiais para pesquisa e estudo ou por outras tantas ajudas. Muito obrigado.

Agradeço aos colegas de Mestrado, em especial ao Henrique, ao Bernardo, a Lu Costa e a Mariana. Outros tantos mereceriam destaque e elogios, seja pela parceria, pelos debates ou pelas críticas, mas, agradecendo a amizade e proximidade destes, remeto minha gratidão a todos. Destacando dois grandes e antigos amigos, Marcelo *Adão* Lusa e Daniel *Cichim* Gazzana, a quem agradeço o apoio e estímulo constantes, quero agradecer a todos meus amigos da Esquadrilha e da Confraria.

Agradeço as amigas e amigos de Vila Flores, Sale Fiori Bortolli, Claudia Ferro Mazzarollo e ao Rampi, que muito me ajudaram em vários momentos. Agradeço a minha amiga Iza Durli Menin e a todos meus ex professores e colegas do curso de História da UCS. Agradeço à Profª Me. Maria Beatriz Pinheiro Machado, que muito colaborou com suas sagazes colocações quando da realização do exame qualificatório. Agradeço também as minhas tias Nêne, Ana, Loli e Avelina o carinho, apoio, suporte material e financeiro que sempre me proporcionaram.

Nos lugares em que pesquisei sempre fui muito bem-recebido, principalmente na Biblioteca Central da UCS, no Arquivo, Museu, setor de Engenharia da Prefeitura de Veranópolis e Secretaria Paroquial. Agradeço à PROSUP-CAPES o apoio financeiro. Sem ele, o Mestrado em Turismo não teria sido possível.

Agradeço ao Sr. Eligio Parise, fotógrafo competente e dedicado, que repassou fraternamente várias imagens para o desenvolvimento deste estudo.

## RESUMO

Partiu-se com o objetivo de desenvolver um estudo que envolvesse três temáticas principais: Turismo, História e Memória. As três temáticas se relacionam na busca de um estudo que possa contribuir para a valorização das paisagens urbanas como atrativos turísticos, reconhecendo a cidade, ou seus centros urbanos, como bens culturais permeados por relações que envolvem múltiplos campos e interesses. Sendo assim, este estudo teve como principal objetivo analisar e compreender as relações entre Turismo, Memória e Cidade, com o olhar voltado para a localidade de Veranópolis/RS. Considerando que a cidade e sua imagem são frutos das práticas e representações dos grupos sociais, os espaços urbanos tornam-se representativos atrativos turísticos para as localidades, tendo em vista que ali se encontram visíveis as diversas temporalidades que apresentam as histórias da localidade. Assim, ruas e praças articulam essas temporalidades entre os grupos, podendo servir como suporte de atração para visitantes. Percebe-se, em Veranópolis, um distanciamento entre turismo e cidade, como urbanidade. Analisando a imagem turística propagandeada, assim como os registros relacionados à atividade, percebe-se que a opção pelo natural vem de longa data. Porém, em outros tempos, no princípio do século XX, o que era destacado eram justamente a cidade e seus atrativos culturais, o que aponta para um nefasto reducionismo da atividade turística local, pelo distanciamento entre Turismo e Cidade, dando-se grande ênfase à natureza existente na localidade, o que parece ser uma atitude reducionista à atividade turística local.



**Palavras-chave**: Turismo; Cidades; Patrimônios culturais; Região; Veranópolis/RS.

**ABSTRACT**

Broke with the goal of developing a study that involved three main themes: Tourism, History and Memory. The three themes are related in search of a study which may contribute to the enhancement of urban landscapes as tourist attractions, recognizing the city or its urban centers, as permeated by cultural relationships that involve multiple fields and interests. Thus, this study aimed to analyze and understand the relationships between tourism, Memories and the City, with the eyes on the location of Veranópolis. Whereas the city and its image are the result of practices and representations of social groups, urban areas become attractive tourism representative for the cities, given that there are visible the different times and presenting the stories of Thus, streets and squares articulate these temporalities between the groups, which may support an attraction for visitors. It can be seen in Veranópolis, a distance between tourism and the city, such as urbanity. Looking at the image of tourism advertised, as well as records related to the activity, it is clear that the option for natural has a long history. But at other times at the beginning of the twentieth century, which was posted were just the city and its cultural attractions, which points to an ominous reductionism of local tourism, the distance between Tourism and the City, giving great emphasis to nature existing in the locality, which seems to be a reductionist approach to local tourism.

**Keywords**: Tourism; Cities; Heritage sites; Region; Veranópolis/RS.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES


Figura 1 – Espaço praça, com as alterações em vermelho 73

Fluxograma 1 – Política de descentralização do turismo brasileiro 39

Fotografia 1 – Vista parcial do centro da então Alfredo Chaves, por volta de 1890 64

Fotografia 2 – Aspecto da Praça 15 de Novembro em 1912 67

Fotografia 3 – Pessoas saindo do CineTeatro Dom Vital em meados de 1950 68

Fotografia 4 – Religiosos saindo do CineTeatro Dom Vital em meados de 1950 68

Fotografia 5 – Societá Italiana Príncipe di Piemonte 70

Fotografia 6 – Sociedade Alfredochavense 70

Fotografia 7 – Comemorações referentes à Revolução de 1930 em Veranópolis 72

Fotografia 8 – Praça em obras 73

Fotografia 9 – Face norte da Praça XV de Novembro em meados dos anos 1960 74

Fotografia 10 – O espaço antes ocupado chafariz 75

Fotografia 11 – O espaço onde antes havia a cancha para a prática de esportes 75

Fotografia 12 – Praça XV de Novembro em meados dos anos 1960 76

Fotografia 13 – Chafariz em meio as intervenções realizadas na Praça XV de Novembro 76

Fotografia 14 – Fonte da Longevidade 77

Fotografia 15 – Base da fonte da longevidade 77

Fotografia 16 – Av. Osvaldo Aranha, Veranópolis, ajardinamento em “boulevard” 79

Fotografia 17 – Monte Forte d´Alpone, Vernona 79

Fotografia 18 – Veranópolis, 2005 – trecho com a volumetria original 80

Fotografia 19 – Edifícios impõem-se perante a cidade antiga 81

Fotografia 20 - A edificação, agora entre os prédios 81

Fotografia 21 – Cartão postal (frente) com votos de boas festas destacando a cidade 83

Fotografia 21b – Cartão postal (verso) 83

Fotografia 22 – Vista da cidade em meados dos anos 1970 84

Fotografia 23 – Vista da cidade em meados dos anos 2000 84

Fotografia 24 – Rua Carlos Barbosa em meados de 1930 85

Fotografia 25 – Rua Carlos Barbosa em meados do ano 2000 85

Fotografia 26 – Casa de Comissão de Terras, depois, Café Central 86

Fotografia 27 – Antiga Casa de Comissão de Terras e, agora, residência particular 86

Fotografia 28 – Casa Saretta em meados dos anos 1930 87

Fotografia 29 – Casa Saretta em meados de 2009 87

Fotografia 30 – Antigo Café Internacional, depois Casa Pessato 88

Fotografia 31 – Antiga vista oeste da Praça XV de Novembro 88

Fotografia 32 – Edifício que substitui a Casa Pessato 89

Fotografia 33 – Edifício em construção 89

Fotografia 34 – Relações de força 89

Fotografia 35 – Várias fases do Hotel Zanchetta e a presença dos carnavalistas 90

Fotografia 36 – Arcos de acesso sul e norte ao hoje *centro* de Veranópolis 96

Gráfico 1 – Total de área construída em m² no município entre 1989 e 2009 82

Imagem 1 – Imagem de satélite da totalidade urbana de Veranópolis 53

Mapa 1- Localização geográfica de Veranópolis no Estado do Rio Grande do sul 60

Mapa 2 – Apresenta alguns dos grupos colonizadores de parte do Rio Grande do Sul 62

Mapa 3 – Mapa de Alfredo Chaves com traçado dos lotes e linhas 63

Mapa 4 – Mapa de Alfredo Chaves e seus distritos 63

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMOS - Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios

FI – Folder Institucional

Iphae – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MTUR – Ministério do Turismo

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PMVERA – Prefeitura Municipal de Veranópolis

PNMT - Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PRT – Programa de Regionalização do Turismo

RM – Relatório Municipal

SECRS – Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul

SeturRS – Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul

Sphan – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

S.I.C. – Inicias do nome referente ao depoimento coletado em Vila Flores

UCS – Universidade de Caxias do Sul

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Zeit – Zonas Especiais de Interesse Turístico

**SUMÁRIO**


| | |
|---|---|
| **1 INTRODUÇÃO** | 14 |
| **2 MEMÓRIA, REGIÃO E PODER** | 21 |
| 2.1 A MEMÓRIA | 22 |
| 2.2 A CIDADE | 25 |
| 2.3 MEMÓRIA E CIDADE | 28 |
| 2.4 PATRIMÔNIOS CULTURAIS | 30 |
| 2.5 REGIÃO | 35 |
| 2.6 REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO | 38 |
| 2.7 PODER: DIALOGANDO COM OS CAMPOS | 42 |
| **3 CAMINHOS DA PESQUISA** | 48 |
| **4 VERANÓPOLIS: (DES) MEMÓRIAS E TURISMO** | 57 |
| 4.1 A CIDADE NAS MEMÓRIAS | 59 |
| 4.2 MEMÓRIAS NA CIDADE | 70 |
| 4.3 O TURISMO EM VERANÓPOLIS | 89 |
| 4.4 O DISCURSO TURÍSTICO NA CONTEMPORANEIDADE | 95 |
| **ENCAMINHAMENTOS FINAIS** | 106 |
| **REFERÊNCIAS** | 107 |
| **ANEXOS** | 117 |

# INTRODUÇÃO

> A fúria iconoclasta que, até poucas décadas atrás, levou à destruição da cidade colonial perdeu qualquer legitimidade. Hoje, fica claro que aquilo era produto da especulação, não do progresso. (PICCINATO, 2007, p. 13).

O interesse pelo tema *Patrimônio Cultural* despontou para o pesquisador ainda em sua Graduação em História, realizada na Universidade de Caxias do Sul (UCS), quando lhe foi oportunizado participar de um projeto desenvolvido em parceria entre a própria UCS e o Museu Rural de Nova Prata/RS. O referido projeto objetivava realizar a contagem e catalogação do acervo pertencente à entidade. Proporcionou aos envolvidos, de modo geral, uma interessante percepção de como aqueles objetos eram portadores de memórias e significados a seus doadores. Ao mesmo tempo, a ação de deles, se desfazerem, propiciava a outros tantos o conhecimento de memórias e histórias, passíveis de rememoração e/ou reconstrução, por meio dos acervos acondicionados na própria instituição. Nesse sentido, Possamai (2001, p. 9) considera que os museus, "além de possibilitarem o entendimento da realidade social através de suas coleções, constituem-se em fontes para a compreensão da sociedade que os engendrou, ao instituírem conjuntos de objetos destinados a terem uma duração para além de sua própria trajetória".

Tempos depois, já como aluno do Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, por meio de leituras e revisões de literatura sobre o tema, porém agora focando o Município de Veranópolis/RS, tornou-se perceptível a concernente presença de um distanciamento entre as memórias e os bens simbólicos, separados para serem acondicionados nos museus, e as memórias e os bens simbólicos, que podem ser percebidos ao se transitar pela cidade, como edificações e monumentos. A diferença apontava para o seguinte caminho: os objetos acondicionados sugeriam uma memória carregada de afetividade ou distinção, seja étnica, familiar, seja política: sentimento que não parecia ser perceptível nas práticas em ralação às paisagens urbanas. Assim, percebia-se, na paisagem da cidade, a ausência de apreço pela memória atribuída aos acervos da instituição museal existente na localidade, que parece atuar como *o* verdadeiro guardião das memórias locais. A cidade, quando abordada, surgiria como indicador de progresso e da pujança da sociedade, onde não haveria espaço para o passado, cabendo somente ao museu representar o que houvera em outros tempos. Novamente remetendo às leituras realizadas, pareceu ser visível a relação reducionista entre

os campos do turismo, da memória e da cidade, visto que essa opção empobrecia não só as questões culturais da localidade, como suas possibilidades turísticas, especialmente no que tange ao turismo urbano e cultural.

Desse modo os seguintes questionamentos apresentaram-se como norteadores ao estudo: qual o papel da cidade e quais de seus aspectos são enfatizados na atividade turística local? Como se relacionam as memórias e os patrimônios culturais com o campo turístico da localidade? Quais são os discursos turísticos destacados pelo poder público? Como as mudanças econômicas e sociais influenciam na paisagem urbana local?

Desse modo, o desenvolvimento do presente estudo une a inquietação de ver se esvaírem as edificações antigas do centro urbano de Veranópolis, em prol das verticalizadas e modernizantes construções - presença simbólica na paisagem urbana dos novos grupos sociais - e a ausência de reconhecimento e (re)funcionalidade para as antigas edificações que compõem esse espaço e que poderiam contribuir para a atratividade turística local. Isso porque o Turismo impõe-se como fenômeno econômico, social e cultural, além de se desenvolver e alimentar de modo acentuado o imaginário.

Com vistas a essas inquietações, procurou-se problematizar as representações turísticas da cidade de Veranópolis, tecendo uma abordagem que privilegia o urbano e o atual distanciamento da cidade da atividade turística, mesmo que localizada num dos principais polos turísticos do Brasil, ao tempo em que se analisam alguns dos dispositivos turísticos propagados pelo Poder Público na localidade, de modo a contribuir com uma análise crítica sobre os campos do turismo, das memórias e da cidade.

Nesse cenário, ganham destaque as questões de memória, os patrimônios materiais e imateriais, assim como as relações de força e poder presentes no espaço selecionado, pois se considera que o viver em sociedade ocorre não em espaços sociais neutros, mas, em espaços que manifestam ou representam zonas de conflito, geralmente por poder ou pelas representações desse poder, que acabam por selecionar memórias, criar identidades, impetrar costumes locais ou regionais.

Para se realizar a investigação, optou-se pela pesquisa qualitativa, com perfil exploratório e descritivo, inseridos nos estudos relacionados à história cultural. Silva (2001, p. 19), utilizando-se de Minayo (1993, p. 23), considera que a pesquisa científica é a atividade básica das ciências. Segundo a autora, a pesquisa científica seria uma “atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados”.

Optou-se pela pesquisa qualitativa, pois se considera existir uma relação dinâmica "entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa". (SILVA, 2001, p. 20). Já a opção pela pesquisa exploratória objetiva proporcionar familiaridade com o problema, com a intenção de "torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão". (SILVA, 2001, p. 21).

Segundo Moesch (2000, p. 9), o turismo é um arranjo complexo entre produtos e serviços, cuja composição se integra a "uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, trocas de informações interculturais" que, somadas, resultam em *produto turístico*. Nesse cenário ganham destaque os patrimônios arquitetônicos. Segundo Silveira e Gastal (2010, p. 58), esse tipo de patrimônio "tem se apresentado como um dos principais atrativos quando o tema é turismo cultural, sem desconhecer-se que ele também está presente como item de peso [...] no turismo rural e no turismo urbano".

Nesse sentido, as investigações e reflexões apresentadas ao longo deste estudo objetivam analisar e compreender as relações entre turismo, memória e a cidade de Veranópolis/RS, seguindo a ótica da história cultural. Propõe-se ainda**:**

- identificar e contrastar os discursos turísticos da localidade;
- analisar a imagem turística proposta pelo Poder Público à localidade no período atual;
- analisar e confrontar, mediante imagens, a ativa transformação do espaço urbano da localidade com as representações de memória, referentes aos antigos grupos sociais da localidade, enfocando memória e turismo no antigo Município de Alfredo Chaves;
- analisar as operações que constroem memórias e esquecimentos na localidade;
- ilustrar a preservação dos bens arquitetônicos ainda existentes na localidade com a possibilidade de incremento da atividade turística local, especificamente do turismo urbano;

Portanto, este é um estudo no campo do Turismo, que dialoga com os campos da Memória e da História, assim como os campos da Comunicação e da Antropologia. Busca com isso ampliar o diálogo entre cidade e patrimônio cultural, percebendo-o passível de múltiplos usos e propostas.

Na primeira parte, busca-se construir um referencial teórico, elencando importantes campos para o desenvolvimento do estudo, relacionando a proximidade existente entre eles pela revisão de literatura. Desse modo, centra-se a análise na abordagem do papel da memória

na região cultural; nas memórias do espaço urbano; nos patrimônios culturais e na sua materialidade e imaterialidade; na regionalização do turismo e na complexa relação existente entre o poder e o capital simbólico entre os campos. Na segunda parte, trata-se do caminho metodológico percorrido ao longo da investigação, as idas, vindas, mudanças, dúvidas, os erros e acertos. Na terceira, e última parte, abordam-se os campos estudados na primeira parte, relacionando-os, por meio do *corpus* fotográfico, com o espaço urbano de Veranópolis.

## 2 MEMÓRIA, REGIÃO E PODER

> A memória, de onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 1990, p. 477).

Neste capítulo discutem-se as relações teóricas entre os campos da memória, do patrimônio cultural e da região, focadas aqui como cultural e turística; do diálogo entre os três campos emergem as relações de poder existentes entre os mesmos.

Segundo Tedesco,

> [...] lidar com a memória é mexer com gente, com interpretações presentificadas e, por que não dizer, intencionalizadas, com representações sociais e fatos históricos naturalizados e/ou pouco explicados em termos de origem, objetivo, intencionalidades, manifestas em condições de existência do passado, na atualidade e com intenções projetivas (2004, p. 10).

Ao mesmo tempo em que se mexe com gente, sobre as memórias, passa-se a atribuir a possibilidade do contraste, da dúvida, da análise e interpretação crítica; de novas interrogações ou rupturas, pois sejam individuais, sejam coletivas, as memórias perpassam a multiplicidade de recordações e interpretações em relação a fatos, religando assim o passado com o presente, colaborando para a construção de significados, imaginários, discursos e pertencimentos que envolvem a sociedade, a política, o cotidiano e suas representações. Nesse sentido Nora (1993, p. 9) considera que a memória é vida, “ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”.

A memória é abordada neste estudo de acordo com o entendimento de Pollak (1992, p. 201), que a percebe como “um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”. Assim, a memória acaba por permitir que se problematize – por meio da relação entre as fontes orais, fontes documentais e dos registros fotográficos –, a complexidade dos contextos sociais, as rupturas, as transformações sociais e as mudanças culturais.

## 2.1 A MEMÓRIA

> O que percebo em mim quando vejo as imagens do presente ou evoco as do passado? (BOSI, 1987, p. 44).

Diferentes campos do conhecimento lidam com a memória. A partir da História, Le Goff (1990) compreende a memória como um conjunto de funções relativas à esfera mental ou comportamental da consciência humana. Dessa forma, o campo da memória caracterizar-se-ia por se relacionar com percepções, pensamentos, lembranças e esquecimentos; com sensibilidades, motivações e também com as ações, "graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas" de forma que, como sugere Izquierdo (2009, p. 15), a memória envolveria a "aquisição, conservação e evocação de informações".

Izquierdo (2004), a partir da Medicina e da Biologia, considera o funcionamento da memória mediante o recebimento de informações que, ao serem processadas e decodificadas, acabam por *marcar* o cérebro, permitindo, assim, o surgimento de memórias de curto, médio ou longo prazo. Isso possibilitaria sua divisão em categorias, de acordo com sua duração temporal. Propõe o pesquisador a existência de uma memória com curta duração, com permanência de poucos segundos ou minutos, isto é, a *memória imediata*, que equivale a uma memória de trabalho; por exemplo, proporciona a ligação entre as palavras adequando os entendimentos textuais ou, então, a rápida retenção de um número telefônico. A *memória de curta duração*, com duração de uma a seis horas, e a *memória de longa duração*, com alcance de horas, dias ou anos iniciariam ao mesmo tempo, imediatamente após "adquirida cada experiência ou de acontecido um *insight*". Considera o autor que a memória de longa duração é também denominada *memória remota* e levaria de

> [...] duas a seis horas para ser formada e requer uma série de processos bioquímicos concatenados em várias regiões cerebrais, que culminam na expressão gênica e na síntese de novas proteínas. Enquanto isso, ela não esta completa e nem pode, portanto, ser corretamente utilizada. As alterações bioquímicas nas quais se baseia causam alterações morfológicas e funcionais nas sinapses ativadas por cada memória, e essas alterações podem durar muitas horas ou anos. (2004, p. 21).

Assim, desenvolver-se-iam as memórias que podem durar dias, anos ou em boa parte da vida dos seres humanos. Do ponto de vista do conteúdo relacionado a essas memórias, Izquierdo considera que elas podem ser classificadas como: *memória de trabalho*, uma memória que não deixa registros permanentes; *memórias declarativas*, consideradas

memórias que o ser humano pode "declarar", como "a lembrança de um rosto, de um incidente, de um poema, de toda a medicina" (p. 23), e que seria adquirida pela consciência plena do ser humano, e as *memórias procedurais*, consideradas memórias que se apresentam por meio das práticas ou dos hábitos. Como exemplo podem ser citados: dirigir um automóvel, andar de bicicleta, caminhar, respirar ou tocar um instrumento musical. Para a realização dessas múltiplas tarefas, segundo Izquierdo, ocorreriam associações entre os diferenciados níveis de memórias, advindo então inter-relações processuais entre os estilos, pois "para tocar piano é preciso saber música, para digitar num teclado de computador é preciso saber o alfabeto, os números, as funções e sua distribuição no teclado". (p. 24).

Quanto às lembranças de longa data, relacionadas à memória remota, segundo Izquierdo, existiriam ao menos três razões para que lembremos detalhadamente de fatos há muito tempo ocorridos: a primeira se manifestaria na forte carga emocional que acompanha o *acontecimento*, como o nascimento dos filhos ou a morte de entes queridos, sendo possível a prática associativa da memória à data do ocorrido ou ao fato em questão, relacionando-os. "Todos lembramos exatamente onde e com quem estávamos e que fazíamos quando soubemos da morte de Ayrton Senna" (2009, p. 38), exemplifica o pesquisador.

A segunda razão seria a necessidade diária referente ao que deve ser rememorado com grande frequência, como a língua do local em que vivemos ou das operações matemáticas. Seriam então as memórias "essenciais para o nosso dia a dia e as lembramos bem porque as repetimos e usamos muitas vezes, nos mais diversos contextos". (p. 37). Lembramos, portanto, pela repetição. A terceira razão seria perceptível nos idosos, de modo que, utilizando-se das palavras de Manrique, Izquierdo atesta que, para eles, "qualquer tempo passado foi melhor" visto que "é preferível lembrar-se dos tempos em que tinha futuro pela frente, seus amigos estavam vivos e ele não tinha artrite do que recordar este em que sabe que seu tempo é curto". (2009, p. 38).

A memória, nos últimos anos, tornou-se objeto de estudos e análises amplamente desenvolvidas e diferenciadas, o que colabora para que ocorram frequentes e acirrados debates teóricos sobre o tema numa mesma proporção, visto que os campos de investigação, que abordam a temática da *memória*, são amplos e representativos, abrangendo desde as ciências biológicas, os campos sociais, políticos ou culturais; os imaginários, os esquecimentos e os silêncios que permeiam o cotidiano das sociedades, visto que as memórias não são totais, mas seletivas. Dessa maneira surgirão fatos que poderão ser lembrados e enaltecidos, assim como outros que serão - ou que "deverão" -, ser esquecidos. Como afirma o historiador Le Goff,

> [...] la memoria colectiva ha constituido un hito importante en la lucha por el poder conducida por las fuerzas sociales. Apoderarse de la memoria y del olvido es una de las máximas preocupaciones de las clases, de los grupos, de los individuos que han dominado y dominan las sociedades históricas. Los olvidos, los silencios de la historia son reveladores de estos mecanismos de manipulación de la memoria colectiva (LE GOFF, 1992, p. 134).

Esse historiador ressalta que a importância social da memória lhe traz poder entre as forças sociais. Torna-se possível, assim, a abrangência de sua utilização, mediante múltiplas formas e variados interesses, percebidos pela seleção social dessas memórias, realizada, por vezes, de forma voluntária pelas comunidades (pelos grupos sociais com maior articulação), ou impostas por setores hegemônicos, ou em busca de hegemonias, que predeterminam a construção de *uma* memória que será tratada ou abordada como oficial e que pode ser constituída e/ou enaltecida pelo poder construtivo e comunicacional da mídia, tenha ela alcance local, regional ou nacional, ou condenada ao apagamento.

Essas complexas relações sociais acabam por, ao menos, tentar produzir memórias que serão perpassadas aos mais variados grupos sociais da localidade ou de visitantes dessa localidade. Por vezes, surgem conflitos identitários ou de apagamento social, como a exclusão de determinados grupos sociais de um contexto urbano; esquecimentos sobre determinados grupos de imigrantes ou mediante uma hipervalorização de práticas realizadas por determinados grupos, em prol de outros com menos poder comunicacional ou de divulgação das suas memórias.

Em ambos os casos, percebe-se a existência de fortes relações de poder na demarcação do que se deve lembrar ou esquecer, por vezes expondo-se a conflitos sociais, visto que *o social* é composto por uma ampla complexidade de grupos fragmentados, com múltiplas memórias coletivas e múltiplos interesses de representação.

Segundo Pollak (1989, p. 12), essas memórias não se apagam, elas não são esquecidas, mas “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados”. Um dos principais poderes relacionados às memórias seria o poder da transmissão do discurso, da recordação a outrem, das mais variadas formas, seja por meio de relatos escritos, orais, seja fotográficos. Mesmo sem uma potência condizente com o discurso hegemônico, essa memória estará viva, sedo repassada para os membros dos grupos ou para visitantes e visitados, em um claro conflito de poder sobre o que e como se deve recordar.

Considera-se então a memória como uma teia, um complexo de relações e representações permeadas por múltiplos significados, significações e interesses que atuam de

forma conflituosa, intra ou extragrupo, colaborando de maneira acentuada para que se possa instaurar ou determinar identidades, costumes ou "verdades", apresentadas como tradições de amplitude local, regional ou nacional. Atuam para a construção de atrativos turísticos, afirmação de identidades culturais ou a oficialização de verdades sobre fatos ou acontecimentos[1].

## 2.2 A CIDADE

> Eu pertenço a esta cidade porque dela me lembro constantemente; em meu caso, pertenço também a outras, que estão guardadas em lugares preciosos da minha memória. (IZQUIERDO, 2009, p. 12).

"Creio que não digo uma grande novidade, asseverando que nós os brasileiros conhecemos muito pouco a nossa terra, e que não nos esforçamos bastante para conhecê-la, como aliás é preciso". (MACEDO, 2004, p. 21). É assim que Macedo dá inicio ao livro *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, lançado em 1862, em que relata a história dessa cidade, relacionando-a a lugares como fortes, praças, mosteiros ou palácios. Embora enfocando lugares que fazem referência a uma arquitetura de espetáculo, seja por suas dimensões espaciais, seja por sua plasticidade arquitetônica, Macedo relata a vida e a história da cidade, por meio de seus equipamentos urbanos, destacando em alguns casos o descaso, a usurpação ou o abandono.

Um passeio pela cidade, seja ela a antiga capital do Império brasileiro, posteriormente da República, seja uma pequena cidade do interior de qualquer localidade existente no planeta, permite que o visitante, o turista, o viajante, ou qualquer designativo que se venha a utilizar, para fazer referência ao sujeito (ou grupo destes) que a trabalho, ou por lazer opta por conhecer outras localidades e suas manifestações culturais, fique imbuído, ou não, pelo imaginário de uma cidade ideal. Bem assim pela ansiedade de um presumível estranhamento com as diferenças culturais encontradas nessas localidades. Quando essas pessoas andam pelas ruas, passam a ver a cidade real; percorrem trajetos comuns à grande parte da população; observam as diferenças, percebem os afloramentos das culturas nos gestos, nas falas, nos costumes, nas edificações, nas praças. Percebem a gastronomia, os cheiros, a

[1] Mais em: COMARÚ, Itamar Ferretto. *Paco Sanches: armas, poder e memória*. A construção da memória de um adepto do Partido Republicano gaúcho. In: **V Simpósio Nacional de História Cultural**, 2010, Brasília. Anais do V Simpósio Nacional de História Cultural, CD.

provável limpeza do ambiente, a cortesia e a indiferença; contemplam assim os espaços, enquanto elaboram suas impressões sobre o local e sobre as pessoas que o habitam, apreendendo as representações que proporciona a complexidade das localidades.

Nessa situação, o sujeito se assemelha então ao antigo *flâneur*, que, segundo Pesavento (1999, p. 31) seria um "leitor da cidade por excelência", ao aliar do seu "caminhar através das ruas e calçadas a tessitura de uma narrativa, na qual incorpora suas interpretações desse vagar". (POSSAMAI, 2007, p. 60). Essa visualização do cotidiano é, por vezes, comparada ao espetáculo, a uma representação de obras dramáticas com *atores reais*, que são observados durante a realização da viagem. Nesse caminho, Burke (2000, p. 143) dá a conhecer as palavras de James, para qual o ato de viajar é por assim dizer, como "ir ao teatro assistir a uma peça" (p. 143).

O teatro, mesmo o de rua, necessita de cenários e/ou de elementos visuais, de modo que, por mais simplificados que sejam e/ou pareçam, eles estão presentes, tornando-se parte da peça, propiciando o envolvimento dos atores, referenciando ao público a temporalidade em que a peça se deu ou se dá. O cenário é a representação de algo, de um tempo, atual ou pretérito, de uma imagem construída ou somente imaginada.

Os cenários também se fazem presentes na atividade turística, pelo imaginário ou pelas representações presentificadas nos locais visitados. Entende-se o patrimônio arquitetônico como um cenário, seja ele urbano ou rural. Pode ser considerado um rico portador de sinais, funcionando como representação de um dado período sócio-histórico, representante de determinados grupos que formam, com maior ou menor força e/ou representatividade, o social das localidades.

A materialidade das edificações acaba por representar o suporte do tempo *in loco*, referenciada como indicador temporal totalmente possível de inserção em roteiros turísticos, em propostas educacionais escolares, em projetos de educação e interpretação patrimoniais, nas análises das sociedades entre outras variadas possibilidades de utilização.

Essas representações da cultura material dos povos e sua possível riqueza de informações podem surgir aos olhos dos turistas e de demais interessados como fortes representantes da cultura local, proporcionando a possível leitura da realidade existente no ponto visitado. Um percurso histórico pela cidade pode colaborar para que o visitante perceba e entenda "o crescimento e a evolução da cidade que está visitando. Isso pode ser feito pela organização coerente e cronológica das informações e das visitas a locais de relevância política, social e histórica". (MENESES, 2002, p. 23). Pode seguir depois para museus,

centros culturais ou praças, entre outros lugares que propiciem usufruir a representatividade da herança histórica das localidades e de seus patrimônios culturais.

Símbolo do contraste de gerações, a materialidade arquitetônica das cidades serve de referencial para visitante e visitado. Utilizando-se palavras de Brandis, Tavares (2002, p. 55) considera-se que os recursos que alimentam o turismo urbano são vários e "dificilmente poderão ser identificados de forma exaustiva. Para além dos grandes museus ou dos monumentos celebres, há uma série de elementos – muitos dos quais discretos – que participam da formação da imagem das cidades e da sua capacidade de atração turística". Na análise de Meneses (2002, p. 57), "para o desenvolvimento do turismo histórico, o centro das cidades é de fundamental importância, pois é, em geral, seu local de origem e do início de seu desenvolvimento", de maneira que se torna um representante dos progressos e/ou retrocessos sociais.

No que diz respeito ao centro urbano, Lefèbvre (2001, p. 12) considera que as qualidades "estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contêm apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios e diversões". Desse modo, para o autor, o núcleo urbano torna-se um produto que pode ser consumido, um "produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo de lugar" (p. 12).

Para Lefèbvre (2001, p. 12) "os antigos centros entram de modo mais completo na troca e no valor de troca, não sem continuar a ser valor de uso em razão dos espaços oferecidos para atividades específicas. Tornam-se centros de consumo". No entanto, para o pesquisador, o ressurgimento "arquitetônico e urbanístico do *centro comercial* dá apenas uma versão apagada e mutilada daquilo que foi o núcleo da antiga cidade, ao mesmo tempo comercial, religioso, intelectual, político, econômico (p. 12).

As cidades, segundo Gastal (2006, p. 9), passaram a ser "destinos turísticos privilegiados, tornando o complicado ainda mais complexo", tendo em vista o número de visitantes que chegam às localidades, por vezes superando a própria população residente. Nesse sentido, a pesquisadora considera que se produz a necessidade de qualificar o olhar sobre "o urbano, para além das visões tradicionais do planejamento, exigindo nas municipalidades uma presença técnica multidisciplinar, com especialistas, entre outros, em turismo, geografia, antropologia, história da arte". (GASTAL, 2006, p. 9).

## 2.3 MEMÓRIA E CIDADE

> Como trágica ladainha a memória boba se repete. A memória viva, porém, nasce a cada dia, porque ela vem do que foi e é contra o que foi. *Auíheben* era o verbo que Hegel preferia, entre todos os verbos do idioma alemão. *Auíheben* significa, ao mesmo tempo, conservar e anular; e assim presta homenagem à história humana, que morrendo nasce e rompendo cria. (GALEANO, 2002, p. 65).

Bosi (2003) considera que cada geração de moradores de uma cidade tem acontecimentos que funcionam como pontos de atrelamento a sua história, perceptíveis nas estruturas das cidades, que contam passagens da própria vida ou que representam as relações sociais do cotidiano. No dizer da pesquisadora, o "caudal de lembranças, correndo sobre o mesmo leito, guarda episódios notáveis que já ouvimos muitas vezes de nossos avós. A passagem do cometa Halley, com sua cauda luminosa varrendo o céu paulistano, os mata-mosquitos de Oswaldo Cruz nos bairros varzeanos, a gripe espanhola" (2003, p. 200), entre outros exemplos citados pela estudiosa, que sugerem uma relação de memória com os espaços das cidades.

Para Tedesco (2004, p. 28), os subsídios que mediam ou referenciam as memórias, sejam "objetais, de consciência coletiva e individual, de políticas de lembrança e de esquecimento, etc., servem de suporte à cultura, à identidade social e étnica, à tradição, à possibilidade de materialização de formas simbólicas da vida cotidiana, bem como aos dramas e tramas históricos". Já para Le Goff (1990, p. 220) a aceleração da História levou "as massas dos países industrializados a ligarem-se nostalgicamente às suas raízes: daí a moda *retro*, o gosto pela história e pela arqueologia, o interesse pelo folclore, o entusiasmo pela fotografia, criadora de memórias e recordações, o prestígio da noção de patrimônio".

Huyssen (2000) considera a emergência da memória como um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes da atualidade, mais representativo inclusive que as aspirações de futuro em prol dos *passados presentes*. A memória, como produto de comercialização, se tornou um interessante filão para a indústria cultural, pela comercialização da nostalgia. Desse modo, Huyssen afirma que, desde a década de 70, observava-se na Europa e nos Estados Unidos (e porque não em certos lugares do Brasil e da América Latina) um culto à memória que abrange desde os modos de ser e vestir, passando por livros e séries de televisão, restaurações e conservações dos centros urbanos, das cidades,

dos museus, das arquiteturas, incluindo então a possibilidade da musealidade doméstica, pelos equipamentos de baixo custo que permitem fotografar e filmar tudo, o tempo todo. (2000).

Bosi (2003, p. 200), porém, quando faz referência ao espaço urbano, considera que a memória "rema contra a maré". Para ela as lembranças "se apóiam nas pedras da cidade. Se o espaço, para Merleau-Ponty, é capaz de exprimir a condição do ser no mundo, a memória escolhe lugares privilegiados de onde retira sua seiva" (p. 200). Desse modo, a pesquisadora destaca, em primeiro lugar,

> [...] a casa materna; tal como aparece nas biografias, é o centro geométrico do mundo e a cidade cresce a partir dela em todas as direções. Dela partem as ruas, as calçadas onde se desenrolou nossa vida, o bairro. Sons que voltam, sons que não voltam mais, pregões, cantilenas que recolhi e procurei gravar em pauta musical (BOSI, 2003, p. 200).

Referindo-se ao bairro, Bosi (2003) considera que ele seria uma totalidade estruturada, comum a todos e que transmite um sentido de identidade. Seria então um *lugar nosso*. Consideramos que esse pensar possa estar relacionado às cidades, a qualquer cidade, a *nossa* cidade. Bosi percebe a valorização do espaço desse bairro ou, para nós, dessa cidade e declara que, quando a aparência do bairro adquire, "graças ao trabalho ingente dos moradores, um contorno humano, ele se valoriza. Vêm as imobiliárias e compram uma casa, depois outra, o quarteirão. [...] os edifícios altos esmagam sua moradia, roubam-lhes o sol, a luz, o horizonte. As quadras são arrasadas, os velhos acuados. Para onde vão?" (BOSI, 2003, p. 206).

Pensamento semelhante é compartilhado por Luiz Fernando de Almeida, presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, (Iphan). Para ele, se fotografarmos a periferia de Ouro Preto, a periferia de Belém ou a periferia do Rio de Janeiro, veremos que as cidades estão crescendo de maneira absolutamente igual e não só as periferias com baixa renda, mas também as de alta renda, da classe média, as cidades estão todas iguais.[2]

Segundo Elhajji (2002, p. 178), o "*self* do indivíduo ou o *ethos* do grupo não podem ser nem separados nem dissociados da espacialidade que os contêm e lhes dá forma, seja ela corporeidade, ritualística, territorialidade ou cosmogonia". Halbwachs (1990, p. 157), em seu clássico livro, *A memória coletiva*, alerta que o entorno material "leva ao mesmo tempo nossa marca e a dos outros. Nossa casa, nossos móveis e a maneira segundo a qual estão dispostos,

[2] Opinião coletada mediante anotações realizadas na palestra de abertura do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, na cidade de Ouro Preto - MG, em 2009.

o arranjo dos cômodos onde vivemos, lembram-nos nossa família e os amigos que víamos geralmente nesse quadro".

> Não é tão fácil modificar as relações que são estabelecidas entre as pedras e os homens. Quando um grupo humano vive muito tempo em lugar adaptado a seus hábitos, não somente os seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens que lhe representam os objetos exteriores (...) Nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço — aquele que ocupamos, por onde passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir — que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (HALBWACHS, 1990, p. 131-143).

As cidades passam, então, a ter suas paisagens urbanas próximas de uma ampla e generalizada similitude, tendo, como representantes das singularidades/multiplicidades locais, os resquícios de representações temporais ainda não consumidas pelo campo imobiliário, mas dominadas pela invisibilidade social urbana. O patrimônio cultural, por vezes, torna-se invisível perante a dinâmica das cidades, perante também a verticalização dessas cidades, perdendo assim sentidos e significados. Nesse complexo campo de atratividades, as cidades e as realidades urbanas surgem como obras completas e em permanente construção, repletas de importâncias e significados, pois nelas está o centro da vida social, política e econômica; nelas se acumulam os capitais materiais e imateriais; percebem-se as práticas e as representações dos grupos que as compoem.

## 2.4 PATRIMÔNIOS CULTURAIS

Antes de adentrar ao campo do patrimônio cultural, retoma-se a questão da memória como proposta por Pollak (1992, p. 201) que a considera "um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes". Ou seja, entende-se que ela age de maneira preponderante sobre os legados culturais. Por meio dela se promove a valoração; creditam-se valores ou interesses pelo bem que poderá vir a ser merecedor da chancela de patrimônio cultural. A memória possibilita a intenção de preservação ou o descarte; possibilita afetividade ou revolta. A memória torna compreensível o que é reconhecido como patrimônio cultural.

Desse modo, entende-se que a memória acarretaria o surgimento dos patrimônios culturais. No instante em que se dá a desmemória sobre uma crença, sobre um equipamento

urbano, sobre uma prática gastronômica, passa-se a conviver com a invisibilidade patrimonial, perde-se o sentido da preservação, perde-se a representatividade social do que outrora fora um patrimônio ou postulante a tal chancela.

Segundo Chagas (2002, p. 61), o conceito de patrimônio "não é pacífico, envolve determinados riscos e pode ser utilizado para atender a diferentes interesses políticos". Dessa forma, nesta investigação, opta-se por considerá-lo como sendo a complexidade de bens que se tornam representativos de um passado comum, efetivo ou imaginado como tal, que pode incluir "obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos" (CHOAY, 2001, p. 11). Portanto, essa herança material/memorialística, representada em sinais, em registros do passado, nos monumentos, nas memórias, em manifestações sociais ou, simplesmente, nas manifestações culturais, materiais ou imateriais que, ligadas ao habitante, ao visitante ou ao pesquisador, propicia um possível olhar sobre essas sociedades; torna perceptíveis as relações e as transformações decorrentes dessas próprias práticas sociais. Assim, essa construção conceitual não abarca somente edificações ou acervos acondicionados em instituições de memória, mas sugere uma ampla relação destes com as imaterialidades, com as memórias, com os saberes e fazeres das localidades.

Fonseca (2009), considera que o entendimento amplificado da noção de patrimônio cultural apresenta três consequências:

> Em primeiro lugar, vem diminuir certas dicotomias que, tradicionalmente, organizam o campo das políticas culturais: produção X preservação; presente X passado; processo X produto; popular X erudito. [...] Em segundo lugar, vem esclarecer certos mal-entendidos, como o que restringe a idéia de patrimônio imaterial a folclore e/ou cultura popular. [...] Em terceiro lugar, a questão abre espaço para estender a grupos e nações de tradições não européias as políticas de patrimônio cultural (2009, p. 71-72).

Assim, a apresentação de um conceito amplo evoca as complexidades presentes nos patrimônios culturais existentes nas sociedades, independentemente de classes, épocas e estilos. Complexidade que, embora sugira multiplicidade, é marcada por relações de poder que atuam sobre o campo econômico, político e cultural, representados na visualidade das localidades, seja na arquitetura, na ordenação espacial do território ou nas práticas do cotidiano.

No que se refere à materialidade e imaterialidade patrimoniais, durante os anos 90 ganhou destaque no Ministério da Cultura, o debate sobre o registro dos bens de natureza imaterial (CHAGAS, 2009). Uma discussão que, segundo o autor, não seria recente, mas que remeteria aos anos 30 e envolveria, entre outros atores, o modernista Mário de Andrade.

Poeta e escritor, Mário de Andrade foi encarregado por Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde no governo de Getúlio Vargas, em 1936, de encaminhar a elaboração do anteprojeto que daria início ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). “Duas semanas depois (março de 1936), o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN) estava pronto e aprovado por Capanema e, em menos de um mês seria implementado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).” (CHAGAS, 2009, p. 101).

Entregue por Andrade com agilidade e modificado pelo governo com rapidez, o anteprojeto foi transformado em projeto por Gustavo Capanema, Rodrigo Melo Franco de Andrade e equipe. Sendo aprovado pela Câmara dos Deputados, “recebeu emendas no Senado Federal e voltou à Câmara para nova aprovação e... o golpe do Estado Novo dissolveu o Congresso Nacional. Após essas idas e vindas, o Dec.-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, foi promulgado pelo presidente Getúlio Vargas”. (CHAGAS, 2009, p. 101).

Diz o decreto, em seu Capítulo I:

> Art. 1º - Constitui o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (DECRETO-LEI Nº 25, de 30 de novembro de 1937).

Surge então uma, e talvez a principal, das mudanças realizadas entre a preparação do anteprojeto e a elaboração do decreto: a ausência das imaterialidades. Mário de Andrade preocupava-se com as imaterialidades, assim como com as manifestações populares do povo brasileiro, a ponto de, segundo Chagas (1996, p. 79), considerar que defender “nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização”. Considerava o poeta que, da

> [...] mesma forma com que a inscrição num dos livros de tombamento de tal escultura, de tal quadro histórico, dum Debret como dum sambaqui, impede a destruição ou dispersão deles, a fonografia gravando uma canção cientificamente ou o filme sonoro gravando tal versão baiana do bumba-meu-boi, impedem a perda destas criações, que o progresso, o rádio e o cinema estão matando com violenta rapidez (REVISTA DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E HISTÓRICO NACIONAL, n. 30, 2002, p. 148).

Porém, para o governo Vargas, envolto em sérias questões sociopolíticas, a demanda de uma nacionalidade regular, sem ambigüidades, sobre *o que somos, quem ou o que representamos*, era iminente e refletia suas intenções nacionalistas, em busca de uma identidade nacional homogênea, privilegiando a construção do nacional em sentido oposto aos regionalismos defendidos por Mário de Andrade. Além disso, a inclusão do Brasil no “concerto das nações se daria não tanto pelo conhecimento e valorização de diferentes

manifestações culturais como identificadoras de brasilidade [...] mas pela identificação de uma arte brasileira que pudesse se enquadrar na classificação tradicional da história da arte no mundo ocidental". (CHUVA, 2009, p. 374).

Assim, os patrimônios culturais brasileiros, constituídos por bens móveis ou imóveis, relacionados a fatos memoráveis da História, ou por seu excepcional valor artístico, arqueológico, bibliográfico ou etnográfico, objetivavam suprir essa lacuna e estruturar a identidade nacional brasileira. Tinham como principal ferramenta, elaborada pelo decreto, a possibilidade de tombamento como forma de preservação dos bens de *pedra e cal*. Assim, passaram a ser protegidos e enaltecidos bens como palácios, igrejas, fortes, pontes, entre outras formas arquitetônicas de grande representatividade, estivessem isoladas ou em conjunto, como a cidade de Ouro Preto. Desse modo, segundo Chuva,

> [...] o "patrimônio colonial brasileiro" – especialmente aquele designado barroco – integrou o Brasil ao mundo civilizado no âmbito da arte. Mais do que isso, tornou-se de tal forma reconhecido pela comunidade nacional imaginada, por meio da ampla, variada e infinita multiplicação e reprodução de sua imagem, em diferentes suportes – tais como livros, mapas, censos, fotografias etc. -, que é quase impossível, hoje, não se reconhecer a nação por meio desse ícone de "brasilidade" um dia inventado (2009, p. 373).

Segundo Abreu e Chagas (2009) e Sant´Ana (2009), foi no período pós-Segunda Guerra Mundial que os "processos e práticas culturais começaram, lentamente, a ser vistos como bens patrimoniais em si, sem a necessidade da mediação de objetos". (SANT´ANA, 2009, p. 51). No final da Segunda Guerra Mundial, a criação da "Unesco, na década de 1940, refletiu a tentativa de quebrar os antagonismos entre nações. Nesse contexto destacou-se a vertente universalista da noção de patrimônio da humanidade. A Unesco representava a proposta de criação de mecanismos capazes de colocar, em relação, várias culturas nacionais" (ABREU; CHAGAS, 2009, p. 36).

> Duas concepções afirmaram-se: em primeiro lugar, a de que mesmo no interior do contexto nacional existiam culturas diversas e plurais, ou seja, a de que cada nação comportaria uma infinidade de culturas e subculturas; em segundo, a noção de que a cultura congregava bens materiais, e imateriais ou intangíveis (2009, p. 37).

Porém, somente a Constituição Federal de 1988, em seu art. 216, ampliou o conceito do que seria o patrimônio cultural brasileiro, reconhecendo que, além dos patrimônios de *pedra e cal*, deveriam ser reconhecidas/preservadas as imaterialidades culturais. Constituir-se-ia então como patrimônio cultural "os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira". (CF. 1988, p. 91). Assim, segundo a carta magna, seriam patrimônios da nação,

> I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (CF. 1988, p. 91).

Doze anos depois, em agosto de 2000, por meio do Decreto 3.551, foi instituído no Brasil o Registro e o Inventário de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que constituem o patrimônio cultural brasileiro, por meio do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Os registros desses bens, em livros denominados *Registro dos Saberes*, *Registro das Celebrações*, *Registro das Formas de Expressão*, *Registro dos Lugares*, acabam por "valorizar o tema do intangível, contribuindo social e politicamente para a construção de um acervo amplo e diversificado de expressões culturais, em diferentes áreas", que envolve "línguas, festas, rituais, danças, lendas, mitos, músicas, saberes, técnicas e fazeres diversificados". (ABREU; CHAGAS, 2009, p. 13).

Lévi-Strauss (2006, p. 79), ao analisar o referido decreto, considera que o patrimônio material e o imaterial "não aparecem mais como duas áreas separadas, mas como um conjunto único e coerente de manifestações múltiplas, complexas e profundamente interdependentes dos inúmeros componentes da cultura de um grupo social". Isso porque os "elementos do patrimônio físico aparecem, juntamente com seu ambiente, sempre como suporte de saberes, de práticas e de crenças; eles organizam uma 'paisagem' vivida pela comunidade e participam de sua identidade".

Percebe-se, mediante a análise de Lévi-Strauss, uma valorização do todo, da complexidade do cotidiano; Há a valorização de patrimônios que teriam como fim diminuir as fronteiras entre as oficialidades e os cotidianos, apresentando, por esses patrimônios, sociedades cada vez mais fragmentadas em seus pensamentos, em suas lembranças, em suas opiniões e atitudes. Sociedade em que se faz presente ou se repercute nos multifacetados discursos relacionados aos acontecimentos e aos indivíduos que compõem/compuseram as localidades, os discursos e as patrimonialidades, que se tornam possíveis de utilização na pesquisa histórica, nos contextos educacionais ou na atividade turística.

O campo patrimonial pode colocar em discussão muitos fatores que envolvem as comunidades, como as identidades que as compõem; as variadas manifestações étnicas; as muitas visões da História que são, ou podem ser, representadas pelos patrimônios ali existentes; os ecletismos religiosos; o poder das memórias e dos esquecimentos. Isso possibilita que os patrimônios culturais, sejam eles imateriais ou materiais, sejam moveis ou imóveis, sejam percebidos como bens que representam fenômenos sociais complexos,

passíveis de serem considerados referenciais ou lugares de memória. Servem como força e voz a atos cometidos no passado, representados/rememorados pelas memórias, nos esquecimentos ou nas tensões locais ou regionais.

Se o patrimônio cultural é uma representação do passado, de construção comum, o futuro também passa a ser construção. O patrimônio cultural passa a ser uma espécie de elo entre o ontem, o hoje e o amanhã e que, como sugere Beni (2004), poderá vincular-se ao turismo.

## 2.5 REGIÃO

Segundo Santos, as regiões são subdivisões do espaço, seja do espaço total, do espaço nacional, seja do espaço local, pois "as cidades maiores também são passíveis de regionalização. As regiões são um espaço de conveniência, meros lugares do todo, pois, além dos lugares, não há outra forma para a existência do todo social, que não seja a forma regional". (SANTOS, 1994, p. 48).

Nesse sentido, para Pozenato (2003), a região não seria "na sua origem, uma realidade *natural*, mas uma divisão do mundo social estabelecida por um ato de vontade [...] é antes de tudo um espaço construído por decisão, seja política, seja de ordem das representações, entre as quais as de diferentes ciências" (p. 150). A História, a Geografia Humana, a Economia, a Antropologia, a Sociologia, entre outras tantas ciências ou campos do conhecimento, possibilitam, segundo o autor, ser possível falar em "região histórica, região cultural, região econômica" (POZENATO, 2003, p. 150) e, por que não, região turística, com suas amplas possibilidades de estudos e análises no mesmo espaço territorial.

De acordo com Bourdieu (1989), a região é representação. Ela seria uma *realidade* que depende de conhecimento e reconhecimento. Quando da procura da objetividade da identidade regional ou da identidade étnica, não se deve esquecer que, "na prática social, estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objeto de *representações mentais*, quer dizer, de atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os agentes investem os seus interesses e os seus pressupostos" (p. 112), concebidas também mediante "*representações objectais,* em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.) ou em actos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que tem em vista determinar a

representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores". (p. 112).

Nesse sentido, para Pozenato (2003, p. 152), "o que é entendido como uma região é, realmente, uma regionalidade", um conjunto de práticas cotidianas realizadas por setores de uma sociedade, que se utilizam de meios e fatores sociais internos ou externos; de ciências e disciplinas variadas; dos imaginários e das representações desses imaginários; das manifestações de poder e das construções discursivas, criando assim uma possível oficialidade.

Sendo assim, nesse cenário ganham destaque as questões de memória, os patrimônios imateriais e materiais, as identidades e suas consequentes relações de força e poder. Não vivemos em um espaço social neutro, mas em espaços que manifestam/representam zonas de conflito, geralmente por poder ou pelas representações desse poder, que acaba por selecionar as memórias; criar identidades; impetrar costumes locais ou regionais, manifestando-se então na cultura, nos discursos da localidade ou em sua rede de simbolismos ou significações. Discursos que são contados, mas também silenciados, discursos mantidos a distância e que, embora mantidos a distância, não deixam de falar, de lembrar e de ensinar, enfrentando assim o esquecimento, a redução ao silêncio.

Remetendo-se à antiga percepção/concepção de região, Santos (1994, p. 48), considera que ela fôra no passado, um sinônimo de "territorialidade absoluta de um grupo, através de suas características de identidade, de exclusividade e de limites. Hoje, o número de mediações é muito grande, o que induz, freqüentemente, à confusão de imaginar que a região não mais existe" (p. 48). Paradoxalmente, dessa maneira, as regiões e suas especificidades passaram a ser mais valorizadas e abordadas a partir da aceleração do processo globalizante mundial. Este, certa forma, segundo Santos (1994) e Beni (2004), manifesta-se na "ascensão do local como reação positiva ao global" transformando regionalidades em produtos a serem estudados, pesquisados, enfatizados e/ou, relacionando a região a uma produção social, que pode ser ofertada ao mercado consumidor e, inclusive ser passível de comercialização. Como bem observou Lencioni (1999, p. 177), utilizando-se de Lefèbvre, esse consumo de "representações é uma característica dos dias atuais – consumir as coisas é também consumir os signos. Signos que se colocam como universais e que se fazem na realidade cotidiana".

Bourdieu (1989, p. 110) considera que "por um efeito que caracteriza, de modo próprio, as relações de (mal) conhecimento e de reconhecimento, os defensores da identidade dominada aceitam, quase sempre tacitamente, por vezes explicitamente, os princípios de identificação de que sua identidade é produto".

Por identidade, compartilhamos da posição de Pollack (1989, p. 5) que a define como sendo “o sentido da imagem de si, para si e para os outros”. Dessa maneira, ela proporciona a diferenciação entre os variados grupos sociais e culturais, pela imagem “que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”. (POLLACK, 1989, p. 5).

Assim, torna-se possível a comercialização de imaginários de italianidade em dado território do Rio Grande do Sul, a Serra gaúcha, como se vende a etnicidade/regionalidade de outros grupos de imigrantes, de colonizadores ou de colonizados existentes neste estado ou no País, embora em menor grau de divulgação ou valorização, pois por vezes, esses não fazem parte dos grupos de tradição europeia. Para Grünewald (2003, p. 145), etnicidades são “fenômenos sociais que refletem as tendências positivas de identificação e inclusão de certos indivíduos em um grupo étnico. A distintividade dessa identidade, para caracterizar um grupo étnico, deve se remeter a noções de origem, história, cultura e, até, raça comuns”.

> Uma determinada região é constituída, portanto, de acordo com o tipo, o número e a extensão das relações adotadas para defini-la. (...) em uma última instancia, não existe uma região da Serra ou uma região da Campanha a não ser em sentido simbólico, na medida em que seja construído (...) um conjunto de relações que apontem para esse significado (POZENATO, 2003, p. 150).

Embora a Região Sul do Brasil tenha sido constituída por meio de uma ampla e multifacetada colonização, é perceptível que, pelas múltiplas manifestações de regionalidade, esses espaços geográficos e culturais almejam se destacar como detentores de uma identidade própria, originária de grupos de tradição europeia. A região nordeste do Rio Grande do Sul, por exemplo, é definida como um espaço de colonização italiana, “que reivindica de longa data ser classificada como região com identidade própria”. (POZENATO, 2003, p. 149). Bourdieu (1989, p. 113) ressalta que as lutas relacionadas às identidades étnicas ou regionais fazem relação ao direito de reconhecimento/propriedade que remete à “*origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, [...] são um caso particular das lutas; das classificações; lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer; de impor a definição legitima das divisões do mundo social.

A região, ou o imaginário de região, como já se mencionou, também pode ser comercializada. Nesse sentido, por vezes, ela acaba sendo enfatizada como um produto turístico, portador de extrema complexidade, de forma que seu sucesso e/ou desenvolvimento

envolva ações, relações e/ou representações de poder, apresentadas ou sugestionadas aos visitantes e/ou visitados, mediante discursos verbais ou visuais que medeiam a percepção das singularidades/multiplicidades dos atrativos turístico-culturais locais ou regionais, transformados então em discursos, em capitais socioculturais.

## 2.6 REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

Pela atividade turística, as regiões brasileiras passaram por uma série de transformações sócio-histórico-culturais. A principal talvez seja a regionalização do turismo, que se deu pelo *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil*, implantado desde 2004. Esse programa é fruto do *Plano Nacional de Municipalização do Turismo* – PNMT, e foi implantado em 1994; promovia a descentralização do planejamento turístico e estimulava as municipalidades, por meio da *Política Nacional de Turismo,* a elaborarem suas próprias políticas referentes ao tema, de forma que fossem voltadas aos interesses das municipalidades.

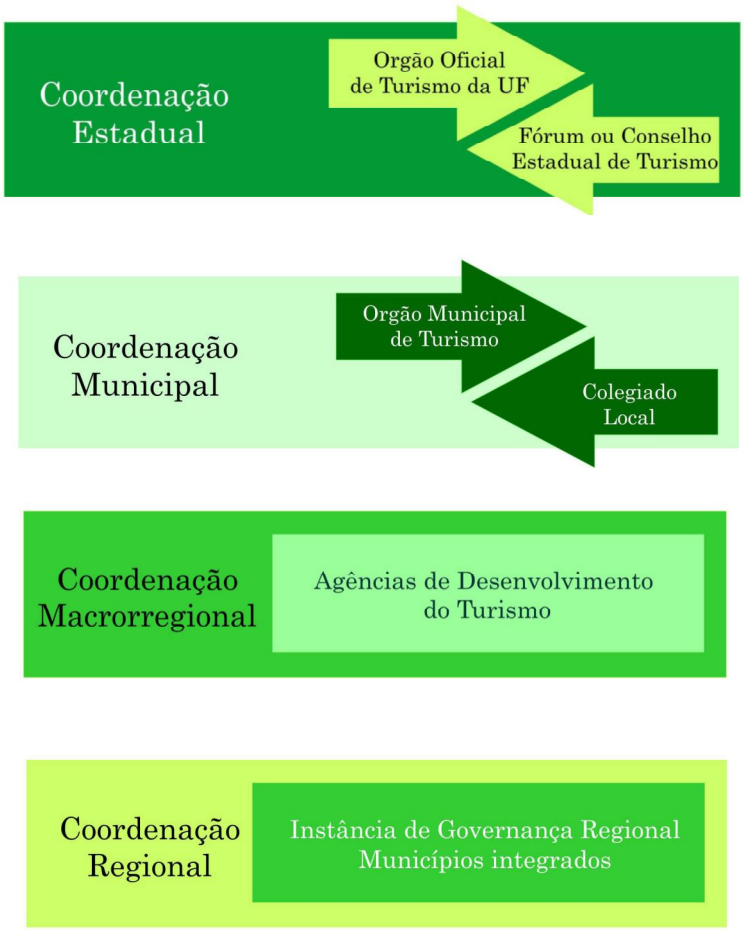
Já o *Programa de Regionalização do Turismo* teve início em 2004, também por meio do governo federal. A ampliação do programa ocorreu em 1994, tendo como objetivo promover o "desenvolvimento do turismo regionalizado em todo o País e fortalecer a gestão descentralizada e participativa da Política Nacional de Turismo, conceitos que orientam as ações do MTur desde a primeira versão do PNT" (RELATÓRIO BRASIL, 2007-2010, p. 3).

Segundo o relatório Turismo no Brasil 2011–2014, a proposta de gestão descentralizada e compartilhada vem "fomentando a consolidação de uma rede em prol do Turismo em todo o território nacional, envolvendo o poder público nas três esferas de governo, a iniciativa privada e o terceiro setor". (p. 65).

> Esse modelo, iniciado em 2003, foi regulamentado com a aprovação da Lei do Turismo (Lei nº 11.771 / 2008) que instituiu o Sistema Nacional de Turismo. Este sistema é formado por um núcleo estratégico de âmbito nacional composto pelo Ministério do Turismo, pelo Conselho Nacional de Turismo – CNT e pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – Fornatur, e por uma rede de gestão descentralizada composta pelas Instâncias de Governança Macrorregionais, os Órgãos Estaduais de Turismo, os Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo, as Instâncias de Governança Regionais, os Órgãos Municipais de Turismo e os Colegiados Municipais de Turismo (TURISMO NO BRASIL 2011 – 2014, p. 65).

Observa-se que a gestão descentralizada do Turismo esta estruturada da seguinte forma:

Fluxograma 1 – Esquema apresentando a política de descentralização do turismo brasileiro.




*Fonte*: PNT

A regionalização turística brasileira opera a partir de pólos indutores, que totalizam 65 protagonistas, selecionados em todas as Unidades da Federação, como responsáveis pela indução e promoção do desenvolvimento regional. (PEREIRA, 2010). Segundo esse autor, a priorização desse recorte,

> [...] escolhido dentre o vasto e exuberante rol de locais aptos à visitação turística no país, deve-se, pelo significativo poder de atratividade, capacidade de gerar e irradiar fluxos turísticos que esses destinos apresentam. Conseqüentemente, influenciam social e economicamente o seu entorno, promovendo desenvolvimento para a região em toda a rede que compõe o arranjo produtivo do turismo. Desta forma, pela concentração e conjugação de esforços com os governos estaduais e municipais, com a iniciativa privada e com instituições parceiras nesses destinos, evita-se a pulverização de recursos e criam-se referências de qualidade e competitividade para o turismo brasileiro (RELATÓRIO BRASIL, 2007-2010, p.7).

Na Região Sul do Brasil, existem nove destinos turísticos indutores: Curitiba, Foz do Iguaçu e Paranaguá no Estado do Paraná compõem as regiões turísticas denominadas *Região Metropolitana de Curitiba, Oeste e Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu e Litoral*. Balneário Camboriú, Florianópolis e São Joaquim, no Estado de Santa Catarina, perfazem as regiões turísticas da *Rota do Sol, Grande Florianópolis* e *Serra Catarinense*; por fim, Bento Gonçalves, Gramado e Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, são representadas pela *Microrregião Uva e Vinho, Microrregião Hortênsias* e *Microrregião Porto Alegre e Delta do Jacuí*. (RELATÓRIO BRASIL, 2007-2010).

O planejamento turístico dessas regiões, como todas as outras existentes no Brasil, está baseado na política de regionalização do Ministério do Turismo, que almeja estruturar roteiros turísticos "intermunicipais nas regiões turísticas brasileiras, com base nos princípios de cooperação, integração e sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional". (RELATÓRIO BRASIL, 2007-2010, p. 5).

Percebe-se então o desejo do governo federal em transformar regiões aparentemente similares, em pólos turísticos com alto padrão, por meio de municípios indutores e municípios induzidos; propondo a substituição da *competição entre municípios* pela cooperação regional, mediante parcerias, esforços comuns e trocas de conhecimento entre o Poder Público, a iniciativa privada e o terceiro setor, para que, segundo Suplicy (2010), ocorra a soma de esforços "para aprimorar as condições desses destinos, visando a que possam ampliar sua competitividade e assim oferecer um atendimento de qualidade internacional a turistas brasileiros e de todas as partes do mundo". (RELATÓRIO BRASIL, 2007-2010, p. 5).

Nesse sentido, a proposição de um sistema integrador, ágil e instrumentalizado deve ser/estar preparado para conciliar as disparidades territoriais e "as rivalidades intermunicipais numa mesma região, para obtenção de maior equilíbrio e competitividade regional e para assegurar a correta aplicação dos investimentos públicos". (BENI, 2004, p. 13). Dessa forma, esses arranjos turísticos passam a ser considerados como uma "ferramenta válida e alternativa para enfrentar as adversidades e as surpresas dos mercados". (LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008, p. 184).

Na análise de Beni, o conglomerado turístico é "a forma de maior sucesso, na atualidade, de articulação (integração e interação) de um modelo de gestão de uma destinação turística, suas modalidades de promoção, comercialização, desenvolvimento e cooperação entre os agentes econômicos, culturais, políticos e sociais de um local ou região" (BENI, 2004, p. 15). Para nós, entretanto, as relações e os interesses específicos, aliados às disparidades e rivalidades regionais, podem transformar o município titulado de indutor em

um portador de poder simbólico, julgando-se detentor de uma competência de decisão ou de argumentação superior aos demais participantes do arranjo turístico.

Para Lohmann e Panosso Netto (2008, p. 184–187), a simples proximidade não se transforma em garantia de sucesso na formação do aglomerado. Segundo esses autores, seria decisiva na formação dos conglomerados turísticos a afinidade, a articulação, a cooperação e a aglomeração. Estas podem ser tentadas em grandes, médias ou pequenas regiões turísticas, de forma que, assim, poderão estar preparadas para eventuais riscos e/ou incertezas, como enfrentar a competição externa, para aumentar a participação no mercado; para melhorar o conhecimento e gerar inovações; para reforçar a imagem local; para obter a redução de custos de transação; para agregar mais valor para o cliente e produzir efeitos positivos na economia local (p. 184-187). A configuração dos arranjos objetiva que os destinos turísticos se tornem competitivos nos mercados locais, regionais, nacionais e internacionais, pela união de esforços e estratégias que almejam um desenvolvimento que não exclui a competitividade intrarregional. Segundo o Relatório Brasil, 2007-2010, os destinos indutores serão priorizados para receber,

> [...] investimentos técnicos e financeiros do MTur e serão foco de articulações e busca de parcerias com outros ministérios e instituições. Esses destinos indutores terão a responsabilidade de propagar o desenvolvimento nos roteiros dos quais fazem parte e, conseqüentemente, nas regiões turísticas que perpassam (p. 16).

Percebe-se, ao analisar a Lei Geral de Turismo, Lei 11.771/08, que a Política Nacional de Turismo, estruturada na regionalização e na descentralização almeja proporcionar às localidades um desenvolvimento econômico e social mais justo e sustentável por meio da atividade turística, visto que, segundo o art. 5º, inciso II, da referida lei, a Política Nacional de Turismo tem por objetivo, entre outros interesses, "reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda". (LEI GERAL DE TURISMO nº 11.771/08).

Segundo Muñhos (2007), em estudo realizado um ano antes da implementação da Lei Geral do Turismo, a atividade turística no Rio Grande do Sul "gera 100 mil empregos no estado e responde por cerca de 3,5% do PIB estadual (Ipea). O Rio Grande do Sul recebe mais de 1,5 milhão de turistas nacionais. Em torno de 2,5 milhões de gaúchos fazem turismo dentro das fronteiras do próprio estado". (MUÑOZ, 2007, p. 87). Surge com representatividade acentuada o dado apresentado por Muños, referente ao turismo interno no Rio Grande do Sul. Passados quatro anos, uma importante informação, fornecida pelo relatório Turismo no Brasil 2011 – 2014, refere-se aos deslocamentos realizados pelos visitantes no interior de seus

próprios Estados, onde se contata que esses percentuais, referentes aos fluxos intraestaduais, variam de “29,8% em Tocantins a 87,4% no Rio Grande do Sul”. (p. 42).

Beni (2004, p. 3) considera que hoje se pode observar uma forte tendência para o desenvolvimento do turismo interno, com o predomínio de motivação ao “reencontro com a natureza, de caráter familiar e bem intimista nas relações do turismo com o meio ambiente [...] o chamado ‘turismo endógeno’ deslocando em grande parte o fluxo turístico dos grandes centros urbanos e cosmopolitas para áreas locais com expressivo patrimônio histórico-étnico-cultural”. Nessas localidades, segundo o autor, podem ser vivenciadas experiências mais *autênticas* e *genuínas* das singularidades locais.

Segundo Goodey (2005, p. 131), o lugar, “com sua localização geográfica particular, com um conjunto único de qualidades espaciais, históricas e sociais, continua sendo o fundamento da viagem contemporânea”. Dessa forma, Cruz considera que são multifacetadas as particularidades que caracterizam a relação turismo, território, produção e consumo. Segundo ela, uma “dessas especificidades diz respeito ao fato de o principal objeto de consumo do turismo ser o espaço, entendido como o conjunto indissociável de objetos e de ações, de fixos e fluxos”. (2002, p. 17).

Nesse sentido, torna-se perceptível, além das regiões, a importância das cidades, como produtos turísticos diferenciados, ainda mais quando se constata que das 65 cidades “consideradas destinos indutores do desenvolvimento turístico regional, 40 integram o PAC Cidades Históricas”. (PAC CIDADES HISTÓRICAS, 2009, p. 18). Em correspondência a isso, a Lei Estadual 10.116, de 23 de março de 1994, atribui ao Estado e aos municípios do Rio Grande do Sul o poder de instaurarem “áreas de interesse especial, notadamente para fins de integração regional, proteção ambiental, turismo, proteção do patrimônio natural e cultural”.

## 2.7 PODER: DIALOGANDO COM OS CAMPOS

As memórias, os patrimônios culturais e as representações mentais de região interagem entre si de maneira complexa e potente, por meio de intensas relações de poder manifestadas entre os campos simbólicos. Bourdieu (1989, p. 20) considera que, para compreender uma produção cultural, e aqui se entende por produção cultural as memórias, os patrimônios culturais e as construções mentais representadas nas regiões, “não basta referir-se

ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto". Segundo o autor, entre esses dois pontos que se encontram distanciados, dá-se a percepção de um "universo intermediário", que é por ele denominado de *campo*, um universo "no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência". (p. 20).

Bourdieu expressa claramente que o campo é um local onde se produzem, reproduzem e se propagam os estudos/conhecimentos a que se dedicam os agentes do próprio campo, sugerindo uma relação de complexidade entre eles; relações que tornam perceptíveis (ou não) a existência de manifestações de força ou relações de poder, intra e/ou extracampos, seja mediante pressões externas, sejam internas, e que se fazem perceber na construção dos múltiplos discursos que manifestam os interesses, as teorias e os conhecimentos oriundos do próprio campo. Segundo Burke (2004, p. 76), "o conceito de 'campo' refere-se a um domínio autônomo que, em dado momento, atinge a independência em uma determinada cultura e produz suas próprias convenções culturais".

Foucault atribui às práticas discursivas a construção ou a constituição dos objetos de que se fala e, "em última análise, a cultura ou a sociedade como um todo" (Apud BURKE, 2008, p. 76). Nesse sentido, Bourdieu, referindo-se ao poder simbólico, considera-o capaz de "constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico". (1989, p. 14). O autor considera o poder simbólico quase mágico, pois possibilita que se obtenha pelo uso da palavra, por meio desse instrumento de poder, aquilo que se obteria pela força, seja ela física, seja econômica. Na análise de Bourdieu (1989, p. 15), o que faz "o poder das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras".

Percebe-se que se o campo produz ou reproduz conhecimento, ele produz e reproduz poder; da mesma forma que os discursos e as práticas, que são propagadas pelo conhecimento obtido, funcionam como legitimadores desse poder, pois apresentam ao *outro* o conhecimento, o discurso da legitimação. Na análise de Foucault o poder produz saber, de maneira que não há relação de poder sem a

> [...] constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo, relações de poder. (...) Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredio ao poder, mas o

> poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento. (2007, p. 30).

Dessa maneira, as memórias, os patrimônios culturais e as regiões são moldados por dispositivos sociais, baseados em poder, articulação e conhecimento, que acabam por servir a determinados grupos sociais ou a parte destes. Os *dispositivos*, termo utilizado por Foucault para demarcar "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas" (1979, p. 138), agem de maneira decisiva sobre os capitais simbólicos existentes nas sociedades, independentemente das classes sociais que o produzam ou representem. Bourdieu considera que em um estado do campo, onde

> [...] se vê o poder por toda parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que [...] é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (1989, p. 7).

Conforme Bourdieu (1989, p. 11) as diferentes classes e frações de classes "estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses [...] reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais". Além disso, para Bourdieu, as classes "podem conduzir essa luta quer directamente, nos conflitos simbólicos da vida quotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica". Práticas e capitais, práticas transformadas em capitais. Capitais culturais ou simbólicos, que sugeridos ou impostos às sociedades por meio de dispositivos, dos meios de comunicação e das subjetividades locais constroem ou valorizam identidades, discursos, memórias e representações.

Nesses termos, é possível verificar as relações de poder manifestas entre os campos da memória, da região e dos patrimônios culturais. As relações são perceptíveis, pois os campos não são estáveis; sendo sim, campos de força buscam reconhecimento ou distinção, e, nesse sentido, pela credibilidade adquirida almejam impor seus discursos e pretensas verdades. Nos campos abordados, especificamente o da memória, percebe-se como sendo uma teia de grande complexidade de relações, permeando as demais categorias com intensidade. Percebe-se, então, a potência da memória e sua constante participação no que tange às disputas em torno das lembranças e discursos a serem enaltecidos, mediados ou esquecidos, assim como o conjunto de representações mentais existentes na região.

Para Chagas (2009, p. 136), a memória e o poder “exigem-se. Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento”. Em face disto, Vilas Boas (2002, p.67) considera que este poder, que de agora em diante vai se expressar na prática discursiva, “é estabelecido antes mesmo do sujeito, entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização, etc.”. Já para Foucault (1999, p. 35), o poder deve ser analisado como um fato em constante circularidade social, que funciona por meio de uma rede de relações. Segundo ele, o poder “se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo”. Percebe-se então a existência do poder da memória ao mesmo tempo em que se constata a memória do poder.

Avançando um pouco, adentra-se nas questões memoriais relacionadas/vinculadas à cidade e ao patrimônio. Segundo Chagas (2002, p. 61), o interesse “no patrimônio não se justifica pelo vínculo com o passado seja ele qual for, mas sim pela sua conexão com os problemas fragmentados da atualidade, a vida dos seres humanos em relação com outros seres, coisas, palavras, sentimentos e idéias”.

As questões relacionadas aos patrimônios culturais envolvem negociações e conflitos que permeiam múltiplos interesses, sejam sociais, políticos, sejam econômicos. Relacionando herança cultural e aceitação dessa herança, Leniaud (1998, p. 335) considera que não “basta agir, pensar e criar para produzir patrimônio. É também necessário transmiti-lo. É sobretudo preciso que o herdeiro o aceite”. A afirmação do historiador francês sugere que nada seria digno de preservação por sua simples existência. Os valores atribuídos a esses bens, materiais ou imateriais, passam a ser fundamentais para sua preservação momentânea, visto que cada sociedade, produtora de seu presente, por vezes reduz os referenciais da sociedade que a antecedeu, acarretando o surgimento de um novo e amplo conjunto de representações sociais, materiais e imateriais.

Considera-se aqui a aceitação da herança como uma questão de valor e de memória, na qual não só o magnífico e monumental seria detentor de atenção e preservação, mas também o considerado simples e popular. Considera-se que essa percepção não vai de desencontro à dinâmica das culturas, do desenvolvimento urbano das cidades ou do direito de propriedade dos atuais proprietários. Apenas considera-se a necessidade de uma maior atenção e valorização das expressões culturais, sejam elas materiais, sejam imateriais e dos espaços sociais.

Um dos problemas essenciais que atinge, e que acaba por caracterizar as cidades contemporâneas, no que tange à preservação patrimonial, seria a questão imobiliária, na sua pressão pela ocupação do solo urbano

> [...] até certo ponto inevitável no desenvolvimento do capitalismo, é o centro das principais dificuldades e polêmicas na política de proteção e preservação cultural e ambiental. Mas não se trata simplesmente de satanizar as empresas imobiliárias na sua voracidade insaciável que já infligiu danos irreversíveis às cidades brasileiras, destruindo ou desfigurando parte considerável de seu patrimônio natural e cultural. É sempre muito difícil impor limites à indústria de construção civil, que se constitui em um dos principais mercados para a mão-de-obra mais barata das camadas populares (VELHO, 2006, p. 240).

Como exemplo nefasto da falta, ou do não cumprimento das políticas públicas, voltadas à preservação do patrimônio cultural ou da qualidade de vida dos habitantes das cidades, Velho (2006) apresenta a situação da praia de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro. Utiliza-se o exemplo do autor por considerar que ele se enquadra em várias situações e necessidades das cidades brasileiras, sejam elas litorâneas ou não.

Copacabana é vendida, segundo o autor, como um paraíso a beira mar, “com bela praia, paisagem privilegiada e ar saudável. Nos primeiros anos de sua ocupação, o clima chega a ser alardeado como atração em termos de saúde e bem-estar”. (VELHO, 2006, p. 242). Exemplos similares não faltam em relação a esse tipo de divulgação, que se aproveita do clima e da qualidade de vida para atrair visitantes e novos moradores para a localidade, creditando a isso benefícios para a longevidade da população ou a baixa incidência de enfermidades graves, entre outros possíveis exemplos.

Porém, com o tempo, as casas passam a ser “derrubadas até restarem poucas nos anos 1970 e antigos prédios menores também são substituídos por construções mais modernas e elevadas”. (VELHO, 2006, p. 242). A praia de Copacabana passou a ser ocupada, construída e desgastada, de maneira que a “muralha de prédios erguidos sem preocupações e critérios urbanísticos bloqueou em grande parte a paisagem e afetou o clima, fazendo que a diferença de temperatura entre a Avenida Atlântica e as ruas situadas no interior do bairro pudesse chegar a mais de 3 graus” (p. 243).

A ocupação desordenada em um espaço antigamente familiar, que passou a permitir edificações cada vez mais representativas, acabou por desgastar e degradar o antigo local paradisíaco, que atraia visitantes em busca de saúde, bom clima e qualidade de vida, como ainda acontece em várias cidades de várias regiões brasileiras.

Um dos “fatos mais decisivos para as transformações no bairro foi a construção de grandes prédios de pequenos apartamentos de sala e quarto ou conjugados” (VELHO, 2006,

p. 243). Esses prédios populares passaram a acolher uma população “mais modesta, em grande parte de inquilinos, que sacrificam espaço residencial para poderem viver no bairro que tem transporte, atende ao consumo e produz, de acordo com as representações dominantes, *prestígio social*” (p. 243). Por fim, Velho (2006, p. 244) afirma que inegavelmente, “do ponto de vista da arquitetura mais consciente, do planejamento urbano mais responsável, do preservacionismo e do ambientalismo, Copacabana é um símbolo poderoso do erro, do equívoco, do que não poderia ter sido feito e permitido”.

Analisando as colocações, percebe-se a dissimulada visão de desenvolvimento/progresso urbano e da busca de distinção social, enaltecida pela verticalização desenfreada das cidades e do loteamento das áreas verdes que se tornam perceptíveis em inúmeras localidades. Essa atitude colaborou para que, segundo Velho (2006, p. 244), surgisse “inclusive, a categoria *copacabanização*, como sinônimo de desleixo e pilhagem urbanos”.

Dentre os campos abordados, a região, assim como os espaços que a compõem, acaba por ancorar a todos. Tanto as memórias, como os patrimônios culturais e as relações de poder colaboram preponderantemente para a construção das representações mentais de região, assim como de seus hábitos, representadas pelas regionalidades que proporcionam as diferenciações territoriais, em seus variados bens simbólicos com usos e significações diferenciados.

O essencial aqui foi justamente perceber/compreender essa relação entre as partes que compõem o todo e que transformam representações culturais e “seu cortejo móvel de costumes e crenças, de leis e de técnicas, de artes e linguagens, de pensamento e mediações”. (RIOUX, 1998, p. 17), em tentativas de verdades oficiais, portadoras de discursos com múltiplos fins, que abrangem os campos social, político ou econômico, de forma que a regionalidade se transforme em parte de um jogo de poder, em que o que está em disputa é o espaço dessas representações, a legitimação de ideias e ideais e as relações com o outro.

Para que adviesse a valorização de parte da região turística conhecida nacionalmente como Serra gaúcha, foi necessário que se desvelasse a imagem negativa referente à regionalidade italiana, representada e/ou perpetuada por imigrantes pobres e sofridos, que se sentiam diminuídos/desprezados quando comparados aos habitantes dos centros maiores.

Essa mudança acarretou que a antiga representação do *colono* desfavorecido, por vezes desqualificado, se transformasse em um mito que passaria a representar um símbolo de superação, transformando então essa imagem, antes negativa, em sentimento de orgulho, de

valorosa memória dos antigos colonizadores, *aqueles que sofreram*, mas venceram as dificuldades.

Nesses termos, a Serra gaúcha se utiliza de imaginários sociais para construir uma italianidade, por vezes épica e valorosa, que apresenta/representa a superação, o sofrimento e a pujança, baseados em *culturas europeias* que passaram a ser utilizadas de variadas maneiras, inclusive na atividade turística.

## 3 CAMINHOS DA PESQUISA

> Hoje, talvez, as novas identidades passem pela identidade das cidades, pois é nelas que vivem milhões de pessoas agora sem a mínima vinculação com aquilo que era denominado *terra* no âmbito do rural. (GASTAL, 2006, p. 10).

Segundo Pesavento (2008, p. 63), falar de método "é falar de um como, de uma estratégia de abordagem, de um *saber-fazer*". Porém, não bastam as fontes, os vestígios ou os documentos. É preciso que os façamos falar. Caso contrário, "eles revelam somente a existência de um outro tempo, de um antigo". (p. 63). Para a historiadora, o que faz com que os dados coletados falem é a questão formulada, ou o problema "que ilumina o olhar do historiador, que transforma os vestígios do passado em fonte ou documento" (p. 63). Para Burke (2008), os métodos de estudo utilizados pelos historiadores culturais são abundantes e por vezes até controversos. Segundo esse autor, alguns pesquisadores,

> [...] trabalham intuitivamente, como Jacob Burckhardt declarou fazer. Poucos tentam usar métodos quantitativos. Alguns descrevem seu trabalho em termos de uma procura de significado, outros focalizam as práticas e as representações. Alguns vêem seu objetivo como essencialmente descritivo, ou acreditam que a história cultural, como a história política, pode e deve ser apresentada como uma narrativa. (2008, p. 9).

Nesses termos, o estudo realizado utilizou o *paradigma indiciário*, proposto por Carlo Gizburg, e que, segundo Pesavento (2008, p. 63), seria um "método extremamente difundido na comunidade acadêmica", de modo que, o pesquisador atuaria de maneira dedutiva, sendo movido pela suspeita, procurando os traços, as pistas e os vestígios no *corpus* de análise. O pesquisador presta, nessa situação, atenção às evidências, procura ir além daquilo que está posto, é dito ou apontado. Surge como importante o exercício do olhar, atento "para os traços secundários, para os detalhes, para os elementos que, sob um olhar menos arguto e perspicaz, passariam despercebidos". (p. 64).

Tal postura possibilitaria ao estudioso partir em busca dos "sintomas, dos fenômenos paralelos que emitem sinais e dão a ver sentidos" (p. 64), porém, sem se ater ao primeiro plano de visualização, ao que parece ser ou que se dá a ver em uma primeira impressão. Busca então o pesquisador "o segundo plano, vai na procura dos detalhes que cercam a cena principal, analisa cada elemento em relação ao conjunto". (p. 64). O pesquisador que se vale do método proposto por Gizburg, caracterizado aqui por Pesavento (2008, p. 65), deve então montar, "combinar, compor, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário" (p. 65).

Segundo Chartier (1988, p. 16), a história cultural tem como principal objeto "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler", de modo que, embora as representações sociais "aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam (p. 17). Para o autor, as percepções do social não são de modo algum "discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas), que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas". (CHARTIER, 1988, p. 17).

Desse modo, utilizando-se da história cultural e do paradigma indiciário, método proposto por Gizburg, apresenta-se aqui o processo e/ou caminho que demandou essa decisão, assim como a formação de nosso *corpus* de análise.

Ao iniciar este estudo, o ponto de pesquisa recaía sobre a busca dos sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural, especificamente o arquitetônico, da localidade de Veranópolis/RS. O pesquisador incorreu, então, no equívoco da ausência de uma limitação mais precisa do objeto de pesquisa; no equívoco de contextualizar de excessivo o que transforma os objetos em patrimônios; no equívoco de contextualizar de maneira confusa o complexo de relações que compõem uma região, uma cidade, uma rua...

No início da atividade acadêmica no Mestrado, procurava-se uma forma de escrever que fizesse jus ao nível de conhecimento adquirido e a adquirir, o que transformou a primeira intenção de estudo em um projeto maçante, tedioso e de escrita arrastada que, ao tentar mostrar consistência, acabava por estancar a criatividade e a espontaneidade da própria pesquisa. Por fim, cometia-se o equívoco de buscar as fontes que se desejava utilizar em sentido contrário ao que se problematizava, de modo que, ao invés de partir de um *corpus* fotográfico, tendo em vista que o que se buscava destacar seriam as novas visualidades da cidade e seu acelerado processo de mudança, optou-se por construir o objeto de investigação baseado no conhecimento prévio sobre a localidade e nos documentos presentes em arquivos, disponíveis com facilidade. Fomos engolidos pela aparente prontidão e/ou facilidade enganosa de pesquisar onde se vive ou viveu. Havia muito para ser feito, mas acredita-se que o foi.

O primeiro passo foi optar por formar um *corpus* de imagens como elemento de análise. Partiu-se para um levantamento apurado de imagens fotográficas referentes à cidade de Veranópolis, buscando as que apresentam a localidade desde o final do século XIX até o início do século XXI. Relacionaram-se centenas de imagens avulsas, outras tantas foram

encontradas em álbuns, e relatórios elaborados por intendentes e prefeitos da localidade ao longo do tempo. Desse modo, o estudo fez uso de parte da coleção fotográfica do fotógrafo veranense Elígio Parise, detentor de um importante acervo[3] relacionado à região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, angariado em mais de 55 anos de profissão.

Mergulhado em fotografias, partiu-se para a leitura de bibliografia que abordasse teórica e metodologicamente o *poder* das imagens. Com isso, se buscava obter conhecimentos e subsídios que colaborassem para a escolha da melhor forma de manusear cientificamente o material disponível. Selecionou-se bibliografia relacionada ao tema, feitas por pesquisadores que há muito se dedicam ao tema, como Burke (2004), Cardoso e Mauad (1997), Mauad (2005), Meneses (2003), Le Goff (1999) e Possamai (2005; 2006).

Nesse sentido, Burke (2004, p. 13), apresenta as palavras do historiador cultural Jacob Burckhardt, que considera que, pelas imagens, se pode "ler as estruturas de pensamento e representação de uma determinada época". O também historiador Le Goff (1999) considera que a imagem fotográfica "revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica". (p. 402).

Meneses (2006, p. 32), utilizando-se das palavras de Roland Barthes, segue a mesma linha de pensamento considerando que "a fotografia tem o poder de jogar com os dois planos da memória: documenta uma história e ressuscita um passado". (p. 32)

O próprio Barthes (1984), no início de seu livro *A câmara clara*, apresenta de maneira forte, mas singela, o poder da fotografia. Diz o autor que um dia, "há muito tempo, dei com uma fotografia do último irmão de Napoleão, Jeronimo (1852). Eu me disse então, com um espanto que jamais pude reproduzir: "Vejo os olhos que viram o imperador". (p. 11). Nessa concepção, a fotografia é, ao mesmo tempo, um suporte de imagem e de um ou vários sentimentos, pois torna presente, ao menos em representação, os ausentes, por meio de seu poder de parar o momento, de pausar por um instante o poder da vida em movimento. Para

[3] Em seu arquivo, composto por mais de 650.000 negativos, positivos, filmes, *slides*, cartões postais, entre outros suportes de imagem e som, encontram-se imagens fotográficas que datam de 1885 até meados de 2004, pois o fotógrafo também atua como pesquisador e adquiriu partes, quando não a totalidade, dos acervos outrora pertencentes aos antigos fotógrafos das cidades próximas, que se originaram da antiga Veranópolis, e que registram as, [...] primeiras casas construídas, retratos das famílias imigrantes e fatos e personagens históricos marcantes na região [...] imagens da população da cidade [...] seja em seu contexto natural, no trabalho rural, [...] ritos sociais [...] festas [...] colheitas [...] primeiros carros e meios de transportes, ônibus e trens, casas típicas, balsas que transportavam madeira [...] paisagens urbanas [...] coleções de cartões postais [...] retratos e retratos de famílias tradicionais [...] documentação esportiva e policial [...] fotos de natureza [...] eventos sociais [...] possui ainda extenso material como fitas de vídeo (formato VHS) de áudio (formato fita cassete) com registros de importantes personagens históricos na vida da comunidade. (SEC, 2008, p. 2).

Tavares e Michelon (2008), a fotografia “concede a eternidade, passa determinado acontecimento que decorre em uma dimensão temporal extremamente feroz e perecível para sua perpetuação na eternidade fotográfica. Tomando o passado em presente, a fotografia o representa”. (p. 222).

Segundo Burke (2004, p. 14), no Brasil de 1930, Gilberto Freire (1900–1987) já se utilizava de pinturas e fotografias como uma forma “de “impressionismo”, no sentido de uma “tentativa de surpreender a vida em movimento”. A vida em movimento surpreendida pelo registro fotográfico e a dedicação às leituras apresentavam as imagens como norteadoras do estudo, e não mais fontes “que também farão parte”, como se havia dito na elaboração do qualificatório. Segundo Mauad, quando optamos pela utilização de fotografias, atribuindo-lhes,

> [...] qualidade de texto, que pressupõe competências para sua produção e leitura, a fotografia deve ser concebida como uma mensagem que se organiza a partir de dois segmentos: expressão e conteúdo. O primeiro envolve escolhas técnicas e estéticas, como enquadramento, iluminação, definição da imagem, contraste, cor, etc. Já o segundo é determinado pelo conjunto de pessoas, objetos, lugares e vivências que compõem a fotografia. Ambos os segmentos se correspondem no processo contínuo de produção de sentido na fotografia, sendo possível separá-los para fins de análise, mas compreende-los como um todo integrado (2005, p. 143).

Tendo em mãos uma relação tão ampla de imagens e que abarcavam temporalidades múltiplas e distintas, desde a cidade quando vila até a cidade que se remodela e se reconstrói sobre a própria cidade, necessitava-se escolher, delimitar o que seria utilizado. Para isso, descartaram-se, de pronto, as imagens que não se referiam exatamente à cidade como urbanidade, delimitando-se assim que somente seriam utilizadas aquelas imagens que remetessem ao espaço central da localidade. Estabelecida a área central da localidade, definir-se a praça e as ruas de seu entorno como imagens formadoras do *corpus* de análise pareceu, no momento, a melhor opção.

Nesse sentido se organizou um *corpus* fotográfico obtido por meio de pesquisa em arquivos, museus e jornais, transformados em unidade de análise. Organizou-se tal *corpus* priorizando três cenários: as fotografias que apresentam e/ou representam a cidade como uma ampla paisagem, utilizando-se então de imagens aéreas e de satélite para uma visão panorâmica da localidade; fotografias da praça central, que apresentassem a temporalidade ao longo dos anos e, por fim, fotografias que representam a Avenida Osvaldo Aranha em sua face leste, meados da Avenida Júlio de Castilhos, também na face leste, Rua Carlos Barbosa, na face sul, Travessa São Luiz, na face oeste e Rua Andrade Neves na face norte, que

compõem os arredores da praça central, de modo que essa seleção consolidou um *corpus* de imagens constituídas de paisagens urbanas, práticas sociais e edificações.

Imagem 1 – Imagem de satélite que apresenta a totalidade urbana e parte da zona rural de Veranópolis. Em vermelho o espaço selecionado para estudo. Imagem de satélite, 2005.

*Fonte*: Setor de Engenharia PMVERA, 2011.

A formação desse *corpus* de análise, que destaca o centro histórico local, não exprime uma posição teórico-filosófica de que tudo deva ser conservado ou preservado, ou então que se deva congelar um determinado momento do espaço urbano para as gerações vindouras. Segundo Argan (1995, p. 78), a utilização do conceito de centro histórico é útil, pois permite reduzir, limitar, "quando não bloquear, a invasão das zonas antigas por parte de organismos ou de funções residenciais novas que fatalmente conduziriam, mais cedo ou mais tarde, à sua destruição". Porém, segundo o próprio autor, esse conceito seria "teoricamente absurdo porque, se se quer conservar a instituição, não se pode admitir que ela conste de uma parte histórica com um valor qualitativo e de uma parte não histórica, com caráter puramente quantitativo". (p. 178).

Para Argan (1995, p. 79), o que tem, e deve ter, não apenas organização, mas também substancia histórica "é a cidade em seu conjunto, antiga e moderna. Pôr em discussão sua historicidade global equivale a pôr em discussão o valor ou a legitimidade histórica da sociedade contemporânea, o que talvez alguns queiram, mas que o historiador não poderia

aceitar". Nesse sentido, para Lynch (1997, p. 5), "a cidade é em si o símbolo poderoso de uma sociedade complexa. Se bem-organizada em termos visuais, ela também pode ter um forte significado expressivo".

Apresentado o objeto de estudo, assim como o *corpus* de análise, ressaltam-se as técnicas de análise. Em um ***primeiro*** momento, descrevem-se os padrões da configuração da região e do município; no ***segundo*** momento, reconhecem-se os discursos e as propostas turísticas da localidade, contrastando imagens e textos relacionados à atividade turística local, relacionando-os com os padrões espaciais; no ***terceiro*** e último momento, são analisados a vida social, assim como os usos dos espaços, transpostos para o momento atual, por meio de memórias, simbolismos, descrições e relatos das práticas sociais correntes.

Mas e o recorte temporal? Como seria elaborado, tendo em vista que propõe-se a urbanidade como atrativo turístico? Apresentar edificações pontuais como atrativos? Abordar o tempo de vila até o surgimento das primeiras verticalizações? Sim, mas desse modo estar-se-ia descartando o fenômeno verticalizante atual, que substitui as antigas edificações e, de certa forma, somente abordando origens e partes do processo. A partir dos primeiros edifícios até a atualidade? Então descartar-se-iam fases em que se estruturarou a imagem antiga do centro da cidade, com seus casarios e casarões, que tanto diferem da espacialidade atual. Pareceu interessante (assim como pretensiosa) a ***construção de uma narrativa*** que abordasse todos os pontos supracitados, cuja temática envolvesse a praça central, seus espaços e seu entorno. Essa alternativa torna-se possível pela estruturação do *corpus* fotográfico, pois em seu desenvolvimento propôs-se uma sequência ordenada de imagens, que apresentam o local selecionado ao longo de múltiplas temporalidades, porém, de modo sequencial.

Desse modo estruturou-se o *corpus* com um total de 36 fotografias. Usou-se como critério de seleção a delimitação do espaço urbano central da localidade e a proposição de elaborar uma série longa de imagens, que buscou harmonizar uma homogeneidade entre elas, optando-se por aquelas que representassem e apresentassem o cotidiano urbano, assim como as representações arquitetônicas ali existentes, imagens que reproduzissem a paisagem urbana ao longo dos anos, apresentando, assim, suas mobilidades e rupturas.

Destacam-se, como características das imagens, os enquadramentos aéreos e as tomadas com câmara alta, que propiciam uma maior quantidade de elementos presentes na composição do espaço urbano, como as edificações, as ruas e a própria praça. Percebe-se que algumas imagens foram retratadas a bordo de aviões, outras do alto de edifícios ou de suas sacadas, outras parecem resultar do posicionamento no alto da torre da igreja. As vistas aéreas permitem visualizar o panorama geral da cidade, apresentando ao leitor sua proporção em

relação ao complexo geral da paisagem. Nesse sentido, para melhor apresentar a localidade e a parte selecionada para estudo, fez-se uso de imagem de satélite, obtida no setor de Engenharia da Prefeitura local e que apresenta a cidade em meados da primeira década do ano 2000.

De modo geral, as imagens com datação próxima aos anos 1980 possuem como destaque as ruas, casas e edificações mais baixas, de dois ou três pavimentos. Apresentam também veículos e pessoas em fluxo pela cidade. Parece intenção representar o cotidiano ou o dinamismo local. Algumas imagens apresentam títulos, legendas ou textos localizados em sua parte frontal ou em seu verso. As imagens que foram retiradas de relatórios oficiais geralmente destacam melhorias urbanas, sejam em prol do dinamismo da cidade ou na proposta de enfatizar sua atividade turística, de modo que essas melhorias pudessem ser percebidas em imagens fotografadas. Outras tantas apresentam festividades, comemorações e manifestações em que o local selecionado era palco, como a comemoração referente ao fim da República Velha, o retorno de soldados da Segunda Guerra Mundial, as festas religiosas da localidade ou a realização de outros eventos religiosos, educacionais ou políticos e que se tornavam comemorações concorridas.

Essas imagens perpassam indícios sobre a utilização do espaço em tempos pretéritos e atuais; outras parecem destinadas a apresentar a cidade para visitantes e visitados, algumas servindo de lembranças de viagens, transformadas aí em cartões postais. Pode-se observar a presença de imagens mais requintadas, acrescidas de detalhamentos, cuja estampa aparece emoldurada em papel com melhor qualidade ou portando uma pequena moldura, também em papel diferenciado. A partir dos anos 90, ganham destaque a plasticidade das imagens relacionadas ao modernizado núcleo urbano, sua nova modelagem e a apropriações, pela proliferação do ambiente verticalizado das edificações e de suas amplas volumetrias.

Destaque-se que a coleta de dados foi realizada ao longo de 2010, de modo que o *corpus* é composto por materiais disponibilizados ao pesquisador, ou que se encontravam disponíveis à consulta pública, no período da coleta do material, desconsiderando-se os não disponíveis ou que foram elaborados após a realização da pesquisa.

O estudo fez uso de três tipos de fontes de pesquisa: as *fontes escritas*, as *fontes materiais* e as *fontes orais*, utilizando-se também da análise visual do espaço recortado para estudo, percebendo, assim, as práticas do cotidiano. Selecionaram-se ***fontes escritas*** que abarcassem a utilização de documentação oficial produzida pelo Poder Público local e por instituições relacionadas à atividade turística e histórica, pesquisas bibliográficas e revisões de literatura. As ***fontes materiais*** compreenderam os registros fotográficos, proporcionando,

virtualmente, a representação e a imaginação do local estudado ao longo do tempo. Essas reproduções possibilitaram percepções das práticas sociourbanas referentes ao cotidiano, atuando como testemunhas dos hábitos e das representações de várias épocas. A utilização das ***fontes orais*** permitiu o contraste entre passado e presente, pelas percepções e memórias dos antigos habitantes da localidade, assim como dos elementos que residiram em outro tempo no município, especialmente alguns ex-moradores desse espaço que, embora residindo na cidade vizinha, o pequeno município de Vila Flores, ainda mantêm relações afetivas ou comerciais com o município predecessor de sua atual cidade.

A escolha desses últimos elementos se deu com o intento de captar percepções sobre a cidade atual, em contraponto àquela de tempos pretéritos. Para isso utilizou-se o banco de memória oral pertencente à Prefeitura de Vila Flores, originário do projeto ***A história de Vila Flores na voz de seus habitantes***, que procurava conhecer as origens do município, outrora distrito de Veranópolis, além de analisar seu desenvolvimento urbano e as práticas do cotidiano.

Nesse sentido, ganham importância as oralidades, que colaboram para a propagação de imaginários, sentidos, crenças, lendas, memórias e possíveis leituras das espacialidades urbanas. O uso de fontes orais possibilita articular a memória coletiva da localidade, percorrendo seu potencial para o entendimento da construção dos discursos da localidade.

A confiabilidade e autenticidade das evidências orais geralmente são motivos de discussão entre pesquisadores. Nesse sentido, Prins (1994, p. 163) ressalta que os "historiadores das sociedades modernas, industriais e maciçamente alfabetizadas – ou seja, a maior parte dos historiadores profissionais – em geral são bastante céticos quanto ao valor das fontes orais na reconstrução do passado". Esse seria um antigo pensamento, disseminado pela corrente historiográfica proposta por Ranke. Assim, para os *rankeanos*, "quando forem disponíveis fontes oficiais, escritas, elas devem ser as preferidas. Quando não se dispuser delas, tem-se de tolerar a segunda escolha, buscando-se as informações longe da fonte pura do texto oficial". (p. 164).

O que se percebe em relação a essa corrente historiográfica seria a valorização do discurso da oficialidade, a ponto de os registros oficiais serem avaliados por seus adeptos como uma espécie de fonte pura. Segundo Burke (1992), a ênfase de Ranke e de seus seguidores nas "fontes dos arquivos fez com que os historiadores que trabalhavam a história sociocultural parecessem meros *dilettanti*. (p.12). Thompsom (1988, p. 103) resume o debate considerando que a oposição às fontes orais se baseia muito mais em "sentimentos do que em princípios". (p. 103). Segundo o autor, os "historiadores da geração mais antiga, que detêm as

cátedras e as chaves do cofre, ficam instintivamente apreensivos com o advento de um novo método. Isso implica que não dominam mais todas as técnicas de sua profissão" (idem). Percebe-se, assim, a relação de força e poder manifestadas entre os campos historiográficos que destacam a vitalidade das fontes orais e aqueles que ainda optam por desqualificá-las.

Celeumas à parte, optou-se pelo uso das evidências orais, juntamente com as documentais, visto que, se a cultura pode também ser entendida como uma teia, ou como um amplo sistema, composto de múltiplos significados sociais, ela acaba por se expressar por meio de "signos que podem ser lidos e organizados. E se a cultura tem uma expressão material e outra imaterial, serão portanto dois, fundamentalmente, os signos a serem registrados: os signos materiais e a linguagem, seja ela verbal ou não verbal". (POZENATO; RIBEIRO, 2004, p. 19). O uso das fontes orais "privilegia o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado". (FERREIRA, 1994, p. 8).

Assim, os depoimentos coletados no Banco de Memória, localizado no Município de Vila Flores, surgem como uma importante ferramenta para engrandecer e complementar a investigação, inclusive colaborando para suprir a escassez, ou inexistência, de documentos sobre o objeto e o tempo pesquisado. Segundo Candido (1995, p. 9), torna-se possível, a certa altura da vida, fazer um balanço em relação ao passado, sem que sejamos autocomplacentes, pois nosso testemunho se tornaria então registro da "experiência de muitos, de todos que, pertencendo ao que se denomina uma geração, julgam-se a princípio diferentes uns dos outros e vão, aos poucos, ficando tão iguais, que acabam desaparecendo como indivíduos para se dissolverem nas características gerais de sua época". Segundo esse autor, "registrar o passado não é falar de si; é falar dos que participaram de uma certa ordem de interesses e de visão do mundo, no momento particular do tempo que se deseja evocar". (p. 9).

# 4 VERANÓPOLIS: (DES) MEMÓRIAS E TURISMO

> Se hoje não mais consideramos significativo de valores histórico-ideológicos apenas o monumento, mas também a casa de moradia ou a oficina artesanal e, em geral, mais o tecido do que o núcleo representativo, isso se deve sem dúvida ao fato de que o tipo de sociedade coletivista do nosso tempo se recusa a reconhecer como expressão de história apenas as formas expressivas das grandes instituições. (ARGAN, 1995, p. 77).

Até um período não muito distante, a relação entre turismo e cidade "estava associada a uma concepção dominante que entendia as cidades fundamentalmente enquanto pólos de origem de turistas e interpretava a relação entre a urbanização e a geração de procura turística como um resultado da adversidade do meio urbano". (HENRIQUES, 2003, p. 38). A alteração dessa concepção tradicional começa a apresentar mudanças ao longo dos anos 1970, em um momento em que as cidades passam a ser vistas como mais do que pólos emissores, "mas também como pólos de atração de turistas, como destinos turísticos" (p. 39). O turismo surgiria como uma possibilidade de inversão do estado de decadência de certas cidades, regressão causada pela desindustrialização das localidades e dos consequentes problemas de desemprego, decadência das condições de vida, aumento da criminalidade, entre outros problemas sociais ocasionados pela falta de trabalho.

Nesse sentido, o turismo apresentava-se como "uma das soluções mais promissoras para a dinamização dos centros urbanos periféricos, pouco tocados outrora pelas vagas de industrialização e excluídos das áreas de maior crescimento econômico" (HENRIQUES, 2003, p. 39), de modo que a consolidação do turismo, com ênfase urbana, se dá ao longo dos anos 1980 e 1990, apoiado no crescimento de empregos vinculados à atividade turística; da valorização das paisagens e do uso atribuído ao solo. Para a mesma autora, o turismo acaba por beneficiar vários campos relacionados à sua complexidade, como a "revitalização dos centros históricos das cidades, do alargamento e da diversificação das práticas culturais, do interesse marcado dos consumidores pelo patrimônio e urbanismo, da procura de animação e oportunidade de fazer compras, entre outros aspectos". (p. 39).

Um entendimento muito próximo é o que propõe Vaquero (2006, p. 15), quando afirma: "Existen indícios suficientes que apuntam a una potenciación de las ciudades históricas como destinos turísticos, dentro de un contexto general de valorización de las aglomeraciones urbanas como espacios de atracción turística".

Nesse horizonte, atrelando a cidade à atividade turística, Vaquero (2006) e Henriques (2003), apresentam dados de 1990, logo desatualizados, porém não desinteressantes, que dão a conhecer o interesse da Comunidade Europeia pelos destinos turísticos voltados à cidade. Assim, a cidade e seus atrativos surgem na terceira colocação em relação às possibilidades turísticas procuradas por seus membros. Porém, enfatiza Henriques (2003, p. 39), "se pensarmos que a realização de circuitos (2º lugar em procura segundo o estudo) contempla, majoritariamente, estadas em cidades, o papel das cidades na captação de turistas ganha ainda mais significado". O que se percebe nesse processo entre cidade e turismo é uma representativa valorização das culturas locais, de modo que o turista que opta por conhecer *a cidade* imerge em suas representações, em mitos, sinais e significados sociais.

A cidade torna-se um destino onde se desvela o turismo urbano, sua essência, qualidades ou atributos, no qual o visitante procura saber mais sobre a "história de uma região, de uma cidade, de um povo, da cultura de um dado país ou de seus habitantes". (HENRIQUES, 2003, p. 53). O crescente interesse dos turistas,

> [....] pelos valores patrimoniais, históricos e culturais veio contribuir para se dar ênfase às medidas de conservação e salvaguarda do patrimônio arquitetônico, promovendo não só o alargamento da sua área de incidência, dos monumentos ao conjunto do tecido urbano mais antigo, mas também a avaliação dos esforços nela dispensados; mais do que um custo social, este tipo de acções passou a representar sobretudo um investimento; a atribuição de significado patrimonial àqueles conjuntos urbanos o crescente cuidado despendido na sua preservação e valorização vieram acentuar [...] a atratividade e a utilização turística dos centros históricos (HENRIQUES, 2003, p. 55).

Para Tavares (2002, p. 17), a questão da atratividade turística "passa, sem dúvida, pelo reconhecimento e pela importância atribuídos a esses elementos na localidade onde estão inseridos. A valorização sociocultural que o atrativo possui ou recebe é imprescindível para mostrar sua relevância no panorama turístico do local". Nesse sentido, analisando a folheteria turística de Veranópolis, percebe-se a ausência do reconhecimento turístico da cidade, no que se refere aos patrimônios culturais, de modo que a paisagem natural se sobrepõe à cultural, ocorrendo uma aparente dicotomia.

A cidade e a região em que está inserida são ambientes em constante construção humana, com densa potencialidade para os estudos relacionados às memórias, ao meio urbano e suas dinâmicas, e a atividade turística realizada no espaço urbano, pelos vestígios das sociedades que precederam as atuais. Ao analisarmos os espaços urbanos surgem dois pontos principais: a dinâmica das produções e/ou representações sociais e as relações com a produção e/ou representação que acabam por destacar de forma positiva, ou não, o espaço em questão. Em suma, ao analisar o espaço urbano percebe-se a ação, seja ela representada por grupos

sociais passados ou presentes e pelas diferenças socioculturais. Essas diferenças podem ser valorizadas e merecedoras de uma nova utilização, como a atividade turística, pela preservação de algumas características dessas temporalidades.

Segundo Argan (1995), é comum associar-se de modo negativo o conceito de centro histórico ao de cidade-museu. Porém, segundo o historiador da arte, e ex-prefeito de Roma, esse é "um termo do qual não se deve ter medo, contanto que o museu não seja considerado um depósito ou um hospício de obras de arte, mas sim um instrumento científico e didático para a formação de uma cultura figurativa ou daquilo que Arnheim chama *pensamento visual*". (p.81, grifo do autor).

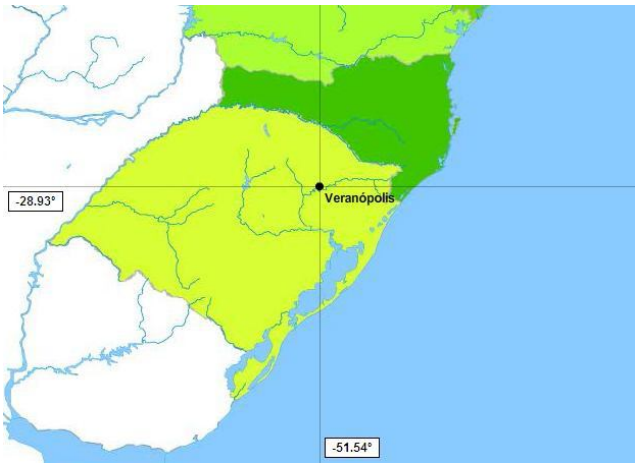
Para Lynch (1997, p. 101), a cidade é "uma organização mutável e polivalente, um espaço com muitas funções, erguido por muitas mãos num período de tempo relativamente rápido, de modo que a dinamicidade contemporânea parece apresentar, de maneira impactante, as relações de força e poder vinculadas às memórias e identidades locais, pelas relações dos grupos sociais com seus bens culturais e o espaço em que vivem. Nesse sentido, as imagens, os textos, os livros, assim como os materiais midiáticos, destinados a propagar e propagandear determinadas localidades, reforçam as complexas relações entre os campos de poder, das memórias e da região. Desse modo, a imagem da cidade, ou região, ao mesmo tempo que polariza, concretiza relações de força e poder, pela vinculação direta entre os campos da imagem, do exercício do poder e da construção dos imaginários sociais.

## 4.1 A CIDADE NAS MEMÓRIAS

O Município de Veranópolis está localizado na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, na chamada região turística da Serra Gaúcha, geograficamente compreendida por escarpas de planalto. A cidade, que hoje possui 22.553 habitantes (IBGE, 2010), originou-se como consequência da expansão dos grupos migrantes chegados ao Estado no último quartel do século XIX, vindos em especial da Itália, então recém-constituída como nação.

O território que acarretou o surgimento da colônia Alfredo Chaves, em 1884, descende do município de Lagoa Vermelha, sendo dele distrito até 1898. Lagoa Vermelha, por sua vez, fora distrito de Santo Antônio da Patrulha, localidades que, ao lado de Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo, foram criadas por decisão real de D. João VI em 7 de outubro de 1809 (BARROSO, 1998, p. 23).

Mapa 1- Localização geográfica de Veranópolis no Estado do Rio Grande do sul.




Fonte: IBGE, 2010.

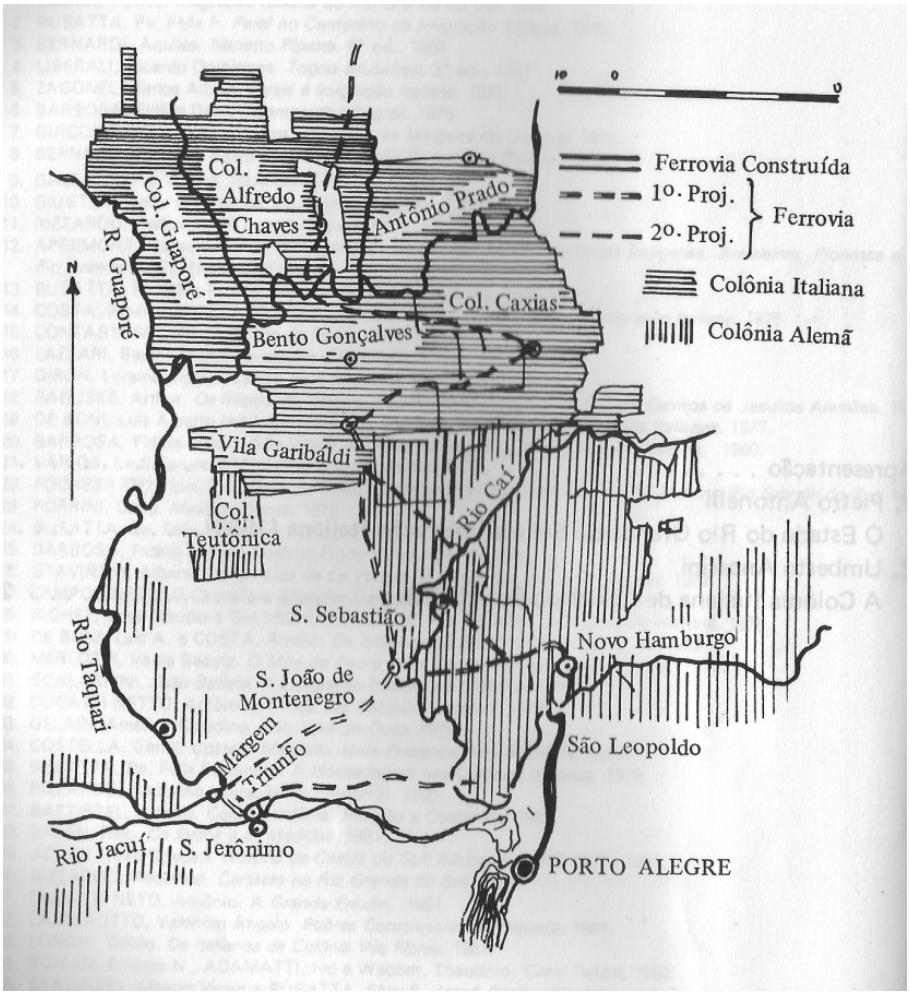
Embora algumas colônias de imigrantes tenham se estruturado pela ocupação de terras devolutas, as terras que originaram o município de Alfredo Chaves, atual Veranópolis, não eram vagas em totalidade, pois teriam sido propriedade de Joaquim Antônio Fernandes, "vulgo Quinzote, fazendeiro no Turvo, Lagoa Vermelha. Seu sítio, a princípio semi-abandonado, ficou sendo conhecido por Roça Reiúna". (POZENATO, 1987, p. V). Esse sítio daria início a "um ponto de encontro de tropeiros que periodicamente se aventuravam a passar por aqui rumo a Montenegro". (FARINA, 1992, p. 22).

Ao referenciar esse período, Farina (1992, p. 24) apresenta a opinião irônica de Mansueto Bernardi que, de maneira divertida, parodia o *Genesis,* afirmando que "no principio era a selva, a selva estava em tudo". Segundo o autor, tendo como "espinha dorsal a Estrada Buarque de Macedo, na época mais imaginária que real, [...] foram traçadas linhas ou secções de dois em dois quilômetros em cada lado da futura Estrada Geral" (p. 23), de modo que quando as linhas foram sendo ocupadas, surgiram os primeiros povoados fora da zona central da localidade, tendo alguns deles se transformado em distritos de Alfredo Chaves (Mapas 3, 4). Assim, segundo Giron (1998), a colônia Alfredo Chaves, então detentora de 93.500 hectares, seria menor somente que a colônia Caxias, atual Município de Caxias do Sul, esta com 100.000 hectares.

Observando o Mapa 4, vê-se parte da região colonizada por grupos europeus no Rio Grande do Sul. Porém, a imagem referencia majoritariamente os grupos italianos e alemães. Nela se percebe a localização de Veranópolis, considerada uma das últimas colônias imperiais

do Rio Grande do Sul, então ainda nominada de Alfredo Chaves (MEIRA, 2007), assim como as cidades limítrofes; percebem-se também algumas das cidades com as quais os moradores da região nordeste do Rio Grande do Sul efetuavam suas práticas comerciais, entre elas as localidades de São João de Montenegro, São Leopoldo e Porto Alegre. Outro ponto destacado na imagem são as estradas de ferro existentes no período e alguns dos rios navegáveis, entre eles os rios Antas/Taquari e Caí, que serviam como estradas liquidas para o deslocamento de alguns produtos fornecidos por produtores e comerciantes provenientes da Região Colonial Italiana[4].

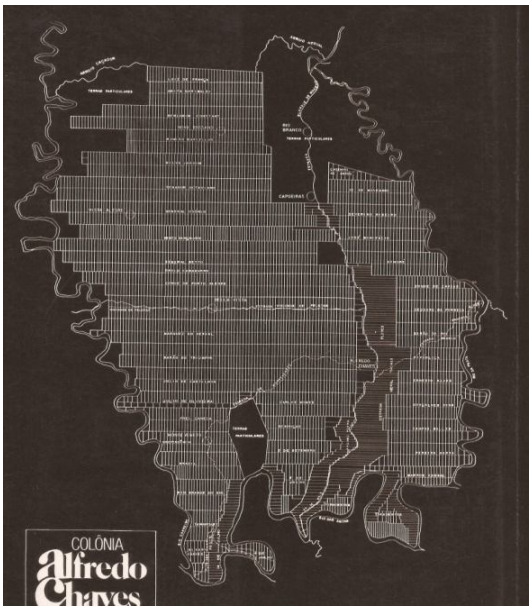
Mapa 2 – Apresenta alguns dos grupos colonizadores de parte do Rio Grande do Sul.




*Fonte*: Diccionario Histórico Geographico e Estatistico do Município de Alfredo Chaves. 1987.

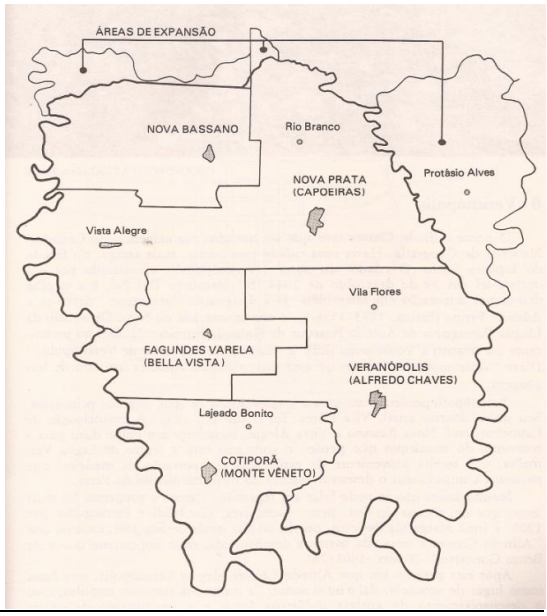
[4] Segundo Giron (2009, p. 13), hoje a região possui cerca de 53 municípios, que surgiram das colônias imperiais de Caxias, Dona Isabel, Conde D'EU, Antônio Prado e Alfredo Chaves.

Mapa 3 – Mapa de Alfredo Chaves com traçado dos lotes e linhas




*Fonte*: Diccionario Historico Geographico e Estatistico do Municipio de Alfredo Chaves.

Mapa 4 - Mapa de Alfredo Chaves e seus distritos.




*Fonte*: Diccionario Historico Geographico e Estatistico do Municipio de Alfredo Chaves.

O rápido desenvolvimento da localidade proporcionou o desmembramento de Lagoa Vermelha em 1892, elevando a colônia à categoria de Vila, com o novo nome de Benjamin Constant. Porém, a nova carga tributária recaída sobre a florescente localidade teria estimulado o regresso à condição de distrito, assim como ao antigo nome, de modo que o desmembramento final ocorreu somente em 1898, quando foi definitivamente elevada à condição de Vila de Alfredo Chaves (FARINA, 1992).

Alfredo Chaves teve o mesmo processo de desenvolvimento dos núcleos coloniais existentes até então, baseando seu progresso econômico no desmatamento acelerado e na produção de uma agricultura familiar de subsistência, que logo passaria a ser comercializada na própria localidade. Em seguida, essa negociação estendeu-se para a região, e, por fim, ampliou consideravelmente sua importância, passando a comercializar com a capital do Estado, Porto Alegre e, a seguir, com o mercado nacional. Essa atividade comercial significou um aporte considerável de capitais financeiros no local, logo materializados em melhorias na estrutura urbana e em suas edificações. Nesses termos, haveria uma,

> [...] base mínima que estava se constituindo [industrialização], não por causa do imigrante, mas por causa da urbanização, da expansão do mercado de consumidores, por causa da formação de uma demanda que estava pedindo tecidos, gêneros alimentícios, massas alimentícias, bebidas calçados, ferramentas e assim por diante:

> era o mercado que estava se formando. Nesse mercado, é claro, estão os imigrantes (IANNI, 1975, p. 25).

Em maio de 1899, as edificações locais foram destacadas no relatório referente à visita à localidade do Ministro Real, Pietro Antonelli. As “19 ruas e uma grande praça, com vários edifícios públicos relativamente importantes, uma grande igreja e cerca de 300 casas, das quais 32 de comercio” (DE BONI, 1983, p. 12), se fazem ver parcialmente na Fotografia 1. Essa imagem representa parte da localidade descrita por Antonelli, especialmente a área onde existiria a grande praça por ele destacada.

Fotografia 1 – Vista parcial do centro da então Alfredo Chaves, por volta de 1890

*Fonte*: Acervo de Elígio Parise.

A distância com que a fotografia foi produzida aparenta que o fotógrafo lançou seu enfoque com a possível intenção de estruturar a percepção do centro da localidade tendo como foco a Igreja católica, construída por ordem imperial. Entretanto, ao mesmo tempo que registrou a instituição de poder religioso, a imagem apresenta evidências sobre a importância do poder do Estado, representado na grandiosidade da Casa de Comissão de Terras, instituição que se dedicava às questões relacionadas às terras e aos imigrantes. Foi construída em 1888. Destaca também a imponência de outras edificações, com seus amplos terrenos, como os fundos de uma residência com vasto quintal, vistos no lado esquerdo da imagem e que, entre outras tantas, formavam o município, abrigando “cerca de 23 mil habitantes”. (DE BONI, 1983, p. 12).

Nota-se também o vazio de fluxo urbano apresentado na imagem. Assim, além do homem que posa para o registro no lado direito da imagem, não se percebem outras pessoas circulando pela cidade. Referindo-se à ausência de pessoas em deslocamento nas antigas imagens de cidades, Burke (2004, p. 106) declara que essas fotografias "mostram com freqüência ruas implausivelmente desertas, para evitar os borrões nas imagens causados pelo movimento rápido".

O representativo índice populacional, ressaltado no relatório Antonelli, não apresenta somente a população da sede, mas também a dos seis distritos que compunham a localidade, de modo que, segundo dados oficiais de 1º de julho de 1915, a população local seria de 29.522 moradores. Parte desse desenvolvimento seria produto da ação de José Montaury de Aguiar Leitão, diretor da colônia Alfredo Chaves ao longo de 1889, onde exerceu o cargo administrativo "com competência e contento geral, tendo durante a sua gestão, progredido extraordinariamente a colonização". (PIMENTEL, 1987, p. 7).

Destaque-se que, mais tarde, o republicano José Montaury, engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro e membro atuante do Partido Republicano Rio-Grandense[5], administrou Porto Alegre, entre os anos de 1897 a 1924. Recebeu a incumbência de transformar a cidade numa capital moderna, por meio de um programa de melhoramentos urbanos, pois, para o governo estadual positivista, a "cidade moderna configurava-se como uma das imagens simbólicas da modernidade almejada". (PESAVENTO, 2002, p. 263). A ideologia positivista[6] consagrava que "a cidade que se queria bela, higiênica e ordenada empreendia um surto de construções *modernas* de acordo com os *novos tempos* que se inspiravam na palavra-chave do progresso, tão cara à República". (PESAVENTO, 2002, p. 267, grifos da autora). Portanto, pode-se considerar que tais ações de modernização urbana

[5] Partido fundado em 1882 por "um grupo de jovens egressos da Faculdade de Direito de São Paulo que, desde logo, contaram com o apoio de dissidências conservadoras, em decadencia econômica, a razão pela qual se declaravam *desiludidos* do império [...] guindados ao poder com o golpe de Deodoro da Fonseca". (WEIMER, 2006, p. 102).

[6] O indicativo mais expressivo desta política foi "o generoso investimento em vias de transporte. Estradas novas e modernas passaram a rasgar o território em todos os sentidos e os novos ramais das vias férreas deixaram de ser construídos na Campanha para favorecer as regiões agrícolas. Os grandes favorecidos nesta política, no entanto, não foram os agricultores, mas os pequenos comerciantes estabelecidos nas cidades do interior e na periferia norte da capital. No plano cultural, o que melhor caracteriza as transformações observadas foi a substituição da cosmovisão rural por outra, urbana e internacionalista. O desenvolvimento cultural foi fulgurante. [...] foi estruturada uma abrangente rede de instrução primária que haveria de fornecer o material humano para as escolas de nível médio com vistas a uma sólida formação técnica. As cidades se transformava a olhos vistos. Arquitetos, escultores e toda uma gama de artesãos encontravam ocupação na construção de edifícios monumentais. Instalavam-se hidráulicas de água tratada e redes de saneamento básico. Redes de telefones encurtavam distancias e centrais de geração de energia elétrica transformavam as noites em dia. As cidades eram uma festa celebrada em homenagem aos dirigentes patriarcais de impecável retidão moral impingida. (WEIMER, 2006, p. 106 - 107).

teriam sido as mesmas que, guardadas as proporções, foram tomadas por Montaury, quando ainda era diretor da Colônia de Alfredo Chaves.

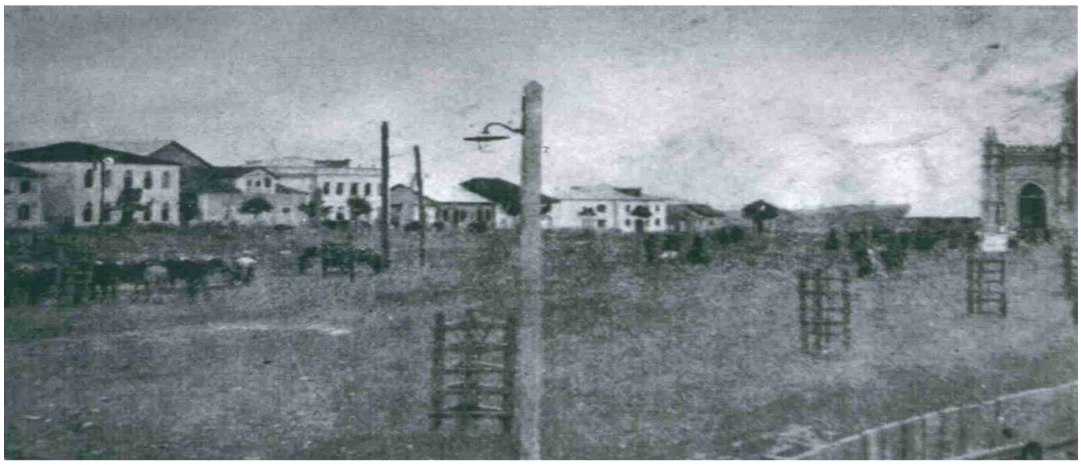
Outro relatório, datado de 1926, enviado pelo secretário municipal Gaspar Vieira Pimentel ao secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, deputado Alcides Maia, registrava que Alfredo Chaves seria uma vila localizada sobre uma colina. Tal posição pitoresca acarretaria para seus habitantes a visualização constante de "esplêndidas paisagens". Nesse horizonte, e ainda segundo tal documento, a localidade seria detentora de ruas amplas e bem-traçadas, possuindo duas praças: a Praça 15 de Novembro e a Praça Dr. Montaury. Na análise de Pimentel, a localidade contaria com um número regular de prédios edificados em alvenaria de "belíssima construção, merecendo serem citados como principais: o palacete do Governo Municipal, o da Sociedade Italiana Príncipe di Piemonte, o da antiga Comissão de Terras, [...] o de Marcelo Giordani & Cia, o de José & Egydio Farina, o de Jacinto Frainer, o da Agência do Banco Pelotense e o edifício do Colégio São Luiz de Gonzaga" (BARROSO, 1998, p. 32).

A agricultura seria um elemento "aglutinador e formador do espaço de vida e de sociabilidade do imigrante que chegou à região colonial no final do século XIX e início do século XX". (TEDESCO, 2004, p. 234). Percebe-se, porém, que o relatório apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Coronel Achilles Taurino de Resende, em 1915, apresentava uma cidade que ia além de uma localidade economicamente agrícola. Ganhava destaque, no referido documento, as mais variadas atividades no setor de comércio e da indústria, de modo que merece ser demonstrada a variedade e a falta de especificidade das atividades existentes na localidade.

Segundo a narrativa elaborada pelo intendente, a localidade contava, em 1915, com mais de duas dezenas de alfaiatarias, alambiques, ateliers fotográficos, mais de trinta *carijos* (local próprio para o processamento da erva-mate), mais de uma dezena de casas de pasto, mais de uma quinzena de curtumes, cafés, mais de trinta carpintarias, consultórios médicos, fábricas de louça, escritórios de advogados, fábricas de açúcar, cerveja, queijo, refrigerantes, foguetes, pólvora. Havia também empresas beneficiadoras de café, ferrarias e quase uma dezena de hotéis; existiam livrarias, cerca de quarenta moinhos, ourivesarias, serrarias a vapor e hidráulicas, assim como tipografias entre outras variadas atividades industriais e comerciais que, além da prática agrícola e da criação de animais, compunham a estrutura econômica do município então detentor da "primeira Usina de Geração de Energia Elétrica do interior do RS, inaugurada no início do século passado e que fornecia energia para a então Vila de Alfredo Chaves". (SETURRS, 2010).

A energia elétrica foi considerada fonte de satisfação local, abordada no Livro-Tombo como um “importante melhoramento” alcançado pela localidade. Sugeria uma nova dinâmica urbana, com a iluminação de residências e espaços públicos, embora a localidade ainda sofresse com a carência de estruturas básicas, como calçamento das vias públicas ou a ausência de uma ponte que possibilitasse transpor o rio das Antas em direção a Bento Gonçalves ou à capital do Estado, Porto Alegre. Essa ponte foi inaugurada apenas em 1952. Mesmo assim, a cidade prosperava, evidenciando a efervescência social, comercial e cultural, que colaborava para o surgimento das edificações, como as mencionadas por Pimentel e Antonelli. Essas edificações de modo comum, se localizavam em grande parte, ou em expressa maioria, no espaço urbano central da localidade, especialmente no entorno da Praça XV de Novembro, tradicional cenário para as mais variadas manifestações sociais, culturais, para comemorações e festividades.

Fotografia 2 – Aspecto da Praça 15 de Novembro em 1912



*Fonte*: Diccionario Histórico Geographico e Estatistico do Municipio de Alfredo Chaves datado de 1923 e reproduzido em 1987.

A Fotografia 2, que apresenta algumas das edificações existentes no entorno da Praça XV de Novembro, parece representar o entusiasmo da chegada da energia elétrica à localidade, considerando o destaque dado ao poste de iluminação pública localizado no centro da imagem. Para Raminelli (1997, p. 289), implantar a iluminação artificial nas cidades seria um “indicio da modernidade urbana, capaz de mudar hábitos, criar oportunidades de circulação e consumo”. Nesse sentido o poste, juntamente com sua luminária, parece apontar para os prédios existentes na Rua Carlos Barbosa, no coração da cidade. São prédios

caracterizados por múltiplos usos e funções, havendo ali instituições culturais, públicas, bancárias e hoteleiras. Entre eles destacam-se, da esquerda para direita, o prédio da Caixa Econômica Federal, a Casa Canônica, o prédio da Societá Italiana Principe di Piemonte, ao lado da instituição católica; o prédio da prefeitura local, algumas residências particulares e, no final da rua, o Hotel Internacional.

A arquitetura, como se verá adiante, está diretamente ligada às questões de poder, em uma relação entre o edificado e o modo como se dá a organização do espaço que, "distribui o movimento do olhar, determina a visibilidade". (CASTRO, 2009, p. 42). Nesse sentido, o que se percebe, ao observar as imagens na Praça XV de Novembro, e seu entorno, é a antiga existência de um *endereço do poder*. Ali se localizavam entidades relacionadas aos campos político, religioso e cultural, que comumente entravam em conflito para demonstrar sua força perante a sociedade local. Isso propiciava notoriedade ao espaço, apresentando novas ideias e tecnologias, que se faziam perceber no período. Colaboraram, inclusive, para a construção de edificações, como o edifício Dom Vital (fotografias 3 e 4), idealizado em 1944 e concluído em 1955, um dos primeiros edifícios em alvenaria da cidade, erigido com quatro andares. Sua construção remonta a necessidade de um Salão Paroquial para a realização das festividades religiosas da comunidade. Foi edificado por determinação de religiosos católicos locais, com a função de servir como uma espécie de ponto cultural. Isso ajudaria a combater os clubes e cinemas existentes na localidade, entre eles o da sociedade italiana, ambientes não recomendados pelos religiosos, que tentavam, com seu poder clerical, diminuir o número de cinemas na localidade, além de "expurgar as fitas". (TOMBO, 1935, p. 2).

Desse modo, sendo detentores de um cine teatro, os religiosos esperavam controlar os divertimentos sociais dos moradores da localidade. Porém, "a igreja não exploraria o cinema, devido aos filmes, que todos deixam algo a desejar – mas sim alugaria a uma sociedade composta de elementos daqui – e que ficariam sob a super vigilância do vigário". (TOMBO, 1955, p. 36). Além do cine-teatro, havia na edificação o salão paroquial para festas religiosas, um boliche, um restaurante, um cinema, um espaço para a rádio local e quatro amplos apartamentos.

Fotografia 3 – Pessoas saindo do CineTeatro Dom Vital em meados de 1950

*Fonte*: Acervo de Eligio Parise.

Fotografia 4 – Religiosos saindo do CineTeatro Dom Vital em meados de 1950

*Fonte:* Acervo de Eligio Parise

A notoriedade do espaço central da praça e do entorno aparece ao longo dos relatórios administrativos, dos cartões postais, das fotografias, da publicação em revistas, como a Revista do Globo. Além da construção, nesse espaço é perceptível a remodelação de edificações, como a realizada na Societá Italiana Principe di Piemonte: reação, em um primeiro momento, às políticas nacionalizantes do governo Vargas. Além de modificar as características originais da instituição, colaborou para a alteração de sua aparência externa, dada a ampla reformulação estética, que retirou a simbologia italiana. Isso acarretou, em 1938, a alteração de seu nome, que passou de Societá Italiana Principe di Piemonte di Alfredo Chaves, para Sociedade Alfredochavense (fig. 5, 6). Por fim, houve transformação arquitetônica.

O processo consistiu, segundo carta enviada aos associados da época, “na reconstrução, modernização e adaptação da atual séde (sic) social em recanto de maior conforto e suntuosidade, num autentico Clube, sem perda dos seus característicos

fundamentais de Sociedade do Povo (CARTA de 10 de julho de 1944). Desse modo, a sede teria,

> [...] segundo a Planta, dois andares: um térreo, onde serão instalados dois restaurantes, sendo um grande e outro reservado; uma cancha de bolão, com cópa (sic), um salão de "snoocker"; um salão para jogos esportivos, ping-pong, etc. para famílias; três salas para cartas; quatro salas para residência do mordomo; uma cosinha (sic) e demais dependencias; um bar elegante e uma sala para gelados e aperitivos. No andar superior, será conservada a feição de teatro, com palco, galerias e camarotes, alem de camarins, museu, etc. O Salão de Féstas (sic) terá aspecto imponente, sendo quase duas vezes maior que o atual, e terá comunicação com a Sala Nobre, podendo, nos dias de festividades, os pares chegarem á balaustrada. Em ambos os andares, haverá serviços de restaurante e cópa (sic), elegantemente organizados, segundo as creações (sic) modernas, nos dias de grandes cerimonias (sic). A fachada atual, por sua vez, sofrerá um tóque artístico, purificador, que lhe dará maior magestade (sic) e beleza (CARTA AO CONSOCIO, 1944, p. 1).

Embora o documento faça menção a uma sociedade dedicada ao povo, seus antigos regulamentos internos, que antes destacavam a importância do auxílio mútuo, de honrar e defender o nome italiano, de colaborar para o engrandecimento e bem-estar da localidade hospedeira, de modo a também cooperar para o engrandecimento do país acolhedor, destacava que a sociedade,

> [...] per conservare alto l´onore ed il decoro della Patria lontana, dovrá impedire, com tutti i mezzi possibili, che nel seno della colônia italiana vengano esercitate industrie e mestieri deprimenti e tutto quanto há relazione col vagabondaggio; [...] la societá creera um instituto d´arti e mestieri per impiegare gli orfani d´ambo i sessi, insegnando loro uma professione; In quest'instuto sara impartito l'insegnamento delle lingue italiana e portoghese; [...] La società è obbligata, in segno di eterna memória, a collocare um modesto ricordo sul tumulo del defunto. [...] La baudiera della Società è la tricolore italiana; [...] Il presidente avrà per distintivo sul braccio destro uma stella d'oro; Il Vice-presidente, sul sinistro, purê uma stella d'oro. (STATUTO, 1911, p. 6, 7, 28, 29)[7].

Passava a declarar, após a forçada nacionalização, que a nova sociedade "tem por objetivo fundamental promover entre os seus associados, diversões de caráter social e cultural", sendo agora composta somente por "sócios brasileiros natos", além de não ser permitido na sociedade, "sob nenhum pretexto [...] discussões ou manifestações de ordem política, quer nacional ou estrangeira". (ESTATUTO SOCIAL, 1938, p. 3).

Entretanto, embora os estatutos apresentassem outras funções à nova sociedade, pela variação dos contextos, ela ainda servia como referencial da italianidade local. Se

[7] Para preservar a honra e a dignidade da patria distante, devemos evitar, com todos os meios possíveis, que, na colônia italiana sejam exercidas indústrias e profissões deprimentes e tudo que se relaciona com a vadiagem, [...] a sociedade criara um instituto de artes e ofícios para tomar órfãos de ambos os sexos, e ensinar-lhes uma profissão; Nesse instituto será dado o ensino da língua italiana e portuguesa; A sociedade é [...] obrigada, como um sinal de eterna memória, a colocar uma modesta recordação no túmulo do falecido. [...] A bandeira da sociedade é a tricolor italiana; [...] O presidente tera como distintivo em seu braço direito uma estrela dourada o Vice-Presidente, à esquerda. (ESTATUTO, 1911, p. 6, 7, 28, 29).

anteriormente, a sociedade colocava cartazes em sua fachada, conclamando sócios e transeuntes da localidade, para ali ingressarem e escutarem o programa radiofônico do governante da Itália, *Mussolini Fala*, (Fotografia 5), agora a referência à pátria-mãe se daria nas dependências internas da instituição. Haveria a colocação de placas em mármore, que comemoravam a imagem de Giuseppe Garibaldi, ou titulando o salão de festas da sociedade com o nome do poeta carbonário italiano Sílvio Pèllico, além de propor a criação de um museu na nova instituição.

Fotografia 5 - Societá Italiana Príncipe di Piemonte. Na diagonal inferior direita vê-se o cartaz *Mussolini Fala*

*Fonte*: Acervo de Eligio Parise.

Fotografia 6 – Depois de nacionalizada. Agora Sociedade Alfredochavense

*Fonte*: Acervo de Eligio Parise.

Segundo Zarankin, a construção das “relações sociais por meio dos discursos materiais é uma estratégia eficiente de reprodução de poder”. (2001, p. 5). Segundo esse autor, a arquitetura seria um dispositivo indispensável para a transformação e “modelagem do mundo em que vivem as pessoas. [...] Estes novos “espaços domesticados” (ou “lugares”) são tanto produto como produtores de significado social” (p. 11).

Percebe-se que, em termos práticos, não se pode separar o exercício do poder manifestado sobre as memórias, incluindo-se os esquecimentos, as manipulações e as elevações a chancelas patrimoniais; tampouco, não se descarta a presença do poder em relação a preservação e a construção, representadas nas transformações urbanas. Desse modo, na opção por cultuar certas memórias, por construir edificações com interesse específico, adaptá-las ou destruí-las, tem-se presentificadas as relações de força e poder existentes na localidade.

## 4.2 MEMÓRIAS NA CIDADE

Na cidade de Veranópolis, dois poderosos discursos são propagados pelos mais diversos dispositivos: o discurso turístico, calcado em suas belezas naturais e, mais recentemente, o discurso da longevidade[8], percebida em parte de seus habitantes. Esses discursos afloram ao longo do espaço da Praça XV de Novembro, o que remete a fatos abrangentes da história cultural, econômica ou política da localidade.

Desse modo, a Praça XV de Novembro, em Veranópolis, se impõe como articuladora da vida social local. Serve como espelho ou palco para diversos eventos que envolvem visitantes e visitados, destacando-se as atividades destinadas à saúde da população, à venda de produtos coloniais, às festas populares, além de ser um espaço de encontros e lazer. No momento da pesquisa, encontra-se em boas condições, sendo bem cuidada pelo Poder Público local. Seus canteiros são ajardinados com plantas e flores de diversas espécies, escolhidas de acordo com a estação do ano. Nesse sentido, se destacam as variedades conhecidas como *boca de leão*[9], *amor perfeito*[10] e *cravina*[11], plantas de épocas frias. As qualidades conhecidas como *tagetes*[12], *sálvia*[13] e *torênia*[14] são plantadas em períodos com temperatura mais elevada, e, assim, colorem o local. A praça desperta a diversidade das memórias. Remete às lembranças de outras épocas, ou a personalidades, como o prefeito "Saul Irineu Farina, o prefeito das pedras preciosas, dos arcos e das flores que embelezaram a praça da minha

---

[8] O município esta entre as vinte cidades com mais de 17 mil habitantes com maior expectativa de vida. O Município de Veranópolis foi citado por médicos e sociólogos de diversas nacionalidades, dedicados ao estudo da geriatria e gerontologia, como um dos locais, no mundo, mais favoráveis ao prolongamento da vida humana. Jornais, revistas e redes de televisão passaram a destacar Veranópolis como um lugar onde a longevidade está aliada a uma pronunciada qualidade de vida. Desde 1994 estudos sobre envelhecimento e qualidade de vida, mostram que idosos de Veranópolis possuem um estilo de vida saudável que contribui para uma maior longevidade. O perfil epidemiológico de Veranópolis é similar ao de países desenvolvidos com alta taxa de longevidade como é o caso do Japão e Canadá cuja freqüência de mortes por neoplasias é elevada e a de mortes por DCV tende a diminuir. A maioria dos idosos do município tem origem italiana. [...] e é constituído hoje por uma população caracterizada por uma homogeneidade genético-cultural que facilita estudos de relação entre o conjunto genético e os fatores ambientais que, em outras cidades, é extremamente difícil devido à origem poli-geográfica e poli-étnica da população gaúcha e brasileira. Apesar de não haver concordância entre os estudos sobre "regiões geográficas com maior longevidade no mundo", existem relatos na literatura mundial sobre regiões montanhosas que apresentam um grande contingente de idosos longevos na população, como é o caso de Georgia, Kashmir e a cidade peruana de Vilcabamba. O Projeto Veranópolis teve seu inicio em 1994 por pesquisadores da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). (NASCIMENTO, 2008, p. 65).

[9] Nome científico: *Antirrhinum majus.*

[10] Nome científico: *Viola tricolor L.*

[11] Nome científico: *Dianthus chinensis L.*

[12] Nome científico: T*agetes patula.*

[13] Nome científico: *Salvia* divinorum.

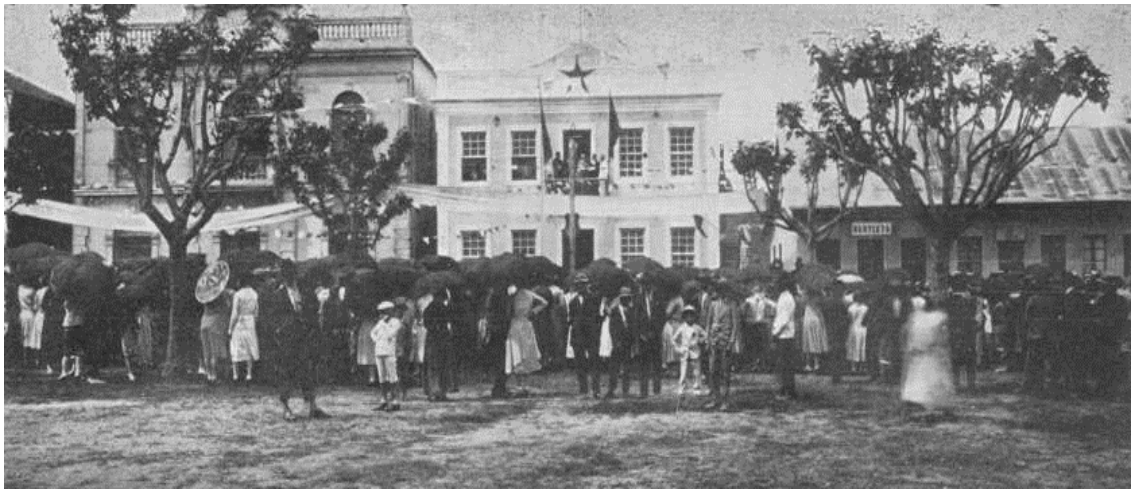
[14] Nome científico:*Torenia fournieri.*

infância e fez com que, junto com outras crianças, plantássemos nossas primeiras árvores e delas cuidássemos durante meses consecutivos". (FRANCO, 1998, p. 96).

A praça canaliza energias vigorosas. Coloca-se como o local de memória no plano pessoal, e também coletivo. Envolve, desse modo, os moradores da localidade e/ou seus frequentadores. Decorrente dessa situação, pode ser sua utilização como espaço celebrativo da memória do poder, ou um espaço político e/ou cultural interessado em trabalhar o poder das memórias. Estas, podem ser acompanhadas pela sucessão de monumentos e referenciais de ontem e hoje ali presentes, com suas substituições demarcando o que deverá ser lembrado e o que deverá ser esquecido. Memória e esquecimento atuam em simultâneo, tendo como indicadores a presença e a ausência de monumentos e prédios que remetem aos eventos ali realizados, como as comemorações referentes à queda da República Velha e a consequente ascensão do gaúcho Getúlio Vargas à presidência da República em 1930. Foram realizadas na Praça XV de Novembro, perante o antigo prédio da prefeitura local (Fotografia 7), também a despedida dos soldados embarcados para a Segunda Guerra Mundial, que foi assim sintetizada por Jaime Adriano Farina, no jornal *O Estafeta*:

> As emocionantes despedidas a esses escalões chamados às pressas, ocorriam na Praça XV de Novembro, em frente ao prédio da Prefeitura municipal, entre discursos, foguetes, lagrimas de mães, irmãs e namoradas e os jovens, que se orgulhavam pelos familiares e amigos que iam, aguardando o chamado de sua próxima vez. (27.07.1999, p. 15).

Fotografia 7 – Comemorações referentes à Revolução de 1930 em Veranópolis



*Fonte:* Revista do Globo, 1931, nº 27.

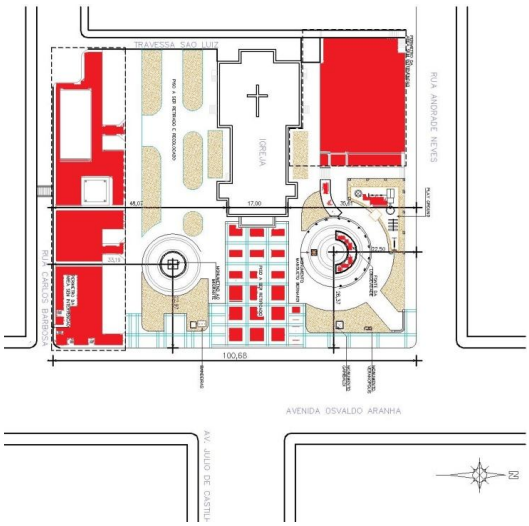
Na contemporaneidade, na Praça XV de Novembro, a celebração do passado confunde-se com as modificações realizadas no início do século atual. Nesse período, a área

passou por representativas mudanças em sua paisagem, forma e estrutura, que alteraram os espaços ali existentes, assim como sua dinâmica social. Nas alterações, as ausências construídas, encaminhando os esquecimentos. Se a presença encerra profundo viés político de indivíduos e grupos, o esquecimento também o é. Na praça, as alterações compreenderam desde sua ampliação (Figura 1 e Fotografia 8), avançando sobre a Rua Carlos Barbosa, na face sul, com o objetivo de se criar uma nova área de passeio, até a edificação de uma casa em madeira, para abrigar o Chalé da Praça XV, onde estaria um restaurante e café colonial. O objetivo oficial de tal intervenção seria a carência desse tipo de serviço na cidade, após o gradual fechamento dos antigos cafés.

Cabe ressaltar que a tentativa de expandir o espaço público em direção a ruas e avenidas já havia sido concretizado por outras localidades da região, a exemplo de Caxias do Sul, que desviou a Avenida Júlio de Castilhos, em frente à Praça Central da localidade, na lógica urbanística dos calçadões.

Em Caxias do Sul e em outras cidades, os processos precisaram ser muitas vezes revertidos, sob a alegação de dificuldades instransponíveis ocasionadas ao trânsito veicular. Em Veranópolis, essa possibilidade, mesmo que de forma ainda tímida, é mencionada e acarreta debates sobre a retirada, ao menos de parte do passeio público, para a restituição do espaço à malha viária.[15]

Figura 1- Imagem que reproduz o espaço praça, com as alterações em vermelho




*Fonte:* Setor de Engenharia, PMVERA.

Fotografia 8 – Praça em obras

*Fonte:* Museu Municipal de Veranópolis.

[15] Informações conforme audição de questionamento direcionado ao prefeito na Rádio Veranense, no programa Bom dia Cidade, apresentado por Marco Aurélio Sant´Ana, 2009.

As alterações espaciais e estruturais se tornam indutoras de uma nova paisagem, (Figura 1), onde se percebem os espaços construídos ou modificados, que, ao introduzirem um novo referencial social, acabam por se colocar como cenário histórico. Na continuidade, há um novo espaço passível de apropriação turística. As alterações na Praça XV de Novembro propiciaram, por suas intervenções, uma renovada centralidade urbana, acarretando, em alguns pontos, uma novidade por completo. Isso levou à ampliação do seu espaço físico, pois tirou do seu entorno e trouxe para o corpo da área espaços de sociabilidade adjacentes ao comer, beber ou distrair-se lendo o jornal, conversando ou mesmo contemplando o fluxo de pessoas.

A nova ordenação espacial atingiu referenciais que pareciam consolidados no espaço; materiais decorativos ou utilitários, que faziam parte do ambiente, do cotidiano dos habitantes foram retirados. Dentre eles destacam-se o chafariz e a cancha esportiva. Espaços que eram públicos foram privatizados pelo restaurante. Casualidade ou não, a prefeitura local não possui informações mais antigas referentes à instalação do chafariz, assim como de qualquer outra mudança que tenha ocorrido na Praça XV de Novembro. Tem dados a apresentar somente da última intervenção (Figura 1).

Fotografia 9 – Face norte da Praça XV de Novembro em meados dos anos 1960.

*Fonte:* Acervo de Eligio Parise.

Segundo antigos frequentadores do espaço, na ausência de informações oficiais, o chafariz havia sido instalado durante a administração Adriano Farina (1947-1951), talvez ainda no contexto da *belle époque* veranense, quando a cidade se destacava aos olhos de visitantes e visitados, como se verá adiante. No mesmo contexto, foi realizado o calçamento e a ampliada a arborização de ruas; a atividade cultural oferecia a possibilidade de frequentar teatros, escolas de música ou cinemas. Essas opções não mais existem neste início de século XXI.

O chafariz foi retirado para instalação de uma pequena área recreativa (Fotografias 10 e 11), "de playground continua ao atual, executada nos mesmos moldes e constituída por cancha de areia com brinquedos de madeira tratada-eucalipto como: casa multi funções, gira-gira, gangorra, balanço" (PMVERA, 2004, p. 1), que se destinava ao público infantil.

Fotografia 10 - O espaço antes ocupado chafariz

*Fonte*: Acervo do autor.

Fotografia 11 - O espaço onde antes havia a cancha para a prática de esportes

*Fonte*: Acervo do autor.

Com todos esses ingredientes, entende-se que a substituição do chafariz não se deu por motivos tão simplórios. O chafariz, erguido ao lado da Igreja católica, funcionava como elemento decorativo da paisagem da praça municipal, e aparentava ser representativo da localidade, tendo em vista que, durante a reestruturação da praça, o então secretário de Turismo, Ildo D´avilla, informou que "a próxima etapa da reestruturação da Praça XV de Novembro será a recuperação do chafariz". (O ESTAFETA, 1999, p.3). Segundo ele, seriam eliminadas as rachaduras, além de ser aplicada nova pintura e iluminação. Foi também prometida a colocação de "uma bomba de recalque para a movimentação da água" (p. 3). Tais reparos foram realizados (O ESTAFETA, 10.09.1999, 5/1/2000); porém, apenas três anos

após a melhora do equipamento arquitetônico, as manchetes estampavam que a calçada em frente à Igreja, e o "chafariz serão remodelados". (O ESTAFETA, 23/ 07/2003).

Fotografia 12 - Praça XV de Novembro em meados dos anos 1960

*Fonte*: Acervo de Eligio Parise.

Fotografia 13 - Chafariz em meio as intervenções realizadas na primeira década do século XXI

*Fonte*: Jornal O Estafeta.

Com a expectativa de ver as obras concluídas antes de dezembro de 2003, durante o mandato do prefeito de então, o arquiteto responsável técnico pelas alterações, Celestino Rossi, fez uma explanação geral ao jornal *O Estafeta*, sobre as modificações que estavam sendo realizadas. Dentre elas destacou a substituição da calçada no "caramanchão em frente à igreja". Ele também destacou que "será construída a *Fonte da longevidade*, um novo *playground*, novo chafariz, e a iluminação será ampliada, dando ênfase a igreja São Luiz Gonzaga, ponto turístico mais visitado por turistas" (O ESTAFETA, 06.08.2003, p. 4).

Percebe-se que o fato não se resume numa substituição do antigo chafariz por uma área recreativa destinada ao público infantil, mas, sim, a um provável contracenso, amparado na substituição do antigo para, assim, propor sua valorização. Para simbolizar a longevidade alcançada por parte dos moradores da localidade, que passou a ser utilizada pelo *marketing* turístico da cidade, houve a retirada de um antigo símbolo de beleza urbana para a edificação de uma fonte, agora a fonte da longevidade; em outro espaço da praça. Esse ato sugere que a retirada do antigo conjunto arquitetônico aparentemente se deu com o intento de apresentar a todos, visitantes e visitados, a nova condição da cidade, agora tida como *A Terra da Longevidade*®.

Fotografia 14 – Fonte da Longevidade localizada na Praça XV de Novembro

*Fonte*: Acervo do autor.

Fotografia 15 – Base da fonte da longevidade

*Fonte*: Acervo do autor.

Essas ações têm claras consequências no campo da memória e das responsabilidades sociais, assim como para a história e a cultura da localidade, pois, se os grupos sociais perdem o sentido das relações com seu próprio passado, possivelmente perderão a capacidade de perceber a própria continuidade ou de se reconhecer no decorrer do tempo. Na análise de Gastal (2006, p. 82), fica claro que ver o espaço "como fruto de uma construção social de imagens e imaginários significa admitir que os espaços diferem de cultura para cultura, ou seja, que estamos lidando no campo do significante e não apenas do significado".

As modificações feitas, no espaço central de Veranópolis, não se restringiram às intervenções na Praça XV de Novembro. Percebe-se em seu entorno, assim como na cidade como um todo, a conversão da paisagem urbana para algo muito próximo ao daquelas que demarcam centros urbanos de cidades maiores, corroborando, assim, para a homogeneização das edificações existentes na localidade; em decorrência, dá-se a desvalorização do que poderia ser abordado como um relevante produto turístico, diferenciado como marca do local.

O que se destaca é uma nova forma de relação entre comunidade e espaço urbano, agora em processo de representativa valorização econômica, pelas grandes intervenções no campo da construção civil. O espaço urbano vem sendo marcado por novas, representativas e verticalizadas edificações, que acarretam uma reorganização da paisagem, mediante incontáveis intervenções que se refletem no cotidiano da comunidade, nas atividades comerciais, residenciais e turísticas da localidade. Em Veranópolis, a arquitetura acompanha a ascensão dos novos grupos sociais, que buscam sua representação no espaço urbano, impondo ali suas marcas. As relações de poder, já presentes na estrutura física desse espaço em tempos

mais antigos, agora são reconstruídas para apresentar as distintivas características de uma nova sociedade atrelada, consequentemente, a novos fatores econômicos, políticos e culturais.

Percebe-se que os espaços urbanos são construções socioculturais dos diversos grupos que neles habitam. Representam, na cidade, suas imagens e imaginários, passíveis de múltiplas leituras e interpretações. As diferentes percepções possibilitam afirmações do tipo: "*Veranópolis não é mais Veranópolis. Não. Mudou muito",* como afirma uma filha de imigrantes italianos, vindos da cidade de Cremona; agora residindo no Município de Vila Flores, distrito emancipado de Veranópolis na segunda metade de 1980. Por vezes, vai à antiga cidade "*só para ver os apartamentos que estão construindo"* (S.I.C., 2008). Esses e outros depoimentos constam do projeto *A história de Vila Flores na voz de seus habitantes*[16], que ouviu idosos nas suas memórias relacionadas ao urbano, aos referenciais arquitetônicos da localidade. O deslocamento realizado no depoimento citado acaba por trazer à tona suas percepções e lhe proporciona um reencontro com suas memórias; memórias que ficaram registradas em locais, em espaços que remetem a casos e causos representados nos equipamentos urbanos ou na ausência destes. Isso é exemplificado quando a mesma entrevistada, ao se deparar com a construção de um edifício na área central da cidade, onde antigamente existia uma das mais importantes casas de comércio da localidade, afirma:

> Olha ali esse apartamento que estão construindo, ali onde que moravam os (membros da família) Dal Pai. [...] Eles não queriam morrer, porque eles eram o governo de Veranópolis, os mais ricos. Eles não queriam morrer, ma varda, i viene mortti tutti[17] e olha... Eu fico parada olhando e pensando... Olha ali, construindo esses apartamentos onde morava a Loja Dal Pai. (S.I.C., 2008).

Depois, relembrou histórias e memórias, relacionando-as ao poderio da família Dal Pai nos tempos passados, ao desaparecimento da edificação à morte dos antigos comerciantes. Essa relação foi desencadeada pelo local onde a casa estava edificada, agora um lugar de memória. A entrevistada ainda considera que se "*deixavam as coisas antigas era melhor que os prédios.* [...] *Não, não... Eu digo sempre: Ma signore, farai come vivere*[18]. [...] *Eu gostaria mais as coisas antigas em Veranópolis. Tem ainda bastante coisa antiga, mas..."* Esse *mas*, seguido de um breve silêncio, sugeriu o questionamento se, a seu ver, a demolição estava sendo acelerada, para o qual a resposta foi "*Dio Madonna... Por favor".* (S.I.C., 2008).

---

[16] **A história de Vila Flores na voz de seus habitantes.** Projeto de pesquisa que busca conhecer as origens do município de Vila Flores, antigo distrito de Veranópolis, além de analisar seu desenvolvimento urbano e práticas do cotidiano. Para a realização desta pesquisa foi decidido que o método utilizado seria a história oral. Na primeira parte do projeto foram entrevistadas pessoas entre 70 e 96 anos. Depoimentos obtidos por IFC em meados de 2008.

[17] "Mas olha, eles morreram todos".

[18] "Mas Senhor, fazem como viver?"

Ao mesmo tempo que a cidade representa a memória e o imaginário de seus grupos sociais, ela é penetrada pelo dinamismo do mercado consumidor, da especulação imobiliária, da necessidade de renovação ou de recuperação econômico-familiar, possível pela da venda do próprio imóvel. Isso altera constantemente o corpo físico da urbe e dos lugares em que as memórias transformam as edificações em referenciais. Le Goff (1992, p. 3), retomando Braudel, considera que as cidades "são como transformadores elétricos: aumentam as tensões, precipitam as trocas, urdem incessantemente a vida dos homens... São os aceleradores de todo o tempo da história".

Segundo Júlio Posenato, em correspondência enviada, em junho de 2008, ao prefeito municipal e ao presidente da Câmara de Vereadores de Veranópolis, essa localidade seria um exemplo de cidade com qualidades estéticas de volumetria urbana, similares às cidades do Norte da Itália, aliada à malha ortogonal utilizada no Brasil pelos engenheiros imperiais, e que, em seu entender, passou a ser regra na urbanização brasileira ao longo do século XIX.

Aliada a esse hibridismo cultural urbano (cidade ortogonal proposta primeiramente nas cidades espanholas, sendo utilizado posteriormente por engenheiros imperiais brasileiros, e a similitude da volumetria das edificações do Norte da Itália), a cidade também recebeu uma terceira peculiaridade: o ajardinamento de suas ruas "em forma de *boulevard*, conforme o conceito de *praça linear* introduzido em Paris por Haussmann, prefeito do Senna na época de Napoleão III". (POSENATO, 2008, p. 1).

Fotografia 16 – Av. Osvaldo Aranha, Veranópolis, 2005 – o ajardinamento em "boulevard"

*Fonte*: Imagem e legenda de Julio Posenato

Fotografia 17 – Monte Forte d´Alpone, Vernona

*Fonte*: Imagem e legenda de Julio Posenato

Ilustrando suas afirmações com imagens que remetem a cidades da Região Norte da Itália, especificamente a cidade de Monteforte d´Alpone, e da parte central de Veranópolis, a Avenida Júlio de Castilhos, em sua parte central, próxima à Praça XV de Novembro

(Fotografias 16 e 17), o autor explica sua intenção, declarando que quando estudante de arquitetura baseava seus estudos no município de Veranópolis.

Fotografia 18 – Veranópolis, 2005 – trecho que mantinha a volumetria original, em dois ou três pavimentos

*Fonte*: Imagem e legenda de Julio Posenato.

Desse modo, após formar-se, o agora arquiteto propôs ao "prefeito de então que fosse disciplinado o crescimento da cidade, para garantir a qualidade de vida, o patrimônio cultural e, através do turismo, o crescimento econômico (empregos e renda)". (p. 2). Entretanto, sua proposta não foi aceita, pois, segundo o autor, "já vigorava o equivoco de entender progresso como crescimento a qualquer custo, sem disciplina e sem leis". (POSENATO, 2008, p. 2).

Segundo Posenato, como resultado funesto dessa percepção de desenvolvimento, a visualidade da cidade mostra-se em desequilíbrio entre o "volume edificado e o ambiente, no que resulta a perda da qualidade de vida (dificuldade de estacionar, predomínio de zonas de sombra, comprometimento da ventilação natural, maior custo dos imóveis devido à valorização exagerada dos terrenos, etc.)" (p. 2). Isso pode ser percebido nas fotografias 19 e 20, entre outras, que também expõem a imposição claustrofóbica dos novos edifícios perante as antigas edificações. Na fotografia 20 se percebe a antiga moradia que resiste após a saída de seus antigos habitantes. Externamente esta revestida com material popularmente conhecido como *cimento penteado*, técnica que se baseia em misturar ao cimento pedaços triturados de vidro, pequenas pedras ou outros materiais que, quando alvejados pela luminosidade, acabam por propiciar discreto brilho à edificação. Infelizmente, essa é uma técnica rara na contemporaneidade, visto que os proprietários cobrem a textura antiga com tintas comuns,

como realizado na edificação localizada entre os prédios que, depois de retirados seus ornamentos, foi revestida de tinta roxa, tornando-se, a seguir, um bar.

Fotografia 19 - Edifícios impõem-se perante a cidade antiga

*Fonte*: Acervo do autor.

Fotografia 20 - A edificação, agora entre os prédios

*Fonte*: Acervo do autor.

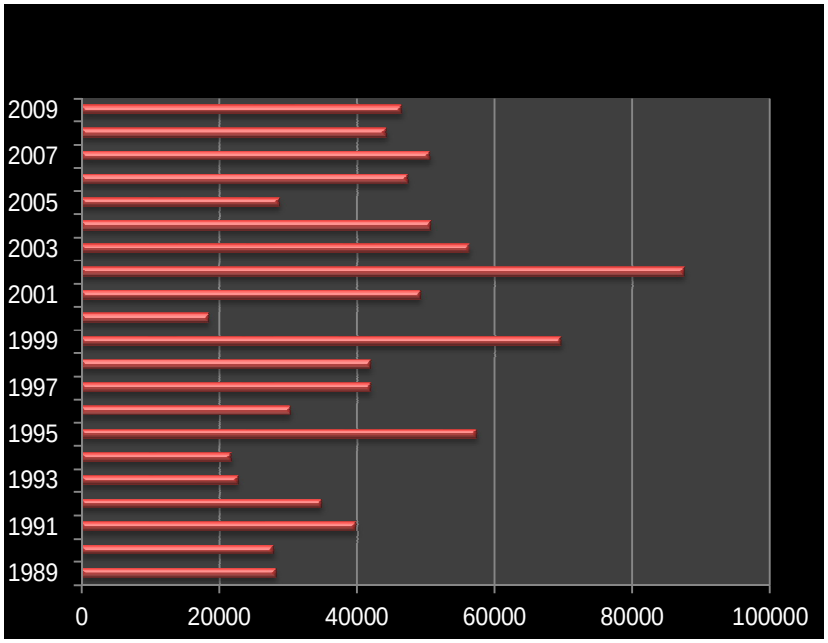
Ao concluir sua mensagem, Posenato (2008) relaciona a situação contemporânea de Veranópolis à cidade de Porto Alegre. Lá, segundo o autor, nos bairros residenciais, foi "cometido o equívoco de permitir prédios de grandes alturas com recuos laterais exíguos" (p. 3), assim, os cidadãos que,

> [...] adquiriram imóveis nos primeiros prédios edificados com tais características, pensando em ter sol e paisagem à vontade (a custa de seus vizinhos), em pouco tempo perceberam que, com a proliferação de mais prédios em igual gabarito, quase encostados entre si, agora uns fazem sombra aos outros, e bloqueiam a circulação das brisas, o que provoca desvalorização acelerada desses imóveis. (POSENATO, 2008, p. 4).

Desse modo, entende-se que os terrenos presentes no espaço urbano central de Veranópolis ganham destaque perante o turismo, as memórias, as histórias e o cotidiano; e que a supervalorização da terra ali existente simboliza sua escassez artificial na localidade, servindo para incrementar a ação de valorização do espaço urbano central. Assim, prédios comerciais e grandes edifícios residenciais acabam por substituir os antigos casarões ou as

edificações mais singelas, não se esquecendo dos equipamentos urbanos remanescentes, pois, como representantes da sociedade de outrora, suas abruptas ausências provocam ásperas rupturas entre passado e presente, pela ampla e constante verticalização dos grandes edifícios. Esse fenômeno ganhou força nos últimos anos na cidade-veraneio, como se percebe no gráfico 1, que apresenta a metragem edificada entre casas e edifícios na cidade, entre os anos de 1989 e 2009 e que totalizam 923.791,072 m² de área construída.

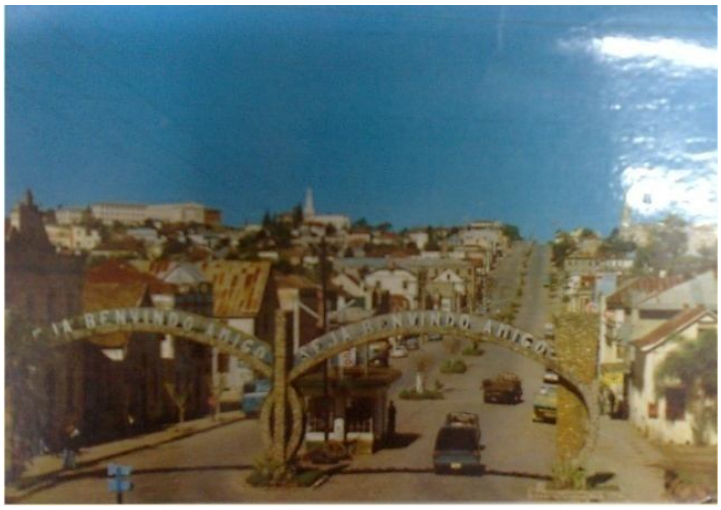
Gráfico 1 – Total de área construída em m² no município de Veranópolis entre 1989 e 2009




*Fonte*: Setor de Engenharia PMVERA.

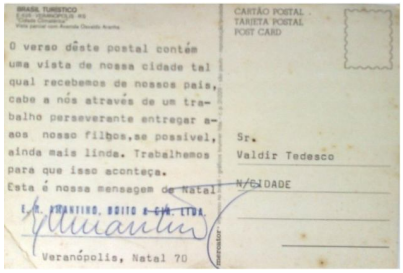
Para que esse processo tomasse corpo, vários prédios antigos foram substituídos, alterando consideravelmente o espaço urbano de uma localidade que se destacava pela elegância das edificações. Essa elegância era percebida, sentida e valorizada, como sugere o texto do cartão postal (Fotografia 21), com votos de boas festas, enviado pelo ex-prefeito Elias Ruas Amantino a Valdir Tedesco, no natal de 1970. O signatário destaca que o "postal contém uma vista de nossa cidade tal qual recebemos de nossos pais, cabe a nós através de um trabalho perseverante entregar aos nosso (sic) filhos, se possível, ainda mais linda. trabalhemos para que isso aconteça. Esta é nossa mensagem de Natal". (Natal, 1970, Acervo de Elígio Parise).

Fotografia 21 - Cartão postal (frente) com votos de boas festas destacando a cidade




*Fonte*: Acervo de Elígio Parise.

Fotografia 21b. Cartão postal (verso)




*Fonte*: Acervo de Elígio Parise.

Para Santos (2001, p. 3), a negativa da história e da memória, em benefício de uma hipotética modernidade condenou, de maneira fatal, as malhas urbanas tradicionais, as construções “históricas oficiais, os marcos e as referências das cidades, os conjuntos singelos de casario, a arquitetura vernacular e a arquitetura modernista, os bairros e as sedes rurais, as capelas, os chafarizes, os sítios arqueológicos, as paisagens, as estações de estrada de ferro, os cinemas, as praças”. Desse modo, os problemas apresentados por Santos (2001) abrangem quase a totalidade daqueles percebidos em Veranópolis.

Ao analisar o espaço central, por meio da visão das edificações ainda existentes e da visualização das imagens, apresentam-se de maneira distinta as temporalidades ao longo das estruturas arquitetônicas. A distinção se torna cada vez mais acentuada, tendo em vista que esse espaço passa por um momento de reorganização de seu território, onde edificações antigas encontram novas funções para se manter à vista de todos ou dão lugar a outras intervenções urbanas; entenda-se aí sua substituição pelo moderno.

As transformações ocorridas no espaço urbano da localidade, ao longo dos últimos vinte anos, seria fruto do desenvolvimento do campo imobiliário, que propicia também o aquecimento da economia local. Esse aquecimento parece ter sido propiciado pela instalação de novas indústrias na localidade que, somadas à edificação de três pequenas centrais hidrelétricas na região, nas cidades de Veranópolis, Antônio Prado e Cotiporã, colaboraram para um rápido acréscimo populacional no município. Isso teria dado fôlego à especulação

imobiliária local. Nesse sentido, o IBGE apontou que, em 2000, a população local seria composta por 19.446 habitantes, com estimativa de 26.121 habitantes para 2009.

Porém, após a realização do Censo 2010, foi constatado que a população real do município não superou 22.553 habitantes, de modo que os dados apresentam um aumento da população local, porém muito menos representativo do que as expectativas mais otimistas. Aparentemente, isso foi causado pelo fim das obras que empregavam um grande número de operários. Essa diminuição da população "representa uma queda no índice do Fundo de Participação dos Municipios de 1.4 para 1.2, trazendo um *déficit* aproximado de R$ 1,5 milhão para os próximos exercícios". (SITE PMVERA, notícia de 30/11/2010).

Embora os dados apresentem um encolhimento da população local, a visibilidade da cidade continua a ser alterada de modo acelerado, como se constata pelos 121 alvarás de habitação expedidos pela prefeitura nos últimos dez meses, e que totalizam 75.673,60 m² já edificados ou em processo de edificação. (ENGENHARIA, PMVERA, 2011).

Abordando a imagem urbana, Pesavento (2002, p. 264) reflete que o visual da cidade, a sua adequação, seja ela agradável aos seus habitantes ou não, é um componente que tem peso nas representações "sobre o urbano e que tem um apelo muito forte. Ruas amplas ou estreitas, calçadas ou não, praças e ajardinamento, monumento e prédios 'de estilo' são marcos de referência que extravasam a dimensão espacial e dão força a padrões identitátios para as cidades".

Nesse sentido, o espaço central veranense não chega a compor um antigo centro histórico como paisagem, tendo em vista que muitas edificações já não mais existem. Restam apenas algumas poucas representações, geralmente referentes às grandes instituições do poder governamental ou social, com suas suntuosas edificações, de modo que as residências particulares rapidamente sucumbem perante a força e o desejo do capital. Isso se constata comparando as fotografias 22 e 23, que apresentam a vista da cidade, destacando o espaço central próximo à Igreja e Praça XV de Novembro. A Igreja Matriz serve de referencia, em meados da década de 1970 e em 2000.

Fotografia 22 - Vista da cidade, destacando o espaço central próximo a igreja em meados dos anos 1970

*Fonte*: Acervo de Eligio Parise.

Fotografia 23 - Vista da cidade, destacando o espaço central próximo a igreja em meados dos anos 2000

*Fonte*: Acervo de Eligio Parise.

Algumas edificações tornam-se símbolo central de culturas e memórias, como a edificação da Sociedade Principe di Piemonte, adquirida pelo Poder Público para ali criar a Casa de Cultura Frei Rovílio Costa. A edificação, que é protegida por lei de tombamento municipal, possui uma imagem vigorosa, destacando-se em meio às novas edificações que substituíram as antigas, outrora existentes na rua Carlos Barbosa (Fotografia 25).

Fotografia 24 – Rua Carlos Barbosa em meados de 1930

*Fonte:* Acervo de Eligio Parise.

Fotografia 25 – Rua Carlos Barbosa em meados do ano 2000

*Fonte*: Acervo do autor.

No entanto, a imaginável criação de um local destinado a ser *o* centro cultural, automaticamente cria *o* entorno cultural. Assim, práticas culturais, edificações e demais manifestações da comunidade podem vir a se localizar fora, à margem desse local selecionado e institucionalizado, que agora representa fragmentariamente a cultura local. Nesse meio

tempo, verefica-se a falta de proteção ou a invisibilidade urbana perante edificações mais simples, que retratam o cotidiano da localidade. Edificações imponentes apresentam o poderio de determinados setores sociais que compõem as localidades, como a edificação mais antiga do perímetro urbano da cidade de Veranópolis, a antiga Casa de Comissão de Terras. Posteriormente se tornou o Café Central (Fotografia 26), datada de 1888. Hoje é uma residência particular, aparentemente bem-conservada (Fotografia 27), mantida com esmero pela família residente, mas que, ao contrário da Casa de Cultura local, não possui nenhum tipo de proteção legal.

Fotografia 26 – Casa de Comissão de Terras, depois, em meados doa anos 1920, Café Central

*Fonte*: Acervo de Eligio Parise.

Fotografia 27 – Antiga Casa de Comissão de Terras, Café Central e, agora, residência particular

*Fonte*: Acervo do autor.

Entretanto, o possível *status* adquirido por edificações portadoras de instrumentos de proteção, como o tombamento, por exemplo, não é garantia de que o bem realmente estará preservado e em diálogo, para as gerações futuras, como parece apontar o episódio envolvendo a Casa Saretta, único bem tombado por lei estadual no município de Veranópolis. No início do século passado, era utilizada como central telefônica da localidade. Na contemporaneidade, a Casa Saretta abriga a Secretaria Municipal de Turismo de Veranópolis (Fotografia 29), além de servir como ponto de informações turísticas da localidade. Segundo Zamim (2006, p. 58), a edificação teria sido o "primeiro tombamento na região de imigração italiana" , realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul, Iphae, em 29.04.1983, e que, segundo o pesquisador, teria sido efetivado de modo voluntário.

No entanto, tempos após ter sido realizado o tombamento, deu-se a ameaça de iminente demolição do bem por seu proprietário, que agora se mostrava interessado na venda do valorizado terreno localizado na zona central da localidade. Desse modo, realizou-se o translado da edificação, mesmo com o parecer negativo da instituição promotora do

tombamento, o Iphae, para uma praça consideravelmente distante do espaço por ela antes ocupado. Está localizada às margens da RSC 470. Isso ocasionou, segundo o arquiteto Maturino Luz, a perda do "valor intrínseco, do valor histórico e, dependendo da forma de execução da remoção, também o valor arquitetônico do bem". (ZAMIN, 2006, p. 58). Entretanto, no entender de Argan (1995, p. 78), tendo em vista que não podemos tudo conservar, é preciso que se estabeleça "o que deve ser preservado custe o que custar". Para Argan, essa ação não pode ser defensiva ou "inibidora, pois está claro que os tecidos antigos não podem ser conservados se tiverem perdido todas as suas funções". Sendo, assim, excluídos do dinamismo urbano e unicamente envolvidos pela cidade moderna. Desse modo, embora vítima dos contextos econômicos, sociais, políticos ou culturais, a edificação ainda se faz presente na paisagem urbana da localidade, sendo agora portadora de novas funções, onde interagem visitantes e visitados.

Fotografia 28 – Casa Saretta, quando ainda localizada na Avenida Osvaldo Aranha, em meados dos anos 1930

*Fonte*: Acervo de Eligio Parise.

Fotografia 29 – Casa Saretta, agora Secretaria de Turismo e ponto de informações turísticas do município, localizada as margens da RSC 470, em meados de 2009

*Fonte*: Acervo do autor.

Instrumento de mediação entre o passado vivido pela localidade e a contemporaneidade, as edificações representam a cidade, a vivência dos grupos sociais, as histórias e memórias existentes naquele ambiente. Segundo Meneses (2006, p. 22), o visitante de um "espaço cultural distinto pode tomar o atrativo turístico como problema para se pensar, como pensamento esclarecedor, como compreensão prazerosa e, assim, retomar as idéias, as concepções de vida e revivê-las na seqüência dos dias que se seguirem à visita"

No entanto, para o estudioso, enquanto o "atrativo for uma peça de curiosidade apenas momentânea, ele será imediatamente esquecido após o seu consumo. São assim os produtos massificados: consumidos e esquecidos" (p. 22). Contudo, as "questões de memória,

da busca identitária e da apreensão do passado como patrimônio memoralístico apresenta-se como uma rica fronteira entre História e Turismo" (MENESES, 2006, p. 15). Nesse sentido, o jornal veranense *O Estafeta*, em sua edição semanal de 30 de agosto de 2010, questiona a substituição das antigas residências centenárias "que pouco a pouco vêm cedendo lugar a espigões que apagam parte da história aqui vivida e construída". (p. 2). O jornal também destaca que "muitas cidades, têm seu planejamento voltado para a remodelação, sem ferir ou destruir seu patrimônio histórico e cultural" (p. 2).

> Temos o exemplo de Porto Alegre, e aqui, bem próximo, Antônio Prado, que atraem investimentos e capitais de grandes empresas para obras de recuperação de seu patrimônio, sem deixar de crescer e progredir. Pelo contrario: a história preservada atrai turistas e garante um alto giro econômico (Jornal *O Estafeta*, 30.08.2010, p. 2).

Fotografia 30 – Antigo Café Internacional, depois Casa Pessato. Substituído pelo edifício da Fotografia 32

*Fonte*: Fotografia de Julio Posenato.

Fotografia 31 – Antiga vista oeste da Praça XV de Novembro

*Fonte*: Acervo de Eligio Parise.

As fotografias 30 e 31 apresentam a Casa Pessato, antigo Café Internacional, localizada nos fundos da igreja matriz. Segundo Posenato (2008, p. 5), "um prédio de cumeeira dupla, na expressão formal e estrutural única no mundo, peculiar da arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul, que se harmonizava com a praça e a Igreja Matriz". Além disso, segundo o arquiteto e pesquisador, a edificação não bloquearia o sol da tarde, deixando a praça iluminada e jubilosa. Entretanto o,

> [...] prédio atual, que o povo sugestivamente chama de 'Mausoleu', além de bloquear o sol da tarde, com sua cor preta somente acentua uma atmosfera lúgubre e triste. O prédio atual, jamais atrairá turistas, a não ser para que examinem como não deve ser o urbanismo. Não tenho, com essa minha manifestação, o propósito de agredir quem quer que seja, nem interesse outro senão o amor por minha cidade natal. Cumpro o que considero uma obrigação, e fico entristecido ao perceber a paulatina e implacável aniquilação do patrimônio cultural do povo de Veranópolis (POSENATO, 2008, p. 5).

Fotografia 32 – Edifício que substitui a Casa Pessato

*Fonte:* Acervo do autor.

Fotografia 33 – Edifício construído no espaço vago ao lado do edifício da fotografia a esquerda

*Fonte:* Acervo do autor.

Fotografia 34 - Fundos do prédio visualizado na fotografia 32. Relações de força

*Fonte:* Acervo do autor.

Outras edificações presentes no entorno da Praça XV de Novembro, já foram consideradas merecedoras de preservação, mas não foram tomadas medidas nesse sentido. Estão sendo, inclusive, vendidas, como o Edifico Dom Vital (Fotografia 3), de propriedade de ordens religiosas, ao ser cogitado para ser a Casa da Cultura da localidade, houve incompatibilidade nos valores financeiros. Acabou vendido a particulares, que alugaram seus amplos espaços a variadas entidades, como boates, bares, restaurante e fábrica de roupas. Também foram transformados em vários apartamentos conjugados, os grandes apartamentos existentes, além de ter sido alugado o espaço utilizado pelo cinema da localidade a uma igreja evangélica.

Entretanto, segundo parecer realizado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, seção do Rio Grande do Sul, por meio dos arquitetos Beatriz Kotler e Maturino Luz (apud ICOMOS), depois de abordar algumas edificações existentes no Brasil, como a Usina do Gasômetro e o SESC Pompeia, os arquitetos atestam a relevância de se preservar, em Veranópolis, o edifício Dom Vital, pois "há de se considerar que a edificação em questão é a materialização do esforço comunitário, ação exemplar para as sociedades contemporâneas, onde interesses particulares se sobrepõem aos interesses coletivos" (1997, p.1). Assim, a edificação possui importantes atributos relacionados à memória coletiva, "razão pela qual deve ser preservado". (1997, p.1). Segundo os arquitetos, o edifício

> [...] Dom Vital integra-se perfeitamente à estrutura urbana, sendo um imóvel que já foi incorporado à memória coletiva na construção de sua identidade, e que não

> destoa do entorno da Igreja Matriz São Luiz Gonzaga, sem contar o seu **VALOR DE USO**, marcado principalmente pelo auditório, que é, e poderá continuar sendo, imprescindível para os habitantes de Veranópolis (ICOMOS, Considerações sobre o Edifício Dom Vital em Veranópolis, 21/10/1997, destaque no original)

Com o predomínio do viés econômico na organização socioespacial da localidade, desaparecem diariamente as edificações centenárias mencionadas pelo periódico, assim como os espaços desocupados ou áreas verdes. Essas edificações, por vezes, apresentam-se como moldura para a praça, moldura para o espaço, moldura para o tempo. Autorrefletem-se, numa relação tempo, espaço e memória, contrastando com as relações atribuídas ao novo e ao antigo espaço urbano, "que podem nascer de intervenções concretas ou simbólicas: viver o espaço é uma construção de sentido que condiciona a sensibilidade, mas que também é condicionada por ela". (GASTAL, 2006, p. 81).

## 4.3 O TURISMO EM VERANÓPOLIS

O turismo na cidade de Veranópolis se consolidou estruturado em uma vigorosa imagem, como *cidade-veraneio*. Os primeiros registros encontrados sobre a atividade turística na localidade remetem à segunda década do século passado, especificamente ao ano de 1920, quando o vigário, padre José de Bento Gonçalves, declara, em seus registros, que seu antecessor, o padre francês Luiz de La Vernaz, muito havia realizado em prol da localidade. Porém, segundo o religioso, não deveríamos crer falsamente que "Alfredo Chaves tivesse chegado a ser um deserto de anacoretas!" (TOMBO, 1920, p. 49).

> Longe disso!... a vida publicamente imoral do Intendente, imitado dessa sua indiferença religiosa pela quasi (sic) totalidade dos empregados... A vida de luxo... sedenta de divertimentos e prazeres de certos veranistas e neo-vindos [grifo no original] da Capital, os Grupos e Klubes (sic) recreativo-imoraes, os cinemas idem etc. etc. etc... lutavam ([19]) contra o bem (p. 49).

Percebe-se que o sacerdote credita a governantes e a relação visitantes e visitados um iminente perigo que pode pôr em risco a integridade, pelo menos moral, de seu "rebanho". As palavras do religioso permitem mergulhar na atmosfera que envolvia os *veranistas e neo-vindos*, aparentemente bem recebidos pela localidade, mas vistos com desconfiança pelos religiosos que passam a tomar posições públicas, manifestando sua opinião no púlpito da

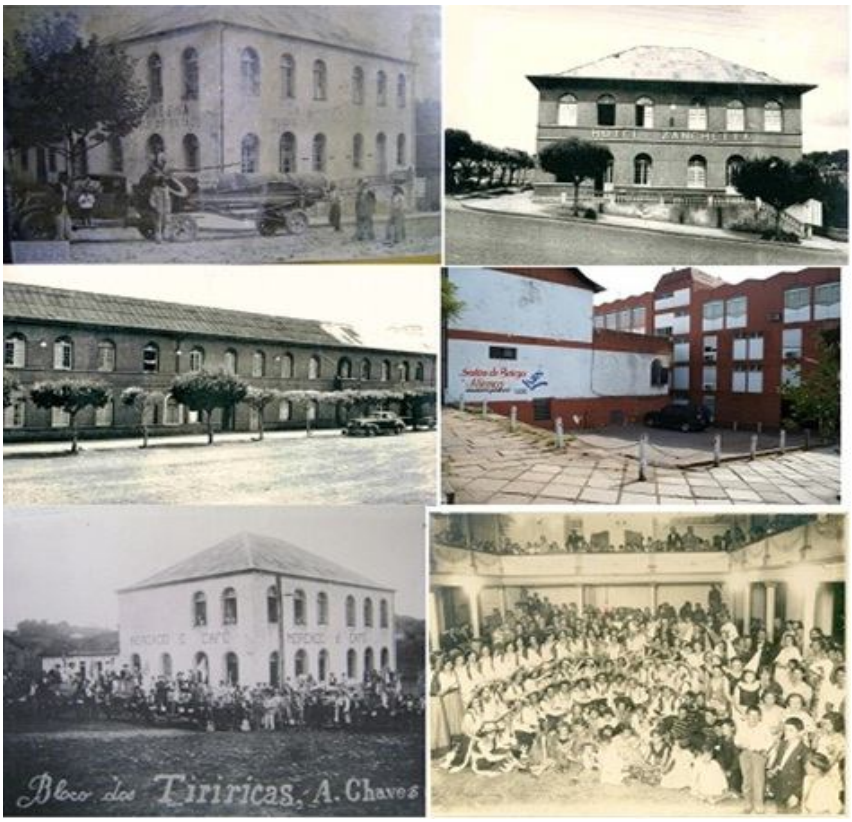
[19] Palavra ilegível. Aparentemente sugere *a paz*, mas não é possível ler com clareza.

igreja. Além de temores, ou por meio dos próprios temores, o sacerdote evidencia as atividades realizadas por esses visitantes chegados à localidade, ostentando uma "vida de luxo... sedenta de divertimentos e prazeres de certos veranistas e neo-vindos" (TOMBO, 1920, p. 49), em sua maioria, da capital do Rio Grande do Sul, localidade agora dirigida pelo ex-diretor de Alfredo Chaves, José Montaury.

Segundo Dalla Coletta (1998, p. 215), utilizando-se das palavras de Saretta, era tal a procura de reservas pelo Hotel Zanchetta, em Veranópolis, que os irmãos de Primo Antônio, então diretor do hotel, Fidel e José Zanchetta, "estabelecidos em Porto Alegre e proprietários do Café Pan-Americano, localizado no Mercado Público, e do Café Rex, na Rua da Praia, quase esquina Ladeira, já reservavam, na Capital, as vagas para as pessoas que vinham veranear em Veranópolis, no Hotel".

A fotografia 35 apresenta vários momentos do Hotel Zanchetta, desde meados dos anos 1920 até o incêndio que destruiu parte de suas instalações em meados dos anos 1990. A imagem apresenta também os *carnavalistas,* com seus carros e instrumentos musicais, além de destacar as fantasias de mexicanos utilizadas em um desses carnavais.

Fotografia 35 – Várias fases do Hotel Zanchetta e a presença dos *carnavalistas* na cidade de Veranópolis




*Fonte*: Acervo de Elígio Parise.

Alfredo Chaves seguia uma linha de desenvolvimento sociourbano, que, dentro de suas proporções, a tornaria parecida com a capital do estado, Porto Alegre: cidades que se desenvolviam rapidamente, oferecendo belas edificações e atividades culturais. A luz elétrica existente desde 1912 em Alfredo Chaves, propiciava cinemas mudos, animados por músicos e posteriormente, falados; possibilitava teatros, e proporcionava ainda mais animação às várias festividades realizadas nas sociedades, como a Principe di Piemonte, os Cavalheiros do Luar ou a Sociedade Carnalavesca dos Tiriricas; à Orquestra Carlos Gomes, às bandas de música, aos maestros, aos passeios pela cidade e pelo interior, aos jogos... Estes, entre outros atrativos, possibilitavam o que o religioso definia como uma "invasão dos [...] veranistas da Capital" (p.49), de modo que, com "tantos veranistas e a fácil comunicação com a Cidade [grifo no original], intensificou-se extraordinariamente a sede de divertimentos, cinemas, theatros, fout-ball, conferencias etc. etc. tudo se acabando sempre em bailes, não sempre dos mais moraes". (TOMBO, 1920, p. 49).

Bailes como o que fora realizado no carnaval de 1920, que, segundo o sacerdote da época foi comparado ao inferno, tendo em vista que os veranistas, "unidos a rapaziada da Villa organizaram um carnaval de cidade. Era o inferno descadeado (sic) que andava todas as noites em luxuosos aparatos com gritarias, tambores, trombetas *et ammi genere musicarum infernabium* pelas ruas, casas, theatros, etc." (LIVRO-TOMBO, 1920, p. 49).

Desse modo, o padre credita a veranistas e neovindos a possível fonte de todo o mal social, além de influências nefastas sobre a localidade. Declarava que, "para não deixar tranquillo  o furioso lobo no seu rebanho, levantou energicamente, mas com toda a prudência sua voz contra estes abusos e desordens" (p. 49). No seu entender, tais atos eram praticados pelos visitantes em comunhão com parte dos habitantes da localidade.

Mediante críticas, até certo ponto provocantes, o padre defendia, no convívio familiar, o remédio contra os comportamentos eufóricos e ruidosos, afirmando não compreender, como "um pae, uma mãe, podem dormir somnos tranqüillos enquanto os filhos, as filhas, estão caminhando alegremente pelas ruas ou dançando nos braços de uma mascara!..." (LIVRO-TOMBO, 1920, p. 49). Destaca, no fim do *sermão* que se via "no sagrado dever de levantar minha voz contra um carnaval tão luxuoso e barulhento que pela primeira vez vem conturbar a tranqüilidade de nossa Parochia e introduzindo abusos" (p. 49).

A atitude do padre sobre a alteração social, que parece apontar para o início de uma atividade turística na localidade, suscitou reações por parte dos governantes, o que desvela um campo de poder repleto de relações de força atuantes sobre a sociedade. O incidente

> [...] foi tomando ainda mais vulto pelo facto de terem os Carnavalistas incluído na Comissão do carnaval as autoridades, (intendente, juiz de Comarca etc...) e quasi todos os pozzi grossi da nossa sociedade. Os máos, chefiados por um Bocanera, Câmara Rezende, etc... ameaçaram acusar o pobre do Vigário às autoridades superiores; pois diziam elles gozarem da maior estima na Curia!... (LIVRO-TOMBO, 1920, p. 49).

Aqui, a questão não seria saber se o religioso, o Poder Público, os visitantes ou visitados estavam com a razão, ou se o padre estava ou não autorizado a criticar, mesmo que de maneira dura, os atos que, em sua percepção, poderiam denegrir seu "rebanho"; desvirtuar fiéis ou, simplesmente, afrontar o poder da Igreja perante a sociedade. O que ganha destaque são as possibilidades urbanas existentes para visitantes e visitados; o destaque dado às atividades primordialmente urbanas por aqueles que chegavam à localidade. Curiosamente, hoje a proposta turística é distinta. Baseia-se , quase totalmente, na valorização ou divulgação do patrimônio natural sobre o cultural.

Segundo Farina (1958, p. 50), "não poderíamos deixar de nos valer dos bem apropriados aspectos de que nossa comuna goza, para explorar semelhante atividade industrial. Contamos com um invejável clima e com uma situação topográfica admiravelmente privilegiada".

Para o então chefe do Executivo local, o município seria detentor de "visões panorâmicas surpreendentes" (FARINA, 1958, p. 150), destacando como principais atrativos da localidade os vales profundos, as "furnas naturais, quedas d´água, além das engenhosas obras de arte como a ponte sobre o Rio das Antas, os túneis e os viadutos que constituem atrativos sem par para os visitantes". (p. 150).

Desse modo, o então chefe do Executivo local chama a atenção a quem, "viajando em ônibus de passageiros não reparou o pasmo de que são tomados os estranhos ao percorrer as encostas sinuosas de nossos vales e quantas exclamações são ouvidas então!" (RM, 1958, p. 50). Além disso, considerava que o que a cidade realmente necessitava era, "cerrar fileiras em torno desse objetivo e transformar nossa terra em um verdadeiro Centro de Turismo" (p. 50), edificando um hotel para bem-acomodar os visitantes.

Nas palavras do mandatário, era necessária a construção de um "Hotel Modelar, um hotel construído com todos os requisitos para o fim a que se destina, tendo em seus arredores amplo parque no qual o veranista encontrará uma distração, seja praticando os mais variados esportes, seja entretendo-se em contemplar a prodigiosa natureza". (RM, 1958, p. 50).

Concluindo, esse prefeito mais uma vez opta por reafirmar sua intenção em instigar a atividade turística, afirmando que os "embelezamentos que procedemos na cidade, foram o

primeiro passo para a concretização de nosso ideal" (p. 150). Portanto, quase 40 anos após os incidentes entre sacerdotes, governistas, visitantes e visitados, o turismo local agora é percebido como uma indústria, uma possibilidade de desenvolvimento local; porém, na proposta sugerida por Farina, pode-se supor um possível distanciamento entre visitante e cidade, visto que ele se encontraria hospedado em um parque-hotel, com oferta de distrações, ou do que fazer, como a prática de esportes ou de outras atividades junto à natureza.

Percebe-se que a proposta da década de 20 oferecia ao visitante a cidade, suas atrações e opções em constante interação com os visitados. A outra, aquela que ainda hoje é utilizada pela localidade, focaliza a natureza localizada no perímetro urbano, ou ao menos do centro urbano, e para além dele. A administração Farina ficou na memória local pelas flores e árvores cultivadas com apreço em praças e canteiros, remetendo à natureza existente na cidade-veraneio. Mas o prefeito também se preocupou com melhorias urbanas, como a construção de dois "artísticos arcos de cimento armado [...] erigidos às entradas sul e norte da cidade [...] revestidos completamente de cristais de rocha e das mais variadas pedras semi-preciosas e multicôres, todas extraídas do sub-solo Veranense". (RM, 1958, p. 46). Neles destacam-se as frases "SEJA BENVINDO AMIGO" (sic) para os que chegam e "FELIZ VIAGEM AMIGO" (p. 46), aos que partem.

Mais uma vez, a obra urbana remete especificamente à natureza, ao *natural* existente na localidade. Opinião semelhante tem o cientista Dr. José M. Fuster, então professor do Museu Nacional de Ciências Naturais de Madrid, e membro do Conselho superior de Investigações Científicas da Espanha, que, em visita à localidade, manifestou sua opinião sobre o equipamento urbano, para quem, somente em poucas "cidades do mundo, pode alguém encontrar-se tão agradavelmente surpreendido como em Veranópolis". (RM, 1958, p. 48). Em seu entender, quando o viajante "chega à sua entrada, ao ver seus majestosos arcos de Boas Vindas, pensa que chega à cidade em suas festas anuais então sai de seu assombro quando comprova que são arcos sólidos e perenes que lhe convidam a passar mais devagar por esta agradável cidade, qualquer que seja o dia" (p. 48).

Ainda em meio ao estranhamento, o pesquisador Fuster pondera que "se o viajante leigo se detém para admirar a originalidade e beleza das entradas da cidade, o entendido em Ciências da Natureza não encontra palavras para descreve-los" (RM, 1958, p. 48). Para o estudioso, os arcos de acesso e saída da localidade se tratam de "verdadeiros museus geológicos do que pode estar orgulhoso o povo de Veranópolis". Estão ali, ao ar livre, à espera do exercício do olhar às "ágatas, calcedônias, quartzos, ametistas, zeolitas, e tantas outras variedades de minerais encontrados no subsolo do Município [...] em exemplares de tal

perfeição e de tal beleza, que seriam invejados pelos mais celebres museus de ciências naturais de todo o mundo (RM, 1958, p. 48). Por fim, o geólogo conclui que tudo isso

> [...] indica um carinho pelas coisas de sua cidade e uma intuição extraordinária para **conservar aquilo que nos brinda a natureza** e que tantas vezes é desprezado. Eu, me permito a felicitar ao atual prefeito da cidade por ter levado a cabo uma obra tão fora do comum (...) **Eu não duvido que isto será motivo para que o nome de Veranópolis seja conhecido em todo o mundo, como um centro famoso pela beleza de seus minerais.** (RM, 1958, p.48, grifo nosso).

Fotografia 36 - Arcos de acesso sul e norte ao hoje *centro* de Veranópolis

*Fonte*: Acervo de Elígio Parise e Jornal Panorama Regional.

Os arcos de acesso à cidade rememoram seus antigos acessos. A casa presente na imagem da esquerda se trata da *Casa Saretta*, atual Secretaria de Turismo e ponto de informações turísticas em seu local de origem. A residência, presente na imagem da direita, a Casa Tedesco, durante anos esteve fechada ou sendo utilizada pelo comércio, como lancherias ou bares populares. Foi adquirida e reformada por uma família que optou por não a demoli-la, mas efetuar uma reforma e ali residir.

## 4.4 O DISCURSO TURÍSTICO NA CONTEMPORANEIDADE

Optou-se pela apresentação e análise do material turístico oficial da cidade, proporcionando uma discussão preliminar referente à mensagem turística da localidade, de modo que assim se possa entender os discursos, as representações e as opções selecionadas para a atividade turística no município.

Veranópolis, em seus materiais de divulgação procura destacar-se como um local aprazível por suas "belezas naturais tão ricas quanto às belezas construídas pelas mãos do homem" (FI). Quando, em 1945, houve a troca do nome do então município *Alfredo Chaves*, devido à existência de outra localidade, no Estado do Espírito Santo, com igual denominação, a sugestão de Mansueto Dal Pai foi para que passasse a ser Veranópolis, a *Cidade-Veraneio*. Tal sugestão foi prontamente aceita, embora o prefeito do período desejasse nominar a cidade de Tapir, Veranópolis foi referendada inclusive por Mansueto Bernardi.

O topônimo *Veranópolis* faria menção a uma cidade com clima agradável, com ruas arborizadas, canteiros ajardinados, povo hospitaleiro, perfazendo qualidades românticas, úteis ao imaginário turístico e do bem-receber turistas vindos, em sua maioria, da capital do estado. Mesmo na atualidade, os materiais turísticos das cidades da região enfocam a sensibilidade romântica dessa época, quando abordam o turismo realizado na Região Nordeste do Rio Grande do Sul.

O folder mencionado é, talvez, o material turístico do município de Veranópolis que melhor representa as potencialidades, as possibilidades e os discursos turísticos da localidade, sendo elaborado em forma de livreto pela Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio, estampando a logomarca da Região Turística Uva e Vinho. Nas dimensões 10,5 cm x 21,9 cm, ao longo de suas treze páginas, há 56 imagens que almejam apresentar ao visitante as belezas e prazeres de Veranópolis, *Terra da Longevidade*®, marca registrada pelo município no Instituto Nacional de Propriedade Industrial em 2007.

Das 56 imagens que fazem parte da publicação, quatro surgem estampadas na capa do material. A torre Mirante da Serra; a idosa e o jovem; a mesa farta, representada pelo garrafão de vinho, pão, salame, queijo e pela taça de vinho tinto. A quarta foto, novamente, apresenta uma taça, está sendo servido com vinho tinto que jorra de uma garrafa. A uva e o vinho são produtos exibidos ao longo de mais três páginas do folder municipal, seja através de fotografias de cantinas e suas pipas, em frente à foto da família reunida, da videira na contracapa, seja quando o texto sugere que o "povo daqui se recolhe para o bom jantar, o bate-papo regado com vinho" (FI, p. 12).

Assim, em um material turístico composto por 2.989,35 cm² de imagens pretensamente instigadoras da atividade turística, o vinho e a gastronomia estão presentes em 389 cm², ou seja, ocupam 13% do espaço. Além das fotografias, o vinho faz parte do único roteiro sugerido pelo material de divulgação denominado *Roteiro Vinhos e Longevidade,* que é composto por nove vinícolas além de uma empresa de malte.

A abordagem ao patrimônio imaterial se faz presente em várias páginas do material de divulgação turística municipal, em aparente reconhecimento e valorização dos saberes e fazeres da comunidade. Esses saberes e fazeres são representados pelo trabalho e pela criatividade para se trabalhar a madeira, em fotografias que apresentam o artista confeccionando esculturas religiosas, ou apresentando os trabalhos manuais que envolvem o vime, a palha ou a linha. O registro da presença de um jovem ao lado do antigo artesão perpassa a ideia de transmissão de conhecimento para uma nova geração, que estaria aprendendo a valorizar os antigos costumes; preservando uma identidade aparentemente intrínseca no artesanato. Essa representatividade do saber e do fazer também se faz presente na fotografia do cancioneiro popular, que evoca a memória dos cantos e das músicas antigas, cultuando assim a imigração para o Brasil, as dificuldades e sucessos obtidos pelos imigrantes, por meio de seus saberes musicais. Esses saberes ocupam, ao longo do folder, 488,50 cm², em 20 fotografias correspondendo a 16, 3% do material turístico.

Quatro imagens, que totalizam 224 cm², apresentam as festas populares que almejam celebrar. Segundo o material turístico, "todas as culturas: as tradições gaúchas, o carnaval, a *la cucagna* dos italianos, a colheita na Femaçã e o Natal". Essas festas estão representadas por uma fotografia onde uma pessoa está de braços erguidos e abertos em frente a uma multidão, um ginete no lombo do cavalo bravio concebendo a representação do tradicionalismo associado à região do pampa, e a imagem de um trenzinho, com crianças sentadas em uma espécie de vagão, colocado na praça central da cidade, juntamente com a árvore de natal municipal para as festas de fim de ano.

A questão ambiental também permeia o folder de divulgação turística. Sete fotografias, em aproximadamente 271 cm², apresentam a natureza e as paisagens naturais que o turista poderá encontrar visitando a cidade de Veranópolis. Embora o folder diga que você "passará momentos encantadores em meio às belezas naturais tão ricas quanto às belezas construídas pelas mãos do homem", peca em repetir as mesmas imagens que apresentam essas belezas naturais do município, alterando somente suas proporções. O folder indica seis pontos comerciais e rurais para que o visitante tenha acesso aos produtos naturais da *Terra da Longevidade*®.

A expectativa de vida de 79 anos, segundo o folder institucional, e de 75,51 segundo o IBGE,[20] proporcionou a alcunha de *Terra da Longevidade*® à cidade de Veranópolis. Muitos estudos já foram realizados nesse sentido, envolvendo moradores da localidade com idade

[20] Dado referente a 2000. Segundo a Secretaria local do IBGE, os dados do Censo 2010 ainda não foram tabulados, fato que ocorrerá, segundo informação da instituição, até meados de julho de 2011.

mais avançada. Por vezes de forma romanceada, como a apresentada no livro *Receitas da Longevidade,* e retirada do *site* da prefeitura do município, onde se afirma existir "na América do Sul, no Estado brasileiro do Rio Grande do Sul, [...] uma localidade denominada Veranópolis, no meio de montanhas, onde vive apreciável número de velhinhos, em sua quase totalidade descendentes de colonos italianos". (PMVERA, 2010).

Nesse sentido, analisando o folder turístico institucional, percebe-se que a "religiosidade é um dos fatores que contribuem para a longevidade em Veranópolis. A Igreja Matriz São Luiz Gonzaga é um marco da fé do povo veranense" (FI). Desse modo, o trabalho e a religiosidade surgem como condição *sine qua non* no imaginário regional, como uma herança que, "deixadas pelos nonos", proporciona que os netos aprendam "esta receita que dá a Veranópolis a identidade da *Terra da Longevidade®"* (FI).

Atualmente, o local é palco para estudos científicos que objetivam avançar o conhecimento sobre a longevidade, percebida em parte dos moradores da localidade, e destacando-se, entre esses pesquisadores, Moriguchi[21] e Nascimento.

Desse modo, os estudos colaboram para a divulgação da localidade, proporcionando que ela seja citada "por médicos e sociólogos de diversas nacionalidades, dedicados ao estudo da geriatria e gerontologia, como um dos locais, no mundo, mais favoráveis ao prolongamento da vida humana". (NASCIMENTO, 2008, p. 64).

A imagem do idoso surge três vezes ao longo do material de divulgação. Uma velha *nona* na capa do folder, um senhor junto à família em fotografia, também já mencionada quando nos referimos à gastronomia e o também já citado artesão, trabalhando a *dressa* ao lado do jovem, acabam por representar os velhos e, neles, a longevidade de Veranópolis. Somando à área dedicada a essa longevidade, no folder nos deparamos com 128,14 cm² dispersos ao longo dos 2.989,35 cm² que compõem o informativo turístico, não chegando, portanto a 10% da área total.

Baldissera (2007, p. 3), fazendo uso de Morin, atribui que o "fenômeno comunicacional não se esgota na presunção de eficácia do emissor. Existe sempre um receptor dotado de inteligência na outra ponta da relação comunicacional". O folder veranense parece ingressar nesse conflito comunicacional quando afirma que a "gastronomia típica, a taça do bom vinho, o trabalho realizado com prazer são heranças deixadas pelos nonos. Os netos aprendem esta receita que dá a Veranópolis a identidade da *Terra da Longevidade®*" (FI, p. 3).

[21] Professor no Instituto de Geriatria e Gerontologia da PUC-RS; Chefe do Setor de Geriatria do Hospital São Lucas; Diretor do Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde e da Organização Pan-Americana de Saúde para a Prevenção das Doenças Crônicas Associadas ao Envelhecimento; Pós-doutorado pela *Wake Forest University* – Winston (EUA).

Em sentido contrário, quando perguntado sobre quais benefícios o vinho consumido na Serra Gaúcha, onde está localizada Veranópolis, pode trazer à saúde, Dr. Moriguchi reflete que o vinho,

> [...] tomado tradicionalmente em Veranópolis (como em quase todas as comunidades de origem italiana) eventualmente poderia ter sua contribuição para a saúde destas pessoas por alguns componentes "saudáveis" como os polifenóis (resveratrol, por exemplo) contidos nesta bebida que, consumida de uma forma constante, poderiam prevenir o surgimento de algumas doenças cardiovasculares. Isto ainda é uma especulação, mas parece uma boa hipótese para os apreciadores de vinho tinto, sempre bebido com moderação.[22]

Se, textualmente, o que está representado no folder institucional é a importância da *Longevidade*, aparecendo desde sua capa, onde se registra que Veranópolis é a *Terra da Longevidade*®, na página dois é destacada a importância da religiosidade como um fator que contribui para a longevidade; da frase já citada por duas vezes, que relaciona a gastronomia local, a taça do vinho e o trabalho como receita para a longevidade; a produção desse vinho, considerado como um néctar da longevidade na página três; os títulos que a cidade possui, sendo também conhecida como a Princesa dos Vales, o Berço Nacional da Maçã ou a Terra da Longevidade® na página seis; a Rota dos Vinhos e Longevidade na página sete e oito, e por fim, na contracapa se denomina a cidade, mais uma vez, como Terra da Longevidade® e seu povo conhecido pela longa vida, visualmente o que recebe considerável destaque são as representações das edificações existentes na cidade. São ao todo 16 imagens que apresentam as "belezas construídas pelas mãos do homem" em um lugar onde "o mais antigo e a ousadia mais moderna se fundem em beleza" (F1, p. 4; 11). Essas belezas e ousadias arquitetônicas correspondem a 861,03 cm² da área do folder.

Nota-se sem dificuldade a opção por reproduzir imagens arquitetônicas que perpassem a representação de monumentalidade, mas não, necessariamente, de longevidade. Nesse sentido, logo na capa do material percebe-se a imagem do Restaurante Mirante da Serra, localizado no alto de uma torre de 79,5 metros de altura. A segunda imagem arquitetônica que surge aos olhos, e que ocupa a completude de uma página é o prédio da Igreja católica da cidade. Construída entre as décadas de 1920 e 1930, em estilo com inspiração gótica, substituiu o antigo templo, mandado construir por determinação do governo imperial de D. Pedro II. Uma curiosidade apresentada aos visitantes, seja por guias turísticos, seja por monitores, é sua ornamentação religiosa interna, custeada pelas famílias locais mais

[22]Entrevista concedida ao site em: http://www.massey.com.br/portugues/campo/campo_assunto.asp?idedicao=20&idassunto=96 e acessada em junho de 2010.

abastadas. Trata-se de pinturas e vitrais que remetem a santos e ordens religiosas de todos os níveis. Porém, coube ao padre do período pagar a pintura de São Benedito, que se localiza na parede atrás do altar- mor.

Na página seguinte, ocupando boa área do espaço, surge a imagem da vista parcial de uma das paredes laterais, da casa Arboit, edificação construída em pedra, da mesma forma que se construíam as antigas *taipas*, sugerida como um dos "tantos lugares exuberantes" que podem ser visitados na cidade. Porém, não apresenta dados de localização, nem informações sobre sua arquitetura, estando ausente, inclusive, das demais peças promocionais do município, incluindo o *site* da Secretaria Municipal de Turismo e o mapa localizado na página central do folder, onde se apresentam outras indicações para visitação turística.

Remetendo novamente à temática da religiosidade, o folder apresenta uma imagem parcial da gruta de Nossa Senhora de Lourdes, construída na primeira década do século XX pelos capuchinhos franceses, em busca de graças contra uma praga de gafanhotos que assolava a região.

Um monumento, com a intenção de contribuir para a perpetuação e consolidação da memória, é outro ponto turístico registrado no folder institucional da prefeitura municipal de Veranópolis. Se, por vezes, nos deparamos com monumentos comemorativos que possuem poucas, senão nenhuma inscrição, sendo seu significado obscuro e de difícil entendimento, o Portal Monumento, localizado no centro da rótula de acesso à cidade, propicia vários significantes. Uma família de imigrantes, dispostos em várias posições sob uma coluna horizontal, olhando, alguns para a frente e outros para trás, pode simbolizar um olhar para o futuro e, ao mesmo tempo para o passado, religando o sentimento de pertencimento com o local de origem. O desenho geográfico do Rio Grande do Sul, unindo-se ao desenho geográfico da Itália, em uma chapa de ferro, da mesma forma sugere o caminho de ida e a memória que se almeja manter ativa.

Porém, esse símbolo teria, talvez, a pretensão de unificar a prática migratória à cidade, criando um passado comum. Além da família de imigrantes, o monumento conta com uma grande maçã, referência ao *mito de origem* existente na localidade sobre o cultivo do fruto. Teria se iniciado no Brasil por obra do agricultor José Bin, ao comprar uma única maçã importada da Califórnia (EUA), para alguns, ou da Argentina, para outros, em um antigo mercado da cidade de Veranópolis. Sobre o episódio, Farina considera que a história de Bin,

> [...] é contada há várias décadas sem nenhuma contestação. Sabemos, porém, que os imigrantes italianos traziam, freqüentemente, mudas de parreiras, galhos de macieiras e de outros frutos. É provável, portanto, que a origem das macieiras de Lajeadinho [local onde Bin teria iniciado a plantação] seja bem mais remota.

> Acreditamos até que tenha sido plantada no local ainda no século passado. De qualquer forma, o assunto merece novas investigações (1992, p. 260).

No monumento, novamente, a longevidade se faz presente, dessa vez estampada no braço que sustenta a família, denominando o município ao longo de seu comprimento, com a frase *Terra da Longevidade*® na horizontal, estando escrito, na verticalidade do monumento, o nome da cidade. A antepenúltima página do material publicitário é permeada de edificações passíveis de visitação pelo turista. A "beleza da Vila Bernardi anuncia, em versos, a poesia que Mansueto Bernardi escreveu para retratar Veranópolis". Sugere uma visita à casa – a um primeiro olhar, de tradição neoclássica - onde viveu o poeta integralista, antigo diretor da Casa da Moeda do Brasil e ex-diretor da Livraria, assim como da Revista do Globo, em meio às árvores que compõem a paisagem do local. Novamente a edificação aparece ao longe e envolta por árvores, o que não favorece uma descrição mais detalhada.

A pequena igreja de Monte Bérico, localizada na zona rural da cidade, datada de 1943, apresenta mais uma vez as edificações religiosas como ponto de visitação. Observa-se que sua localização também não consta no mapa turístico encartado no próprio folder. Já em um misto de pórtico e/ou monumento, os antigos arcos de acesso e saída da cidade objetivam representar a hospitalidade do povo da cidade. Neles, está estampada a frase "Seja bem vindo amigo, e Faça boa viagem amigo". Em sequência surge a fotografia de uma residência particular, a casa Pagnocelli, construída no início do século XX; porém, a fotografia não favorece a visualização da edificação. Focaliza somente sua porta frontal e as janelas. A casa não tem relação com a atividade turística do município, além de também não estar localizada no mapa que é entregue ao visitante da cidade. Em frente à antiga edificação, percebes-se uma pessoa, aparentemente um idoso, objetivando criar uma relação de significância com o antigo.

Por fim, o folder institucional apresenta a fotografia da Ponte Ernesto Dornelles, mais conhecida como ponte do rio das Antas. Localizada na divisa com a cidade de Bento Gonçalves, na RST 470, recebe um grande fluxo de visitantes e curiosos que contemplam a grandiosidade da obra que possui 278 metros de comprimento. Construída em arcos paralelos, não possui pilares em sua base. A primeira tentativa de construção da ponte os possuía; porém, devido à força do rio, aliada a um teste de capacidade de carga, acabaram cedendo e derrubando a ponte durante a construção em 1944.

Analisando os patrimônios edificados existentes no folder turístico, percebe-se, portanto, uma aparente necessidade de impressionar arquitetonicamente visitantes e visitados, sugerindo-lhes frequentar equipamentos urbanos de grande representatividade arquitetônica ou tecnológica, preterindo o contexto urbano em que se insere a arquitetura antiga ou atual e

seus grupos sociais. Da mesma forma, a arquitetura não está associada ao papel de referência as memórias, às fragmentações identitárias ou mesmo à longevidade.

Considerando-se as questões associadas ao patrimônio natural e arquitetônico, avaliados pelo material turístico como representantes das *belezas da natureza e do tempo* percebe-se um enaltecimento ao magnífico ou monumental.

Como produto direto da política turística do Município de Veranópolis, um local onde a economia se desenvolve em torno do setor terciário e industrial, a publicidade analisada surge como possibilidade de ampliação da atividade turística de um município permeado de imaginários e mitos fundadores, representados também na atividade turística, como a Festa Nacional da Maçã ou a longevidade de parte de seu povo.

A publicidade emitida pelas localidades promove a divulgação das já citadas singularidades manifestadas nas localidades, tornando o produto ofertado único, "com nome, identidade, próprio para determinadas pessoas, de determinadas categorias e em determinadas ocasiões. A publicidade classifica o produto e, ao mesmo tempo, classifica pessoas, momentos e atitudes". (THIESEN, 2006, p. 172).

A observação e análise do material turístico institucional da cidade de Veranópolis apresenta uma grande associação ao textual *Terra da Longevidade*®, também codificada em imagens que apresentam idosos ao lado de jovens, aparentemente objetivando apresentar e/ou relacionar o antigo e o novo em harmonia. O trabalho também é enaltecido pela reprodução de imagens que remetem à produção agrícola e industrial, além dos saberes e fazeres tradicionais. Por vezes, o folder comunica, mediante signos não verbais, um outro tempo, um lugar onde se come e bebe muito bem, se trabalha e se mantém viva a fé cristã.

Frases como na "fé se busca, na fé se agradece mais um BOM DIA" (FI, p. 2) ou "Você passará momentos encantadores em meio às belezas naturais tão ricas quanto as belezas construídas pelas mãos do homem" (p. 8), parecem confirmar esta reflexão utilizando-se então o material de signos verbais que permitem analisar o cotidiano e a imagem apresentada/representada para visitantes e visitados.

O material turístico apresenta uma grande menção ao patrimônio arquitetônico; porém, o patrimônio arquitetônico enfocado na folheteria turística aborda somente o monumental, as grandes obras que parecem apresentar a pujança de um povo. Parecem propagar o grandioso e o singular, mas uma singularidade monumental, preterindo-se o cotidiano, o viver o dia a dia. Não se percebe uma valorização da cidade em sentido urbano. As casas que são apresentadas aparecem fragmentadas, aparentemente como um suporte valorizador do

monumental, em imagens próximas ao grandioso, onde o texto comunica que ali "o mais antigo e a ousadia mais moderna se fundem em beleza". (FI, p.11).

O material turístico deixa uma dúvida: na *Terra da Longevidade*®, qual é a relação dos descendentes dos longevos com seu patrimônio cultural, seja ele material, seja imaterial? Se por um lado as edificações estão representadas em 16 imagens que perfazem uma área total de 860,03 cm², quase 30% dos 2985,35 cm² da área total do material turístico dando a impressão que esse é um tema importante e recorrente na publicação, para nós tem efeito contrário. Das 16 figuras, nove estão repetidas, alterando-se somente a proporção, ou seja, as fotografias envolvendo edificações caem de 16 para sete imagens. Isso nos soa estranho em um local onde você poderá passar "momentos encantadores em meio as belezas naturais tão ricas quanto as belezas construídas pelas mãos do homem". (FI, p. 4).

Ao analisar o material turístico da localidade, percebe-se que o município apresenta vários atrativos em termos de turismo. O imaginário ali presente vem sendo construído ao enfatizar a italianidade da cultura local, a partir de um legado do século XIX, em aparente detrimento de outras etnias.[23] Esse legado, hoje, então, se manifestaria no artesanato, na gastronomia, na tradição associada à uva e a seus derivados, bem como em edificações de estilos variados, representativos dos grupos sociais que, com esses prédios, procuravam superar um passado colonial. Entre tantas belezas grandiosas e ricas, a comunicação visual da cidade acabou sendo esquecida.

[23] Recentemente, em função da instalação de um núcleo da BRASPOL em Veranópolis, passou-se a destacar os imigrantes poloneses.

## ENCAMINHAMENTOS FINAIS

Segundo Barros (2005, p. 129), as noções atreladas mais usualmente à cultura, para composição do campo de estudo, são as de *linguagem* (ou comunicação), *representações* e de *práticas* "culturais, realizadas por seres humanos em relação uns com os outros e na sua relação com o mundo, o que em última instância inclui tanto as *práticas discursivas* como as práticas não-discursivas". Para Pesavento (2008, p. 78), a pesquisa baseada na história cultural trabalha, entre outros temas, com o "imaginário urbano, o que implica em resgatar discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais".

Por cultura, entende-se o proposto por Geertz (2003, p. 88), para quem o conceito denota um "esquema históricamente transmitido de significaciones representadas en símbolos, un sistema de concepciones heredadas y expresadas en formas simbólicas por medios con los cuales los hombres comunican, perpetúan y desarrollan su conocimiento y sus actitudes frente a la vida".

Percebe-se que o historiador cultural se detém, entre outros campos, sobre o simbólico e suas interpretações, de modo a realizar *leituras* sobre esses símbolos, sobre os significados e sobre as práticas culturais que, articuladas com as relações de poder, de modo complexo constroem o mundo social em que vivemos. Para Burke (2008, p. 10), o "terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações". Na análise de Gastal (2006, p. 10), a compreensão dos núcleos humanos, mediante uma perspectiva teórica pós-moderna, acaba por permitir que "o fenômeno seja desdobrado na sua constituição em imagem – ou seja, a cidade em si – e em imaginários, reunidos sob o urbano".

Para Alves (2005, p. 16), a percepção da história cultural em relação às cidades proporcionaria um avanço em relação às envelhecidas formas de abordagem das aglomerações urbanas. Para o autor, uma dessas antigas formas se daria pela descrição, "caracterizada pela abordagem quantitativa e evolutiva da cidade, sem um maior comprometimento com um embasamento teórico ou uma explicação do processo de urbanização". Outra forma de abordagem de grande destaque, segundo o autor, dar-se-ia com a perspectiva marxista, que "via a cidade como um *lócus* da acumulação capitalista e centro das transformações do mundo". (p. 16).

Nesse sentido, a mudança de avaliação proposta pela história cultural promoveria a relação entre as partes que compõem a complexidade das áreas urbanas, passando a cidade a ser um objeto suscetível às análises econômicas, históricas, geográficas ou turísticas, entre outras possibilidades, que almejam encontrar diferentes significados, sentidos ou representações sociais percebidas nesse espaço que, por vezes, se torna palco para "lutas de representações", como sugerido por Chartier (1989, p. 17). Para o autor, as representações culturais estão inseridas em um campo de concorrências e de competições, "cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação" (p. 17), de modo que as manifestações ou relações de força e poder, então percebidas nessas representações, "têm tanta importância como às lutas econômicas para compreender os mecanismos pelo qual um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio". (p. 17).

Segundo Gastal (2005, p. 15), a "cada novo momento, as relações das pessoas com o espaço e o tempo mudam, bem como o perfil das famílias, as escolhas de lazer e as viagens, ou o tipo de trabalho exercido". Isso se torna perceptível no campo turístico de Veranópolis quando, em 1920, nas páginas do Livro-Tombo do município, assim como no púlpito da Igreja, o pároco local apresentava suas preocupações com o fluxo de veranistas e neovindos, chegados em sua maioria da capital do Estado do Rio Grande do Sul.

Trinta e oito anos depois, no relatório municipal de 1958, o prefeito de então destacava as vantagens e potencialidades turísticas da localidade. Ambos os discursos apresentam momentos e interesses distintos, que abarcam não somente a importância dos religiosos perante as sociedades do início do século passado, como também a mudança de postura em relação à atividade turística, que passou por significativas mudanças relacionadas à importância, à percepção e ao interesse por meio da sociedade local. Desse modo, também chamam a atenção as novas propostas turísticas da localidade, atreladas ao *esquecimento* da cidade, enquanto urbanidade, implantadas ao longo da segunda metade dos anos 1950 e cultivadas até os dias atuais.

Se o religioso, na década de 1920, via com perigo as possíveis más influências vindas de fora e que *arrastavam* parte dos fiéis a frequentarem festas, bailes, teatros, cinemas, bailes de carnaval ou passeios noturnos, entre outras possibilidades, em seu entender, aterrorizantes, ao longo dos anos 1950, o discurso relacionado ao turismo altera-se, sendo agora realçados a natureza; os campos e as matas; os rios e as cachoeiras ou os vales, entre outros pontos destacados pelos governantes de então com grande entusiasmo.

Para o prefeito Farina, (1958) o turismo seria fundamental para o município, “por isto mesmo o incluímos em destaque em nosso programa de governo, [...] fomentar o TURISMO em Veranópolis”. (RM, 1958, p. 50). Porém, apesar do entusiasmo do governante, parece ter ocorrido, além de uma mudança de representação, uma possível ruptura, que se encontra ativa até os dias atuais, pois, se até meados dos anos 1950 percebe-se um realce ao urbano e as suas possibilidades culturais, a partir desse período a ênfase é dedicada ao natural, de modo que a natureza passa a presentificar *o* discurso turístico da localidade, por intermédio dos meios de comunicação e da publicidade elaborada institucionalmente. Em relação à importância da imagem para as sociedades, Gastal (2005, p. 55), utilizando-se de Maffesoli, afirma que a “imagem não é suporte, mas resultado”.

Os autores referem-se ao imaginário, mas tal afirmação parece relacionar-se serenamente com as práticas e representações efetuadas pelos grupos sociais, com a intenção de se modificarem como sociedades ou de modificarem o espaço que habitam, de modo que a folheteria turística possa representar tanto as práticas sobre dado tema, o Turismo, assim como sobre os pontos abordados, ou não, pelos grupos sociais ou, ainda, apresentar as representações que fazem de si para os outros. Assim, ao longo desse período, perdeu força a *cidade real* e suas múltiplas possibilidades para se destacar, quase que unicamente, a *cidade-veraneio* e seus monumentos naturais e arquitetônicos.

Curiosamente, enquanto a cidade perdia força, tendo sua representatividade diminuída no campo turístico, o mesmo se dava com as possibilidades e/ou atividades culturais locais. Sumiram os *carnavalistas*, fecharam-se os cinemas e teatros, assim como a grande parte das atividades culturais passíveis de realização em outros tempos. Como exemplo, a cidade contava com três em 1950. Na atualidade não há nenhum.

Gastal (2005, p. 20), valorizando as cidades, considera que, na contemporaneidade, elas “crescem em importância política e econômica, mas também cultural, porque será nelas que surgirão as tendências, os modismos”. Assim, para a pesquisadora até mesmo o rural passaria a ser marcado pelo urbano, de modo que, como decorrência, “muitas cidades se transformarão em destinos turísticos importantes e passarão a disputar visitantes, num mercado cada vez mais competitivo e profissionalizado” (p. 20).

A então modernização da cidade, desencadeada ao longo dos anos 1920, bem como seus eventos e as possibilidades culturais eram atrativos para os visitantes, que superavam as dificuldades impostas pelas estradas do período para chegar à localidade. Em 1915, a cidade contava com quatro hotéis, que, somados aos existentes ao longo dos seis distritos que

compunham a localidade, chega-se a onze estabelecimentos aptos a receber visitantes e visitados.

Ao abordar as questões culturais de Veranópolis, Abruzzi (1998, p. 121), remete-a a Alfredo Chaves, seu antigo nome até 1944, quando passou a ter o topônimo de Veranópolis. Considera que, no início do século passado, "Alfredo Chaves polarizava socialmente a região, com três entidades sociais: a Sociedade Príncipe de Piemonte, a Sociedade Cavalheiros do Luar, [...] a Sociedade Carnavalesca dos Tiriricas". Dessas sociedades, segundo o autor, duas tinham carros alegóricos e desfilavam pela cidade "realizando a batalha das flores". Ainda segundo o autor, era sucesso não só na cidade, mas nos municípios próximos, a orquestra Carlos Gomes. Além disso, brilhava nos bailes dos salões da localidade a Banda Musical de Leandro Bolzzoni, ganhando destaque também o conjunto musical do Maestro Jeremias Roncato. Desse modo, faz-se notar a interessante efervescência cultural usufruída por visitantes e visitados que, além de música e carnaval, contavam com outros atrativos.

Na atualidade, em Veranópolis, o Poder Público local busca construir imagens positivas do lugar, destacando a longevidade de parte de seus habitantes. Entretanto, a construção de um imaginário, voltado à valorização da longevidade, não parece ser suficiente para alterar a mentalidade dos responsáveis pela política cultural; dos planejadores urbanos e dos moradores da própria cidade, que encontram dificuldades em conciliar o antigo e o contemporâneo.

Os novos impulsos econômicos ocasionados pela construção civil vêm transformando por completo o aspecto de cidade colonial, possuidora de características *européias*, como as apresentadas por Pozenato (2008). A ambição de parecer moderna reflete-se na abundante construção de edificações verticalizadas que ocupam o espaço de edificações mais antigas, além dos espaços verdes, tornando-os escassos e diminutos.

Assim, o desenvolvimento econômico da localidade relaciona-se dialeticamente com o desenvolvimento cultural, ocasionando o surgimento de perfis culturais e urbanos similares a grandes cidades brasileiras, como Caxias do Sul ou Porto Alegre, salvo suas proporções. Turisticamente, as singularidades locais edificadas serviriam como possibilidade de atratividade para a localidade, pois permitiriam a relação com temporalidades distintas.

Segundo Julio Pozenato[24], existe na sociedade em geral um elevado preconceito em distinguir edificações como patrimônios culturais, pois o senso comum acarreta a essa prática um imaginário de prejuízo para o proprietário do imóvel. Para combater esse argumento, o

[24] Dados coletados mediante anotações realizadas na palestra de abertura do III Semana do Museu de Veranópolis, na cidade de Veranópolis - RS, em 2008.

pesquisador apresenta dados relacionados ao capitalismo urbano, dando como exemplo os Estados Unidos da América, onde, segundo Posenato (2008, b), foram realizados estudos relacionados ao valor comercial dos prédios modernos e dos prédios portadores de valor histórico. Os dados obtidos através de estatísticas baseadas em economia de vendas e preços de alugueis chegaram a seguinte conclusão: nos prédios de valor histórico, o número de visitantes e possíveis clientes que neles adentram é cinco vezes maior que os prédios modernos, fato que deu inicio, segundo Posenato (2008, b), a uma procura pelas instituições preservacionistas daquele país para obtenção de proteção legal a parte das antigas edificações, o que acarretaria em um maior ganho econômico das instituições neles sediadas.

Percebe-se, através das informações apresentadas pelo pesquisador, quanto às antigas edificações podem colaborar com a atratividade turística das localidades. Ainda segundo Posenato (2008, b), deveríamos refletir sobre o quanto Veranópolis tem perdido de seu patrimônio cultural arquitetônico, acarretando graves prejuízos ao município, principalmente ao campo turístico. Para o autor, o desenvolvimento lento da atividade turística local se dá, justamente, pela edificação massiva de altos edifícios, encostados uns aos outros, que prejudicam a qualidade de vida, a memória e história local, além de afugentar turistas pela falta de atrativos singulares urbanos.

Essa relação complexa apresenta a dúbia situação presente na *Terra da Longevidade*®, pois, enquanto os descendentes vendem ou permutam imóveis construídos por aqueles que o discurso oficial procura enaltecer, os longevos, os seus descendentes, por vezes, ao demolirem as edificações, remetem à nova construção o nome do antigo proprietário ou do patriarca da família. Assim, envolvidos em um circuito econômico de valorização territorial nos espaços centrais da localidade, essas edificações perdem seu valor de uso, passando a ser valorizado somente o espaço em que estão localizadas. A demora do Poder Público em criar zonas especiais, voltadas ao Interesse Social, Interesse Ambiental, Interesse Turístico e Interesse do Patrimônio, previstas na Lei 5.056, de 25 de maio de 2007, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município de Veranópolis, parece colaborar para a rápida alteração da imagem do município, em consonância ao interesse financeiro por parte de vários proprietários de imóveis e construtoras.

Em seu artigo 57, o referido plano considera que as Zonas Especiais de Interesse Turístico (ZEIT) são áreas que já estão consolidadas ou em processo de consolidação, como centros turísticos, cujo objetivo seria fomentar as atividades relacionadas ao campo turístico da localidade mediante as seguintes diretrizes: “I – requalificação urbanística e ambiental; II – incentivo a atividades econômicas, geradoras de emprego e renda: III – incentivo a atividades

culturais e de lazer; IV – controle da qualidade da paisagem; V – proteção do patrimônio cultural". (PDDI, 2007, p. 17).

Nada aparenta estar bem-definido nesses artigos, de modo que a lei parece estar aberta, como se estivesse à espera de uma resposta da sociedade civil, que, ao não se manifestar, deixa o campo aberto para outros interesses que não os culturais ou turísticos. Uma iniciativa que pode colaborar para o esclarecimento democrático do tema é seu debate nas escolas, em entidades culturais, centros religiosos... Enfim, fomentar os debates, pois, enquanto a cidade é descaracterizada, o município passa a oferecer uma visualidade similar a tantas outras cidades. Em nosso entender, a permanência, de ao menos parte, das edificações mais antigas da localidade seria fundamental para o incremento da atividade turística, diminuindo a distância existente entre os campos *natureza* e *cidade*, propiciando desenvolvimento social e turístico à localidade. Esta passaria a perceber, na atividade, não mais um isolamento, mas uma associação entre cidade, moradores, natureza e turismo, associando-os de modo que a comunidade também poderia se sentir parte do processo turístico. Perceberia a valorização da cidade em diálogo com a paisagem natural.

Por esses aspectos, através da leitura de documentos, da visualização de imagens e da audição das memórias dos antigos moradores, percebe-se que a cidade fundada ao fim do século XIX esta em plena modernização, baseada na verticalização do espaço urbano, de modo que a cidade antiga não encontra fôlego para manter suas feições interioranas em diálogo com as modernas edificações, sendo dissipada pela nova conduta urbana, assim como seus antigos hábitos sociais e padrões de qualidade de vida análogos as pequenas localidades do interior.

Os valores de uso do espaço central puderam ser compreendidos a partir da visualização das imagens fotográficas desde o fim do século XIX até o inicio do século XXI, que registraram determinadas atividades do cotidiano urbano, determinadas edificações existentes no período, assim como suas substituições e as novas ocupações dos espaços, que se encontram refletidas nas imagens estudadas. O uso social da paisagem urbana presente nas fotografias pode ser entendido a partir de dois lugares: a partir da Igreja Matriz São Luiz Gonzaga, ícone da paisagem central, presença comum em várias imagens que reproduzam o espaço central da localidade até o segundo quartel do século XX e da Praça XV de Novembro, onde a igreja esta localizada, que apresenta as socialidades cotidianas, as atividades comerciais existentes em seu entorno, as possibilidades de lazer...

Tornam-se perceptíveis, por meio das imagens desse espaço, as práticas sociais relacionadas à religiosidade, a cultura, ao comercio e ao processo de habitar ou residir. A

diferença dos valores simbólicos referentes à paisagem urbana local pode ser percebida ao se constatar a relação entre moradores e edificações apresentada através das imagens do Dicionário Histórico e Geográfico de 1927 onde as edificações são destaque em fotografias com fins de recordações familiares ou divulgações comerciais, procurando destacar em primeiro plano a família e em segundo a edificação a ela pertencente, uma relação que apresentaria a atividade comercial e a imponência da família perante a sociedade de então.

Percebesse nesses registros (em anexo) o forte valor simbólico atribuído as edificações, relacionando a identidade familiar e comercial com suas edificações uteis tanto para moradia como para a atividade comercial ou industrial. A partir da metodologia proposta, percebe-se o uso da paisagem urbana como item relevante para a atividade turística local até meados dos anos 1950, período em que se passou a dar maior ênfase a natureza local, embora a cidade, com seus casarios típicos da própria região, assim como seus atrativos culturais, ainda fosse, por vezes, destacada.

Assim, os discursos da localidade podem ser compreendidos nas falas escritas ou simbolizadas, que materializam as ideias, as memórias ou atitudes, além de lhes intensificar o brilho, a legitimidade e justificar as relações de força e poder locais e regionais, que encontram-se representadas ao longo de toda espacialidade urbana, em referenciais existentes. Entretanto, em Veranópolis, essa oposição ao urbano, ou ao patrimônio cultural arquitetônico, não se dá de maneira plena. Percebe-se pelas análises dedicadas ao discurso turístico local, um destaque ao grandioso e ao monumental, de modo a valorizar isoladamente grandes edificações e equipamentos urbanos, que sejam representantes do estado ou de instituições específicas, como a Casa da Cultura Frei Rovílio Costa ou o templo da Igreja Matriz local, considerado, por alguns membros do Poder Público, como o local de maior visitação turística do município.

Constatou-se um grande destaque ao topônimo *Terra da Longevidade*®, codificada em imagens que apresentam idosos ao lado de jovens, objetivando apresentar e/ou relacionar o antigo e o novo em harmonia. Entretanto, pelas análises feitas sobre as imagens referentes à cidade, percebe-se justamente o oposto: ocorre uma substituição constante das antigas edificações por grandes edifícios. Desse modo, até o momento, o Poder Público e as instituições locais, voltadas ao campo do patrimônio cultural e do turismo, não desenvolveram nenhum projeto visando à preservação ou à conscientização da população residente, em relação ao valor de suas memórias, de seu patrimônio cultural e de sua paisagem urbana, como referência turística, cultural ou pedagógica.

Destaca-se a explanação da dirigente cultural de Veranopolis, Maria Salete Martinelli, realizada durante a 3ª Semana do Museu de Veranópolis[25], em 2008, onde a dirigente declara que a situação da Praça XV de Novembro esta se tornando insustentável, pois em boa parte do dia ela encontra-se sem luz solar, causada pelos edifícios existentes em seu entorno. No seu entender, o espaço caminha para a impossibilidade de uso, tendo em vista as dificuldades de se freqüentar ou usufruir dessa praça devido as questões relacionadas ao clima ali encontrado. Entretanto, em contraposição a explanação da gestora cultural, nada aparenta ser realizado pelos *condutores* da cultura local para alterar a situação existente.

Algumas das imagens apresentadas ao longo do estudo apresentam essa relação tensa entre as temporalidades urbanas na cidade de Veranopolis, uma cidade pequena que debate a necessidade de estacionamento pago em sua zona central devido ao grande fluxo de veículos que ali estacionam devido os prédios residenciais ou comerciais estabelecerem-se quase que totalmente nesse perímetro da cidade.

Nesse contexto parece desaparecer a visão romântica da localidade do interior do Rio Grande do Sul, onde se vive mais e melhor. Percebe-se a tensão existente entre os que freqüentam esse espaço simbólico, onde os espaços voltados para a representatividade histórica dão lugar à representatividade dos grupos sociais contemporâneos. Desse modo desaparecem também os atrativos turísticos urbanos, transformando-se em ícones do turismo local somente a paisagem natural, preterindo-se a urbanidade local.

[25] Dados coletados mediante anotações realizadas na palestra de abertura do III Semana do Museu de Veranópolis, na cidade de Veranópolis - RS, em 2008.

## REFERÊNCIAS


ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de janeiro: Lamparina, 2009.

ABRUZZI, Agenor. Veranópolis: das raízes ao centenário. In: COSTA, Rovílio (Org.). **Raízes de Veranópolis.** Porto Alegre: EST, 1998.

ALVES, Augusto. **A construção do porto de Porto Alegre 1895 – 1930**: modernidade urbanística como suporte de um projeto de estado. 2005, Dissertação (Mestrado) – UFRGS, 2005.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. 3. ed. São Paulo: M. Fontes, 1995.

BALDISSERA R. Comunicação Turística. In: **INTERCOM SUL**, 2007, Passo Fundo/RS: UPF, **Anais do Intercom Sul.** Passo Fundo: UPF, 2007.

BARROSO, Vera Lucia. De Santo Antonio a Veranópolis na década de 1920. In: COSTA, Rovílio (Org.). **Raízes de Veranópolis.** Porto Alegre: EST, 1998.

BARTHES, Roland. **A câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARROS, José D´Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Revista Diálogos**, DHI/PPP/UEM, nº1, p. 125-141, 2005

BENI, Mario Carlos. Um outro turismo é possível? A recriação de uma nova ética. In: GASTAL, Susana. MOESH Marutschka Martini (Orgs.) **Um outro turismo é possível**. São Paulo, 2004.

_____. A Serra gaúcha e seu potencial para conversão em *cluster* turístico. In. BARRETTO ANGELI, Margarita N.; REJOWSKI, Mirian. **Turismo:** interfaces, desafios e incertezas. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Edusp, 1987.

_____. Memória da cidade: lembranças paulistanas. **Estudos avançados**, 17, (47) 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. da Unesp, 2004.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional** - Relatório Brasil / Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Organizador). — 2ª ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010**. **Uma viagem de inclusão.** Brasília.
BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo no Brasil. 2010 – 2014**. Brasília.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988 - 21.ed. atual. e ampl. / 1999.

BRASIL. **Lei 11.771** de 2008.

BRASIL. **PAC CIDADES HISTÓRICAS**, Brasília, 2010

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 25**, de 30 de novembro de 1937.

BRESCIANI, M. S. Cidade, cidadania e imaginário. In: SOUZA, Célia Ferraz de. PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Orgs.). **Imagens urbanas:** os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

_____. **Variedades de história cultural**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2000.
_____. **Hibridismo cultural.** São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2003.

_____. **O que é história cultural?** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CALLE VAQUERO, Manuel de La. **La ciudad histórica como destino turístico**. Ed. Ariel, 2006.

CÂNDIDO, A. Prefácio. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. Historia e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: **Domínios da historia** : ensaios de teoria e metodologia. Cardoso, Ciro Flamarion, Vainfas , Ronaldo (Orgs.) - Rio de Janeiro: Campus, 1997.

**Carta ao Consocio**, 1944, Sociedade Alfredochavense, Veranópolis, RS.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault.** Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Autêntica, São Paulo, 2010.

CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs) **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de janeiro: Lamparina, 2009.
_____. **Museália**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996.

CHAGAS, Mário. SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória e Poder**: dois movimentos. In: Cadernos de Sociomuseologia nº 19, Museu e Políticas de Memória. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Alges, DIFEL 82, 1988.
_____. O mundo como representação. In: **Revista Estudos Avançados**. 11 (5), 1991.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3ª ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940) Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

COMARÚ, Itamar Ferretto. *Paco Sanches: armas, poder e memória*. A construção da memória de um adepto do Partido Republicano gaúcho. In: **V Simpósio Nacional de História Cultural**, 2010, Brasília. Anais do V Simpósio Nacional de História Cultural, CD.

_____. Comunicação Turística e Patrimônio Arquitetônico: a folheteria turística da cidade de Veranópolis. In: **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, **2010,** Caxias do Sul, RS. Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Internet.

DALLA COLETTA, Ana Regina Resche. Zanchetta: café, sorvete, hotel, adega, cinema. In: COSTA, Rovílio (Org.). **Raízes de Veranópolis.** Porto Alegre: EST, 1998.

DE BONI, Luiz A. **A Itália e o Rio Grande do Sul IV**: relatório de autoridades italianas sobre a colonização em terras gaúchas. Porto Alegre: EST, 1983.

DICIONÁRIO DE TERMOS BOTANICOS ILUSTRADO. São Paulo: Ed. Três, 1984.

ELHAJJI, Mohammed. Memória coletiva e espacialidade étnica, **Revista Galáxia**, nº4, 2002.

**Estatuto Social da Sociedade Alfredo Chavense** 1938.

FARINA, G. **A história de Veranópolis**. Veranópolis, SMEC, 1992

FERREIRA, Francisca Michelon, Tavares, Francine Silveira. **Fotografia e memória**. Editora e gráfica fa UFPel, 2008.

FI – Folder Institucional de Veranópolis. 2008.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ / IPHAN, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Edições Graal, 1979, Rio de janeiro. pdf

_____ . **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975 – 1976) São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 26.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. 9ª Ed. Porto Alegre: LP&M, 2002.

GASTAL, Susana. **Turismo, imagens e imaginários**. São Paulo, SP: Aleph, 2005.

_____. **Alegorias Urbanas:** O passado como subterfúgio. Campinas, SP: Papirus, 2006.

GEERTZ, Clifford. **La interpretación de lãs culturas**. Barcelona, Editorial Gedisa, 2003.

GIRON, Loraine Slomp. **Presença Africana na Serra Gaúcha**: subsídios. Porto Alegre/RS: Letra e Vida, 2009.

GOODEY B. **Turismo cultural**: novos viajantes, novas descobertas. In: MURTA, S. M.; ALBANO, C. (org). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG; Território Brasilis, 2002

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Centauro Editora, 2006.

HENRIQUES, Cláudia. **Turismo, Cidade e Cultura.** Planejamento e gestão sustentável. Lisboa: Edições Sílaba. 2003

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro, Editora Aeroplano, 2000.

IANNI, Octávio. Aspectos Políticos e Econômicos da Imigração Italiana. In. **Conferências e debates apresentados durante o 1º e 2º Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros, 1975 e 1976.** Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1979.

IBGE - **Instituto Brasileiro Geografia e Estatística**. Disponível no site: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=432280# Acesso em junho de 2010.

IZQUIERDO, Iván. **Questões sobre memória**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2009.

JEUDY, H. P. **Espelho das cidades.** Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2005.

JORNAL **O Estafeta**, 1999; 2003; 2010, Veranópolis.

JORNAL **Panorama Regional.** Ed. 351, 2010, Veranópolis.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas. SP. Ed. da Unicamp, 1990.

_____. **El orden de La memoria**, El tiempo como imaginario. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, S.A., 1991.

LENIAUD, Jean-Michel. O patrimônio recuperado: o exemplo de Saint-Denis. In RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural.** Editorial Estampa, Lda, Lisboa, 1998.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. Patrimônio imaterial e diversidade cultural: o novo decreto para a proteção dos bens imateriais. In. **Patrimônio imaterial: o registro do patrimônio imaterial:** dossiê final das atividades da comissão e do grupo de trabalho. Brasília, IPHAN, 2006. p.79.

LEI MUNICIPAL Nº 5.056, DE 25 DE MAIO DE 2007. **Plano diretor de desenvolvimento ambiental integrado** – PDDAI do Município de Veranópolis.

LIPOVETSKY, Gilles. Sedução, publicidade e pós-modernidade. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 12, junho 2000;

**LIVRO-TOMBO** do Município de Veranópolis. 1920, 1935, 1955.

LOHMANN, Guilherme. NETTO, Alexandre Antônio Panosso. **Teoria do Turismo:** conceitos, modelos e sistemas. São Paulo, Aleph, 2008.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2004.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**, Jan-Jun; Vol.13, número 001, 2005.

MEIRA, Ana Lucia Goelzer. Antônio Prado. In. Pessoa, José. **Atlas de centros históricos do Brasil**. Rio de janeiro, Casa da palavra, 2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de Meneses. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. V. 23, nº 45, pp11-36, 2003.

_____. A paisagem como fato cultural. In: Eduardo Yázigi. (Org.). **Paisagem e turismo**. São Paulo: Contexto, 2002

MENESES, Jose Newton Coelho. **História e Turismo Cultural.** São Paulo. Autêntica: 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MORIGUCHI, Dr. Emílio. Entrevista disponível no site http://www.massey.com.br/portugues/campo/campo_assunto.asp?idedicao=20&idassunto=96 Acesso junho de 2010.

MUÑOZ, Andrea Elena Pizarro. **Regionalização para o planejamento e o desenvolvimento do Rio Grande do Sul**. Campinas, SP, 2007. Dissertação de Mestrado.

NASCIMENTO, N. M. R. do. **Estudo comparativo sobre a prevalência de declínio cognitivo entre dois grupos de idosos**. Dissertação (Mestrado em Gerontologia Biomédica) – Instituto de Geriatria e Gerontologia, PUCRS. Porto Alegre, 2008

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do departamento de História da PUC-SP**, nº 10, São Paulo, Dezembro 1993.

**PARECER:** Apresentado pela Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul sobre o acervo fotográfico pertencente ao fotografo Eligio Parise, Porto Alegre, 2008.

PAULA, João Antônio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Atentica, 2008.
_____. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

PIMENTEL, Gaspar. **Diccionario Historico Geographico e Estatistico do Municipio de Alfredo Chaves**: indicador commercial e profissional; com introdução de Júlio Posenato. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1987.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>> Acesso em julho 2008.

POSENATO, Júlio. Introdução. In: PIMENTEL, Gaspar. **Diccionario Historico Geographico e Estatistico do Municipio de Alfredo Chaves**: indicador commercial e profissional; com introdução de Júlio Posenato. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1987.

_____. Carta enviada ao prefeito municipal de Veranópolis e ao presidente da Câmara de Vereadores. Porto Alegre, 10 de junho de 2008.

_____. Anotações realizadas na palestra de abertura do III Semana do Museu de Veranópolis, na cidade de Veranópolis - RS, em 2008.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Narrativas fotográficas sobre a cidade**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.27, nº 53, 2007.
_____. **O circuito social da fotografia em Porto Alegre (1922 e 1935)**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. V.14. n.1. Jan-Jun. 2006.

_____. **Cidade Fotografada**: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930. UFRGS, Tese de Doutorado em História.
_____. **Nos bastidores do museu**: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

POZENATO, José Clemente. **Processos culturais**: reflexões sobre a dinâmica cultural. Caxias do Sul: Educs, 2003.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (Org.) **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. in: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. - Rio de Janeiro: Campus, 1997.

RELATÓRIO. **Apresentado ao Conselho Municipal em 15 de outubro de 1915 pelo Intendente Coronel Achylles taurino de Resende.** Porto Alegre, Livraria Americana, Cunha, Rentzsch & Cia, 1916.

RELATÓRIO. **Referente ao exercício de 1958 do prefeito Saul Irineu Farina.** Apresentado a Câmara de Vereadores na sessão ordinária de 1º de junho de 1958.

RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Editorial Estampa, Lda, Lisboa, 1998.

RUSCHMANN, D. M. **Marketing turístico**: um enfoque promocional. 9ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

Revista do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional, n. 30, 2002

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da USP, 2006.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec.São Paulo 1988.

_____. **Técnica espaço tempo** – Globalização e meio técnico científico-informacional. 1994.

S.I.C. – **CARBONERA, Silanda Iride**. [2008] Entrevistador: Itamar Ferretto Comarú, Vila Flores, 2008. 1 arquivo sonoro em mp3. Entrevista concedida para o projeto A História de Vila Flores na voz de seus habitantes, que busca conhecer as origens do município de Vila Flores, antigo distrito de Veranópolis, além de analisar seu desenvolvimento urbano e práticas do cotidiano.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª Ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, J. M. da. **Tecnologias do imaginário**: esboços para um conceito. 2003. Disponível no site: <http://ensino.univates.br/~clenz/tcc/GT12TB5.pdf> Acesso em: 2 jul. 2010.

SILVEIRA, Gilmar Teixeira da; GASTAL, Susana. Turismo em cidades históricas: emprego e renda. In: RIBEIRO, Marcelo (Org.). **Olhares sobre o patrimônio cultural**: reflexões e realidades. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2010.

SOUZA, Célia Ferraz de. Construindo o espaço da representação ou O urbanismo de representação. In SOUZA, Célia Ferraz de. PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.) **Imagens Urbanas**: Os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre; Ed. UFRGS, 2008.

SOUZA, Célia Ferraz; PESAVENTO, Sandra Jatahy. (ORGS). **Imagens Urbanas**: Os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre; Ed. UFRGS, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo. Editora Contexto.

TAVARES, Adriana de Meneses. **City tour**. São Paulo: Aleph. 2002.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória**: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF: Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

THIESEN, B. V. Significados nas representações escultóricas da fachada da Cervejaria Bopp & Irmãos, Porto Alegre. IN. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.14. n.1. 2006

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Revista Mana**, nº12 (1), 2006.

VILAS BOAS, Crisoston Terto. **Para ler Michel Foucault**. Eletrônica, 2002.

WEIMER, Günter. **Arquitetura**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

ZAMIN, Frinéia. **Patrmônio cultural do Rio Grande do Sul:** a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o Estado. Dissertação (Mestrado) UFRGS, 2006.

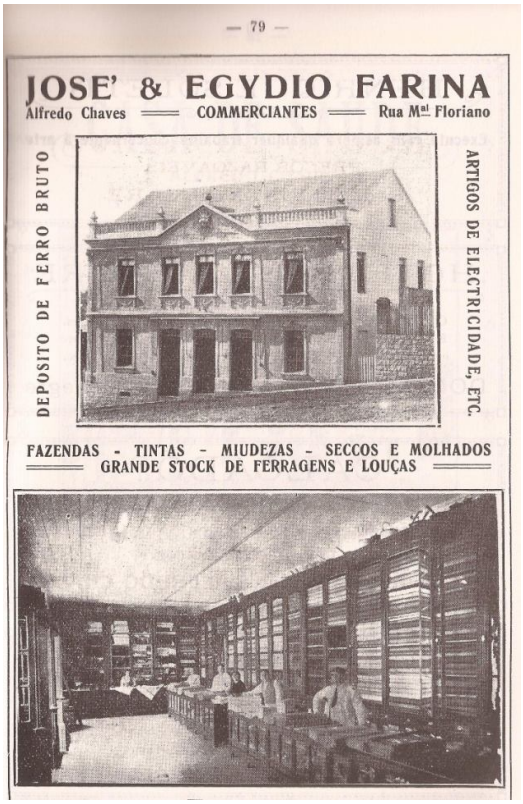
ZARANKIN, Andrés. **Paredes que domesticam**: Arqueologia da arquitetura escolar capitalista: O caso de Buenos Aires. 200. Tese (Doutorado em História) – Unicamp, 2001.

# ANEXOS

**ANEXO A -** Folder turístico da cidade de Veranópolis/RS

**ANEXO B -** Antigas edificações registradas no *Diccionario Historico Geographico e Estatistico do Municipio de Alfredo Chaves*

*Fonte*: Diccionario Histórico Geographico e Estatistico do Município de Alfredo Chaves. 1987.




*Fonte*: Diccionario Histórico Geographico e Estatistico do Município de Alfredo Chaves. 1987.

*Fonte*: Diccionario Histórico Geographico e Estatistico do Município de Alfredo Chaves. 1987.

— 96 —

ALFAIATARIA
DE
Artemio Totti

Nesta officina promptifica-se qualquer trabalho concernente a este ramo.

Garante-se perfeição e gosto.

PREÇOS MODICOS

Rua Dr. Montaury
ALFREDO CHAVES

Qualquer trabalho concernente a este ramo executa-se nestas officinas
Preços modicos

:: Grande deposito de correames, solas, vaquetas ,etc., etc. ::
Rua Marechal Floriano — ALFREDO CHAVES

— 97 —

S. RESCHKE & IRMÃO
Praça 15 de Novembro — ALFREDO CHAVES

GRANDE SORTIMENTO
de Fazendas, Louças, Molhados, Roupas feitas, Miudezas, Casemiras extrangeiras e nacionaes, Brins, Pellucias, Chapéus, Calçados, etc.
Compram e vendem generos coloniaes

*Fonte*: Diccionario Histórico Geographico e Estatistico do Município de Alfredo Chaves. 1987.